

SOCIOLOGIA

VOL. XXXII | JULHO-DEZEMBRO 2016

Ricardo Bento

Graça Índias Cordeiro

Lígia Ferro

Isabel Silva Cruz

Vanessa Marcos

Cristina Cunha Mocetão

Inês Cardoso

Paula Batista

Amândio Graça

Mónica Santos

Bruna de Farias

Mari Cleise Sandalowski

Carolina Pimentel Corrêa

SOCIOLOGIA

UNIVERSIDADE DO PORTO

FACULDADE DE LETRAS

SOCIOLOGIA



REVISTA DA FACULDADE DE LETRAS
DA UNIVERSIDADE DO PORTO

VOL. XXXII • PORTO • 2016

DIRETOR:

Carlos Manuel Gonçalves, Departamento de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto e Instituto de Sociologia da Universidade do Porto.

CONSELHO DE REDAÇÃO:

Anália Torres, ISCSP-UTL/CIES-IUL; António Firmino da Costa, ISCTE-IUL/CIES-IUL; Cristina Parente, FLUP/IS-UP; Fernando Luís Machado, ISCTE-IUL/CIES-IUL; Isabel Dias, FLUP/IS-UP; João Teixeira Lopes, FLUP/IS-UP; Luís Vicente Baptista, FCSH-UNL/CESNOVA.

CONSELHO EDITORIAL:

Alice Duarte, FLUP/IS-UP; Álvaro Domingues, FAUP/CEAU; Ana Maria Brandão, ICS-UM; Ana Nunes de Almeida, ICS-UL; Anália Torres, ISCSP-UTL/CIES-IUL; Antonio Álvarez Sousa, Universidade da Coruña, Espanha; António Firmino da Costa, ISCTE-IUL/CIES-IUL; Augusto Santos Silva, FEP/IS-UP; Benjamin Tejerina, Universidad del País Vasco (UPV)/Centro de Estudios sobre la Identidad Colectiva (CEIC), Espanha; Bernard Lahire, École Normale Supérieure de Lyon (ENSL)“Dispositions, pouvoirs, cultures, socialisations” (Centre Max Weber), França; Chiara Saraceno, Università degli Studi di Torino, Itália/Social Science Research Center Berlin, Alemanha; Claudino Ferreira, FEUC/CES-UC; Cristina Parente, FLUP/IS-UP; Elena Zdravomyslova, European University at St Petersburg (EUSP)/Center for Independent Social Research (CISR), Rússia; Elisa Reis, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)/Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Brasil; Fernando Luís Machado, ISCTE-IUL/CIES-IUL; Frank Welz, Universität Innsbruck, Áustria; Hans-Peter Blossfeld, Otto-Friedrich-Universität Bamberg/Staatsinstitut für Familienforschung an der Universität Bamberg, Alemanha; Heitor Frugoli, Universidade de São Paulo (USP)/Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Brasil; Hustana Vargas, Universidade Federal Fluminense (UFF)/Núcleo de Estudos e Pesquisas em Educação Superior (NEPES), Brasil; Immanuel Wallerstein, Yale University, Estados Unidos da América; Inês Pereira, ISCTE-IUL/CIES-IUL; Isabel Dias, FLUP/IS-UP; Jean Kellerhals, Université de Genève, Suíça; João Bilhim, ISCSP-UTL; João Sedas Nunes, FCSH-UNL/CESNOVA; João Teixeira Lopes, FLUP/IS-UP; José Resende, FCSH-UNL/CESNOVA/Observatório Permanente de Escolas (ICS-UL); José Soares Neves, ISCTE-IUL/OAC; Luís Vicente Baptista, FCSH-UNL/CESNOVA; Luísa Neto, FDUP/CENCIFOR; Margaret Archer, College of Humanities-École Polytechnique Fédérale de Lausanne, Suíça; Maria Manuel Vieira, ICS-UL; Maria Manuela Mendes, FA-UTL/CIES-IUL; Mariano Enguita, Universidad de Salamanca/Centro de Análisis Sociales de la Universidad de Salamanca (CASUS), Espanha; Massimo Introvigne, Center for Studies on New Religions (CESNUR), Itália; Michael Burawoy, University of California, Berkeley, Estados Unidos da América; Michel Wieviorka, Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales, França; Patrícia Ávila, CIES-IUL; Pedro Abrantes, Universidade Aberta/CIES-IUL; Pertti Alasuutari, University of Tampere/Tampere Research Group for Cultural and Political Sociology (TCuPS), Finlândia; Piotr Sztompka, Jagiellonian University, Polónia; Ricca Edmondson, National University of Ireland, Irlanda; Rui Gomes, FCDEF-UC/CIDAF; Tally Katz-Gerro, University of Haifa, Israel/ University of Turku, Finlândia; Tina Uys, University of Johannesburg/Centre for Sociological Research, África do Sul; Vera Borges, ICS-UL; Vítor Kajibanga, Universidade Agostinho Neto, Angola/Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto/Centro de Estudos Africanos do ISCTE-IUL; Vítor Ferreira, ICS-UL; Walter Rodrigues, ISCTE-IUL/DINÂMIA' CET-IUL.

COORDENAÇÃO E REVISÃO EDITORIAL:

Carlos Manuel Gonçalves, Departamento de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto e Instituto de Sociologia da Universidade do Porto.

INDEXAÇÃO:

Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto é indexada em SciELO, Latindex, EBSCO (Open Science Directory e Fonte Académica), Sherpa/Romeo, DOAJ – Directory of Open Access Journals, Newjour, CAPES e EZB – Electronic Journals Library.

TIRAGEM - 150 EXEMPLARES

PUBLICAÇÃO SEMESTRAL

EXECUÇÃO GRÁFICA - INVULGAR GRAPHIC - Penafiel

DEPÓSITO LEGAL N.º 92384/95

ISSN: 0872-3419

DOI: 10.21747/0872-3419/soc32

OS ARTIGOS SÃO DA EXCLUSIVA RESPONSABILIDADE DOS SEUS AUTORES.
OS ARTIGOS FORAM SUBMETIDOS A PEER REVIEW.

SUMÁRIO

EDITORIAL	7
ARTIGOS	
Carreiras e circuitos de músicos brasileiros: uma exploração etnográfica no Bairro Alto, Lisboa Ricardo Bento, Graça Índias Cordeiro, Lígia Ferro	11
Consumo sustentável e ambiente: o papel do Estado e das políticas públicas na inculcação de disposições ambientalistas Isabel Silva Cruz	33
A gestão de recursos humanos nas Organizações Não Governamentais de Cooperação para o Desenvolvimento portuguesas: uma análise interpretativa exploratória Vanessa Marcos	61
Modèles de représentation sur la parentalité sociale du point de vue des jeunes portugais Cristina Cunha Mocetão	83
Inserção profissional dos licenciados em Direito: da formação académica ao acesso às profissões reguladas Mónica Santos	99
Narrativas acerca da formação de professores de Educação Física em contexto de prática supervisionada Inês Cardoso, Paula Batista, Amândio Graça	125

A Ciência Biomédica e o Processo Civilizador Bruna de Farias, Mari Cleise Sandalowski	147
RECENSÃO	
Recensão da obra de FREIRE, André (Org.), (2015), <i>O Futuro da Representação Política Democrática</i> , Lisboa, Nova Vega. Carolina Pimentel Corrêa	167
ESTATUTO EDITORIAL	175
SUMÁRIOS DOS NÚMEROS ANTERIORES	177
NORMAS PARA APRESENTAÇÃO DE ORIGINAIS	181

EDITORIAL

O presente número da *Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto* expõe um grupo de artigos pautado pela diversidade temática consubstanciada, por sua vez, numa pluralidade teórica e metodológica.

Ricardo Bento, Graça Índias Cordeiro e Lígia Ferro possibilitam ao leitor, cientista social ou não, o confronto com os resultados de uma pesquisa etnográfica num dos espaços urbanos característicos (Bairro Alto) da cidade de Lisboa. Mais propriamente são abordadas as atividades dos músicos brasileiros, em contexto de trabalho, marcadas pela sociabilidade, valorizando-se analiticamente a conjugação entre a mobilidade social e a mobilidade espacial.

Trilhando um caminho não muito usual, em termos de problematização sociológica portuguesa, mas heurísticamente relevante, Isabel Silva Cruz desenvolve um questionamento sobre as posições que os governos constitucionais em Portugal, no período de 1976 a 2015, tiveram sobre o consumo responsável. Uma particular atenção é conferida às políticas públicas e às relações complexas com os diversos contextos políticos que se sucederam ao longo daquele arco temporal com uma especial nota para as dinâmicas económicas.

Vanessa Marcos confronta-nos com uma leitura sobre a gestão dos recursos humanos nas Organizações Não Governamentais de Cooperação para o Desenvolvimento. Tomando por referência um inquérito àquelas organizações a autora realiza por um lado um mapeamento dos seus assalariados e voluntários e, por outro, uma análise dos modos como são geridos, destacando as questões da profissionalização e da precariedade laboral.

O artigo de Cristina Cunha Mocetão incide na parentalidade social no âmbito das denominadas famílias recompostas. O estudo centra-se num conjunto de jovens dos 14 anos aos 18 anos, analisando as suas representações sociais sobre as figuras parentais. Uma das conclusões da autora aponta para a inexistência de diferenças por parte dos jovens quanto ao padrasto e à madrasta

Mónica Santos apresenta uma análise sobre a inserção profissional dos licenciados em Direito diplomados por universidades públicas e privadas da região Norte. Discute-se, de modo fundamentado, os processos de integração num conjunto de profissões com especial ênfase na da advocacia, tendo por referência condicionantes estruturais e conjunturais em que pontificam as alterações do ensino superior e do mercado de trabalho

A formação de professores de Educação Física em contexto de prática supervisionada é o tema do texto de Inês Cardoso, Paula Batista e Amândio Graça. Os autores desenvolvem uma argumentação, sustentada numa investigação empírica, acerca da reconstrução da identidade profissional de três estagiários de Educação Física.

“A Ciência Biomédica e o Processo Civilizador” é o título do artigo de Bruna Farias e Mari Cleise Sandalowski. Alicerçado no contributo de Norbert Elias desenvolve-se um texto argumentativo sobre a dicotomia entre fato e valor e como está presente nas práticas conduzidas pela medicina brasileira em termos do que as autoras designam de intervencionismo social

Por último, Carolina Pimentel Corrêa discorre, num registo de recensão, com uma notório cunho pedagógico, acerca da obra FREIRE, André (Org.), (2015), *O Futuro da Representação Política Democrática*, Lisboa, Nova Vega.

Carlos Manuel Gonçalves

DOI: 10.21747/0872-3419/soc32edit

ARTIGOS

Carreiras e circuitos de músicos brasileiros: uma exploração etnográfica no Bairro Alto, Lisboa

Ricardo Bento

Centro de Investigação e Estudos de Sociologia, Instituto Universitário de Lisboa

Graça Índias Cordeiro

Centro de Investigação e Estudos de Sociologia, Instituto Universitário de Lisboa

Lígia Ferro

Instituto de Sociologia da Universidade do Porto

Centro de Investigação e Estudos de Sociologia, Instituto Universitário de Lisboa

Resumo

Partindo de uma pesquisa etnográfica sobre o mundo da música popular brasileira (MPB) em lugares do Bairro Alto em Lisboa, este artigo coloca à discussão o modo como os percursos trilhados pelos artistas imigrantes de origem brasileira com objetivos de realização artística e de reconhecimento público, se desenham a par e passo com uma intensa sociabilidade coletiva entre pares, onde o trabalho e o lazer se misturam. A partir das noções de circuito e carreira analisaremos a relação entre um percurso de mobilidade espacial e de mobilidade social, assim como a relação entre a constituição de cenas musicais em diferentes escalas cidadinas e artísticas.

Palavras-chave: carreiras artísticas; circuitos urbanos; músicos brasileiros no Bairro Alto.

Careers and Brazilian musicians circuits: an ethnographic exploration in Bairro Alto, Lisbon

Abstract

Starting from an ethnographic research on the Brazilian popular music world in some of Bairro Alto's places (Lisbon) this article discuss how the paths pinched by the Brazilian immigrant artists in search of artistic fulfillment and of public recognition are constructed side by side with an intensive sociability between peers, where work and leisure mix together. From the notions of circuit and career, we shall analyze the relationship between paths of spatial mobility and social mobility, as well as the relationship between the constitution of musical scenes in different urban and artistic scales.

Keywords: artistic careers; urban circuits; Brazilian musicians in Bairro Alto.

Carrières et circuits de musiciens brésiliens: une exploration ethnographique au Bairro Alto, Lisbonne

Résumé

A partir d’une recherche ethnographique sur le monde de la musique populaire brésilienne à certains lieux du Bairro Alto (Lisbonne) cet article discute la façon dont les chemins des artistes immigrants brésiliens cherchent à l’accomplissement artistique et la reconnaissance publique, côte à côte avec une intense sociabilité, où travail et loisir se mélangent. Le rapport entre les chemins de la mobilité spatiale et la mobilité sociale est analysé à l’aide des notions circuit et de carrière, ainsi que la relation entre la formation des scènes musicales dans des différentes échelles urbaines et artistiques.

Mots-clés : carrières artistiques; circuits urbains; musiciens brésiliens à Bairro Alto.

Carreras y circuitos de músicos brasileños: una exploración etnográfica en el Bairro Alto, Lisboa

Resumen

A partir de una investigación etnográfica sobre el mundo brasileño de música popular en algunos lugares de Bairro Alto (Lisboa) este artículo discute cómo se construyen los caminos de los artistas inmigrantes brasileños en busca de plenitud artística y de reconocimiento público, junto con una sociabilidad intensa entre pares, donde el trabajo y el ocio se mezclan. A partir de las nociones de circuito y la carrera, vamos a analizar la relación entre las trayectorias de movilidad espacial y la movilidad social, así como la relación entre la formación de las escenas musicales en diferentes escalas urbanas y artísticas.

Palabras clave: carreras artísticas; circuitos urbanos, músicos brasileños en Bairro Alto.

A circulação de músicos de origem brasileira em Portugal tem sido uma constante desde a segunda metade século XX até aos dias de hoje (Cidra, 2010: 177-178). Este movimento acompanhou o processo de tipificação e internacionalização de géneros musicais do Brasil numa história de exportação da “música popular brasileira” (MPB) associada à expansão da indústria fonográfica e do espetáculo:

“Através da articulação entre a televisão, a política das editoras fonográficas e a realização de espetáculos em teatros, casinos, pavilhões desportivos, discotecas e festivais de música um pouco por todo o país, Portugal consolidou-se como um mercado significativo da MPB no exterior do Brasil.” (Cidra, 2010: 178)

Nas décadas de 1980 e de 1990, os músicos constituíam uma pequena parcela da primeira vaga de imigrantes brasileiros para Portugal (Cidra, 2010: 180). A instabilidade económica e política do Brasil e a antevisão de uma estabilidade

económica e política de Portugal, recém-integrado na Europa, trouxeram músicos e empresários da área da comunicação e do audiovisual que renovaram o panorama deste tipo de música em Portugal (Cidra, 2010: 178), muito embora parte significativa deles não se tenha aqui fixado. Alguns destes músicos vinham de pontos da Europa ou Médio Oriente, atraídos por um meio musical em expansão num país de língua portuguesa culturalmente mais próximo que outros países e onde a música brasileira era bem conhecida. Muitos acabaram por sair, fixando-se, sobretudo na Europa do Sul (Cidra, 2010: 178). Os contatos estabelecidos na sociedade de acolhimento faziam-se, preferencialmente, no âmbito da oferta do meio musical constituída por “um número significativo de bares em várias zonas urbanas ou de concentração turística no país, propriedade de empresários ou comerciantes portugueses, apresentando como principais repertórios, música popular brasileira interpretada ao vivo” (Cidra, 2010: 180).

Hoje, os músicos continuam a ser uma parte significativa da mais recente vaga de imigração brasileira, considerada menos ‘qualificada’ e mais ‘laboral’ do que a anterior vaga, entre a década de 1980 e finais de 1990 (Malheiros org., 2007; Peixoto *et al*, 2015; Nico *et al*, 2007) e os bares continuam a ser um dos palcos mais procurados para trabalhar.

Partindo desta evidência empírica, o presente texto propõe uma reflexão sobre a experiência de um pequeno grupo de músicos imigrantes brasileiros que vivem, atuam e circulam numa pequena área central da cidade de Lisboa, no Bairro Alto. Com base numa pesquisa etnográfica exploratória, entre Janeiro e Junho de 2015¹, tentámos compreender como a luta por uma realização artística e seu reconhecimento público se compatibiliza com uma intensa sociabilidade quotidiana entre pares, onde o trabalho e o lazer se misturam, numa pequena área geográfica da cidade de Lisboa. As noções de circuito (Magnani, 2005) e de carreira (Hannerz, 1980; Becker, 1982; Menger, 1999; Gomes, 2014) ajudaram a compreender a relação complexa do percurso de mobilidade espacial e de mobilidade social, assim como a relação entre a constituição de cenas musicais em diferentes escalas cidadinas e artísticas.

¹ A presente pesquisa faz parte de uma investigação mais abrangente sobre os recursos, as condições, as trajetórias biográficas, os estilos de vida, as sociabilidades e os circuitos urbanos de imigrantes de países terceiros à União Europeia que vêm trabalhar em Portugal no campo artístico : “O trabalho da arte e a arte do trabalho: circuitos criativos de formação e integração laboral de imigrantes em Portugal” projeto coordenado por Lígia Ferro e Otávio Raposo, CIES-IUL/ACM/CE. Agradecemos aos artistas que partilharam as suas histórias connosco, aos colegas da equipa deste projeto de investigação com quem discutimos dados e dúvidas de pesquisa e a Otávio Raposo que atuou como elemento facilitador da entrada no terreno da pesquisa.

1. Entre bares e estúdio: circuitos de trabalho e lazer

O Bairro Alto é um dos lugares mais centrais da cidade de Lisboa e algumas das suas ruas, como a Rua da Rosa, Rua da Atalaia e Rua do Norte, são expressivamente ocupadas por bares e restaurantes animados por música brasileira ao vivo (Guerreiro, 2012:13-14). A existência de certas associações de dança e artes², da Casa do Brasil e, até, do consulado do Brasil, contribuem para a atração de um público brasileiro diversificado para esta área da cidade. A Rua da Atalaia, em particular, caracterizada pela agregação de equipamentos urbanos permanentes, destaca-se pela densidade de bares e restaurantes, muitos deles com espaços interiores exíguos. Há para todos os gostos: para conversar ou para ouvir a música, com sala de jogos, Dj’s e música eletrónica, exposições de artes plásticas, concertos de música ao vivo, tradicionais ou alternativos³. A marca brasileira impõe-se nesta rua, através da expressão linguística, música, dança, caipirinhas, caipiroskas e cachaaças vivamente anunciadas. Para além de atrair turistas, também brasileiros, toda esta circulação cultural brasileira constitui um possível fator de empregabilidade para imigrantes brasileiros na indústria do entretenimento e em atividades relacionadas com o lazer.

A partir deste encontro com a música ao vivo foi possível acompanhar alguns artistas imigrantes na vida da cidade e mapear “redes de relação” condensadas num território (Frúgoli Jr., 2013: 17). A rua definiu, assim, um primeiro recorte⁴ espacial a partir do qual se seguiu o trajeto dos músicos pela região circundante, o que ajudou à identificação de outros lugares menos públicos (como um estúdio de gravação) e mais residenciais. A etnografia organizou-se, assim, em torno da descrição e interpretação das experiências destes músicos, polarizadas em torno dos momentos e lugares significativos das suas vidas, valorizando a diversidade de experiências, desde o nível laboral mais óbvio do bar/restaurante/rua até ao nível mais íntimo do estúdio/casa/associação⁵.

² Artcasa e ArtePura.

³ De dia, o movimento e visibilidade dos bares noturnos dá lugar a outro tipo de comércio e instituições: lojas de moda e atelier, a Galeria Zé dos Bois (ZDB) com seus eventos culturais, cuja entrada principal é feita pela Rua da Barroca, a Galeria das Salgadeiras, o Talho da Atalaia ao lado do bar A Capela, uma mercearia, uma loja de ferragens ao lado do Arroz Doce, uma casa de molduras, um artesão, um *Hostel* situado em frente ao mercado próximo de uma escola primária.

⁴ A rua, como recorte empírico, tem sido usada em vários etnografias urbanas. Veja-se Graça Cordeiro (1997); Cristiana Bastos (2001); Graça Cordeiro e Frédéric Vidal (org) (2008); Lúcia Ferro (2011) e (2015); e, para o Bairro Alto, Heitor Frúgoli Jr. (2013).

⁵ A pesquisa etnográfica foi mais intensamente desenvolvida de forma sistemática por Ricardo Bento, bolseiro de investigação do projeto, ao longo de quatro meses; Graça Cordeiro e Lúcia Ferro orientaram este trabalho, com algumas incursões no terreno e discussões periódicas que foram dando forma ao texto escrito em colaboração.



Legenda: Rua da Atalaia num fim de semana de Inverno.
Fotografia: Ricardo Bento

Os quatro bares que de seguida apresentamos, muito próximos entre si, configuram uma pequena ‘mancha de lazer’ (Magnani, 2005), de música ao vivo e diversão noturna da Rua da Atalaia, no Bairro Alto. Podemos afirmar que nestes bares os músicos encontram uma das suas principais fontes de rendimento, atualizando práticas musicais, relações sociais e oportunidades que surgem na informalidade pré e pós exposição pública. Observar como diferentes frequentadores e diferentes recursos espaciais e materiais orientam de forma diversa práticas artísticas, estratégias de representação, usos e consumos foi um dos nossos objetivos.

No Portas Largas: Kuaqua

No Portas Largas a música ao vivo caracteriza-se por ter algumas noites com música *pop-rock (covers)* e outras com MPB. São sobretudo músicos brasileiros que ali tocam, num palco elevado e frontal em relação às mesas. Ainda nos anos 90 era uma taberna e um lugar de encontro prévio antes de começar a noite no Frágil, a mítica discoteca do bairro situada do outro lado da rua. A sua localização estratégica na Rua da Atalaia onde convergem as Travessas dos Inglesinhos e da Queimada, faz com que as suas portas de entrada sejam visíveis por quem passa na Rua da Misericórdia, uma das principais vias que circundam a entrada no Bairro Alto. Os frequentadores deste

bar são heterogêneos e, durante a semana, com pouca presença de público brasileiro. A música serve mais para criar ambiente, do que para ser ouvida. Muitas vezes se ouvem as vozes dos clientes por cima da música.

Baterista profissional, Kuaqua tem quarenta e dois anos e toca habitualmente no Portas Largas. Oriundo de Belo Horizonte, está em Portugal há mais de dez anos. É casado com uma cabeleireira, tem quatro filhos, com quem vive nas proximidades do Bairro Alto. Com trinta anos de atividade como baterista em diversas bandas, tanto no Brasil como em Portugal, Kuaqua multiplica as suas aspirações no meio musical em diferentes áreas: experimentação musical, gravação de outros músicos e *workshops* no Estúdio⁶, concertos nos bares e restaurantes do Bairro Alto. Quando chegou a Portugal trabalhou três anos na fábrica de velas do Loreto, próxima do Bairro Alto, até conseguir viver apenas da música. Foram duros esses dias em que quase não dormia para poder continuar a seguir os seus desejos de ser músico. Hoje, os seus rendimentos provêm sobretudo do trabalho como músico em bares no Bairro Alto, interpretando diversos ritmos de origem brasileira, e de atividades que desenvolve num pequeno estúdio informal que construiu com amigos. Também tocava na Toca do Espalhafato, propriedade do seu amigo Abidula, e que fechou as portas recentemente.



Legenda: Marcelo, Cícero e Beto (da esquerda para a direita) em concerto na associação *Artcasa*.
Fotografia: Ricardo Bento

⁶ Nome fictício.

No Arroz Doce: Cícero Mateus

A poucos metros das Portas Largas fica o Arroz Doce, pequeno bar remodelado na última década. Anteriormente era uma taberna de paragem obrigatória onde a tia Alice servia umas bifanas acompanhadas pela bebida mais conhecida e com o nome mais vernacular do bairro “o pontapé...”. Junto a uma parede existia uma velha jukebox onde se podiam escolher músicas que permitiam ao mesmo tempo pôr a conversa em dia com os amigos. É um lugar importante no território do bairro para encontrar relações consolidadas e estreitar novas, um espaço de sociabilidade que funciona como catalisador de redes interpessoais.

Recentemente o Arroz Doce tornou-se num espaço moderno, atraente e confortável, com uma decoração cuidada do balcão e iluminação de baixa intensidade em tons de vermelho que atrai turistas e jovens em busca de excitação e entretenimento. Na sua parte interior há um palco estreito, baixo, onde cabem três músicos. Com cinquenta pessoas as mesas e o restante espaço ficam completamente cheios. O proprietário que nasceu e cresceu nas ruas do bairro também é dono do bar Tacão Grande, que fica na Travessa da Cara, quase em frente ao *Erasmus Corner*, ponto de referência para os estudantes estrangeiros. Ele descreve como foi experimentando a música brasileira ao vivo e como as pessoas iam ficando a ouvir e o consumo, sobretudo de cerveja, foi aumentando. Os géneros musicais e os músicos têm-se diversificado, apresentando-se ao vivo em ambos os bares com Dj's, *pop-rock*, samba e eletrónica.

Cícero Mateus, um destes músicos, tem trinta anos de idade e veio para Portugal com dezasseis viver com tios e primos. Foi com estes últimos que formou uma banda e começou a tocar no Armazém F, em Alcântara, um dos lugares de referência para os músicos brasileiros recém-chegados que queriam tocar ao vivo. Para além de atuar no Arroz Doce circula também por outros bares do Bairro Alto, embora evite este tipo de situações rotineiras que penalizam demasiado a composição e os ensaios dos seus próprios temas musicais. No Brasil já havia iniciado a aprendizagem musical pela percussão, num ambiente familiar e com grupos de amigos. Terminou o ensino secundário já em Portugal, alcançou as avaliações necessárias para ser admitido na universidade e adquiriu a nacionalidade portuguesa para poder circular mais facilmente pela Europa, mantendo a brasileira. É vocalista, guitarrista e compositor. Já foi à televisão apresentar músicas do álbum gravado pelos Luso Baião, banda formada por portugueses e brasileiros, da qual também faz parte o irmão Beto. Integra, ainda, um projeto de *pop-rock* afro-brasileiro ainda em desenvolvimento, os Alma Brasilis e

desenvolve composições para a sua carreira a solo. Vive numa área central da cidade de Lisboa. Costuma ir a pé para os concertos que apresenta regularmente em dois bares no Bairro Alto: no Tação Grande numa roda de samba, ao domingo e no Arroz Doce, à segunda-feira. Além destes lugares percorre outras salas nacionais, como o teatro A Barraca, em Santos, o Chapitô, na Costa do Castelo, o B.Leza⁷ e festivais internacionais de forró que acontecem na Europa, para além de já ter ido ao Brasil atuar. Quando toca no Arroz Doce aparecem frequentemente uma dezena de amigos e conhecidos que vão acompanhando o seu trabalho. Neste bar em particular, Cícero interpreta um repertório ligado à tradição musical brasileira que se dirige sobretudo a turistas, estudantes estrangeiros e alguns portugueses.



Legenda: Último dia do Espalhafato com Kuaqua, Muleca, Rapha Soares e Abidula
(da esquerda para a direita)
Fotografia: Ricardo Bento

No Espalhafato: Abidula

A Toca do Espalhafato, ou simplesmente o Espalhafato como era conhecido, antes de encerrar portas em Março de 2015, encontrava-se muito degradado, com falta de isolamentos nas paredes, buracos no teto, portas e janelas estragadas, tendo

⁷ O B.Leza tem sido ao longo do tempo um lugar ímpar nas cenas musicais cabo-verdianas e africanas que têm acontecido em Lisboa, como refere César Monteiro, 2011.

sido alvo de restrições em relação aos horários de funcionamento e ameaça de multas, devido a queixas sobre excesso de volume sonoro que se propagava para a rua e casas contíguas. Toda a infraestrutura do prédio estava sem condições e precisava de reparações urgentes. O telhado caiu e as estruturas técnicas de fachadas, eletricidade e canalizações estavam em péssimo estado. Este foi um dos motivos que ajudou na decisão de vender e fechar o bar definitivamente. No seu interior exíguo existia um balcão à entrada, um palco ao fundo e, no meio, quatro ou cinco mesas de reduzidas dimensões. Com menos frequentadores do que outros bares da vizinhança a Toca do Espalhafato cativava alguns novos clientes, para além daqueles que já eram habituais e conhecidos do músico-proprietário, Abidula, por intermédio do vizinho Portas Largas que gera muito movimento naquela parte da rua.

Proprietário da Toca do Espalhafato, onde também cantava e tocava violão, Abidula tem quase cinquenta anos. Veio para Portugal em meados dos anos 90, depois de ter passado por Paris, onde trabalhou como percussionista. Mestre em capoeira, foi um dos primeiros a impulsionar esta prática em Portugal. Reside muito perto do Bairro Alto, é vizinho do Kuaqua, e participa na rede de sociabilidades de um estúdio informal, do qual falaremos mais adiante, tal como outros músicos que frequentam o seu bar. Começou por tocar na Rua da Atalaia, mais tarde no atual Espalhafato, então chamado Toca do Cachorrão que, anteriormente, tinha sido um restaurante de comida portuguesa chamado A Toca. Foi ele e o sócio quem o batizou de Espalhafato, inspirados pela expressão “espalhar o facto” como homenagem aos jornalistas que alertam para injustiças ou abusos de poder. Em 2013 comprou o prédio num leilão promovido pelas finanças e em 2015 vendeu-o a um investidor imobiliário. Acalenta o projeto de criar uma fundação cultural num armazém junto ao rio Tejo. Pensa voltar ao Brasil para passar férias, mas quer continuar a viver em Portugal nos tempos mais próximos.

No Marganês: Dinho Zamorano

O Marganês é um dos últimos bares no topo norte da Rua da Atalaia. Os frequentadores do ambiente noturno e musical que ali se vive aparentam ser clientes habituais, ou pelo menos conhecedores das sonoridades brasileiras do forró, arrastapé, frevo e samba. O bar tem algum espaço para dançar, embora seja um pouco claustrofóbico, como comentam alguns, e em dias com muita gente, dançar torna-se uma tarefa para aventureiros. Outrora esta parte da rua tinha má fama e era representada como um sítio perigoso. Agora está mais movimentada e é usual nos

dias de mais agitação ver muitos dos clientes na rua a conviverem, enquanto lá dentro os acordes do cavaquinho de Dinho animam a casa e a dança.



Legenda: Dinho e o irmão Rapha momentos antes de um concerto dedicado ao samba no *Marganês*

Fotografia: Ricardo Bento

Dinho Zamorano canta e toca cavaquinho numa banda onde é a figura central, com o irmão mais novo, Rapha. As suas origens de Olinda, Pernambuco aparecem no sotaque quente e nasalado dos seus trinta e sete anos de idade, quando canta as letras sensuais e provocadoras de um forró. Concluiu o ensino secundário enquanto fazia as suas experimentações musicais e trabalhava para ajudar os pais. Quando chegou a Portugal, em 2001 com vinte e três anos veio ter com a irmã que tocava música eletrónica e começou a trabalhar na construção civil. Em simultâneo, juntava-se com outros músicos em rodas de samba e outros eventos musicais para adquirir mais experiência e contatos. Após ter sido forçado a sair do país, adquiriu nacionalidade espanhola, pelas suas raízes familiares e regressou novamente a Portugal. Hoje, casado com uma portuguesa, de quem tem três filhos, vive em Benfica. Podemos encontrá-lo a tocar regularmente no Bairro Alto, no Marganês, durante a semana e nas docas de Alcântara, no Havana, ao Domingo. Atualmente, tem-se dedicado a um novo trabalho que vai editar em breve.

Abidula, Dinho, Kuaqua, Cícero e muitos outros músicos e amigos fazem parte de uma pequena rede de afinidades que se encontram, frequentemente, no Estúdio. É um pequeno lugar que fica numa rua estreita a dez minutos a pé do Bairro Alto. As portas velhas de alumínio mais parecem dar acesso a um velho armazém e não existe sinalética que singularize o que ali se desenrola. Este estúdio informal combina um conjunto de sociabilidades criativas ligadas à música e a outras afinidades pessoais. Nesse lugar estes músicos mostram as suas composições, os improvisos, ou descansam e falam dos seus quotidianos. É possível assistir a encontros entre músicos diferentes como o caso de Adrix, um músico de origem cabo-verdiana, que nunca frequentou a escola formal para aprender música erudita, e Leonardo, um professor brasileiro de guitarra e aluno de mestrado em teoria musical e composição. Numa das noites, ambos entraram simultaneamente num diálogo entre diferentes linguagens e melodias, criando contrastes e empatias entre guitarra e voz.

Alguns dos músicos que por ali passam acabam por conseguir trabalho por revelarem as suas capacidades ao grupo de pares. Podemos mencionar o caso de Jeff, um guitarrista que chegou somente há uns meses a Lisboa, e com o qual o Kuaqua formou um trio para atuarem em circuitos culturalmente prestigiantes, tal como um concerto na associação da Casa Comunitária, situada na Mouraria. Neste Estúdio não é incomum ouvir falar de ideias que aparecem entre acordes soltos e linhas da percussão, de músicos convidando músicos para se entretajudarem em projetos embrionários. Exemplos que evidenciam uma preocupação com o prestígio pessoal, a construção de uma carreira como músico, procurando algo mais do que apenas o exercício de capacidades adquiridas.

Por todos estes motivos o Estúdio surge como um lugar do circuito destes músicos onde se conjugam relações entre diferentes géneros musicais, origens culturais e estratégias de ação. Desempenha, também, um papel importante ao assegurar a criação de uma rede de sociabilidades de músicos que reescreve continuamente os sentidos de permanência que normalmente os bairros históricos e os centros urbanos têm, introduzindo novos conteúdos culturais e sociais que contagiam as práticas e as representações, numa espécie de palimpsesto urbano. O tempo de lazer como forma de participação plena na sociedade e a qualidade desses momentos de convívio e trabalho coletivo repercute-se de uma forma singular na própria atividade artística dos músicos quando estes procuram experiências de realização pessoal que, normalmente, estão dissociadas das atividades profissionais quotidianas, solicitando uma descoberta de si e dos outros.

2. “É assim que a música me constrói”

O meu trabalho é uma parada de vinte e quatro horas. A música está na minha vida a toda a hora, não tem parada. Nesses vinte anos me coloca nos lugares, vai-me colocando a falar com pessoas e a trocar ideias comigo. E sai qualquer coisa positiva disso. É assim que a música me constrói. (Cícero, 23 Abril 2015)

Para estes músicos, a intensidade do empenho artístico e a importância concedida aos lugares de visibilidade e reconhecimento público não são equivalentes. As suas carreiras artísticas são moldadas pelos modos plurais como constroem as ligações das práticas artísticas aos mundos de arte a que têm acesso (Becker, 1982). Pode afirmar-se que a “organização sequencial das diferentes situações de vida” destes artistas se caracteriza por uma tendência incerta e multiforme (Hannerz, 1980: 270)⁸, na sequência do reconhecimento ou do esquecimento dado aos projetos em que se encontram envolvidos.

Assim, embora atualmente Kuaquasejaum músico que vive quase exclusivamente de atividades ligadas ao meio musical, desdobra-se numa multiplicidade de projetos direta e indiretamente ligadas ao seu trajeto como percussionista. Esta estratégia de combinar diversas atividades não apenas melhora os seus rendimentos como favorece o alargamento da sua rede de contatos, diminuindo o risco de incerteza laboral. A pluralidade de ocupações compensa a ausência de um contrato formal com grandes organizações artísticas que usualmente dão acesso a trabalhos mais estabilizados. Porém, quando observamos os constrangimentos iniciais de Kuaqua para manter uma carreira como músico em Portugal percebemos aquilo que podemos designar como uma “dupla impermanência”. Por um lado, seguindo novamente a noção de carreira como organização sequencial das situações de vida (Hannerz, 1980: 270), vemos que as mudanças introduzidas pelo percurso migratório alteram relações de vizinhança, redes interpessoais, de lazer e mobilidade, aumentando as variáveis de incerteza. Por outro lado, a exigência de processos colaborativos sofisticados na performance musical e o risco de fracas ligações laborais são causas adicionais de instabilidade que condicionam a trajetória artística, tal como foi descrito pelo próprio ao apontar as dificuldades que sentiu inicialmente em conseguir viver apenas da música, exercendo profissões fora desse universo performativo.

Num sentido inverso, a transição migratória de Cícero e a entrada num meio musical desconhecido aconteceu sem grandes alterações disruptivas. Os vínculos de parentesco parecem ter facilitado o contato com o cenário social e artístico pré-

⁸ Ulf Hannerz (1980) enquadra a noção de carreira de uma forma holista como conceito chave para entender a fluidez da vida urbana. Ver pp. 270-76.

existente. A continuidade da aprendizagem escolar formal permitiu a abertura a novas realidades e relações de amizade que se refletiram na descoberta de outros estilos de vida, com saberes sociais e culturais diferenciados da sua experiência anterior. Ainda que Cícero viva a partir dos rendimentos provenientes de concertos e bares, ele arrisca mais na composição dos seus temas e procura ensaiar, gravar e apresentar esses trabalhos ao vivo, dedicando menos tempo aos circuitos performativos que os bares lhe proporcionam. Essa estratégia permitir-lhe-á porventura um acréscimo de novas opções que, embora incertas e desconhecidas abrem para expressões estéticas, redes de sociabilidade e circuitos musicais inesperados que dão à sua carreira uma configuração criativa e independente baseada na construção de *portfolios* artísticos originais.

O percurso artístico do Abidula, por seu lado, caracteriza-se pela acumulação de diferentes ocupações indiretamente ligadas à interpretação musical. Nomeadamente através da capoeira, que tem uma forte presença do canto e do ritmo, e atrás dos papéis de empregador e divulgador como proprietário de um bar com música ao vivo. O facto de ser proprietário e empresário modifica necessariamente a “organização sequencial das suas situações de vida”, tendo que estabelecer relações com comerciantes locais, fornecedores, músicos e clientes. O empenho de Abidula sustenta e alarga as redes de sociabilidade, de fruição estética e a fluidez de novos papéis ligados às atividades do Espalhafato; inversamente, a sua participação como intérprete, músico e autor noutras dimensões estéticas está nesta fase concreta da sua vida condicionada pelas responsabilidades que detém como proprietário de um bar.

No que se refere a Dinho, vemos que a sua atual carreira artística está associada a pequenas organizações, restaurantes e bares, e situações conjunturais em que lhe pedem para realizar apresentações em festas organizadas por autarquias ou particulares, que querem celebrar uma ocasião específica. Além disso, este músico grava maquetes e desenvolve trabalhos de composição dirigidos a uma comunidade cultural específica que se revê na complexa génese da música popular brasileira, combinando géneros que nasceram em regiões distantes e culturas distintas, como é o caso do samba e do forró. Em determinado momento da pesquisa acompanhámos de perto um dos momentos em que se preparava para dar uma entrevista a uma rádio nacional que divulga sobretudo música de origem brasileira. Isto é revelador de que a manipulação de convenções (normativas e criativas) que são realizadas pelas interpretações deste músico em relação aos múltiplos géneros existentes na música brasileira se interliga e dialoga com mecanismos e dimensões culturais próprias desse mundo de arte (Becker, 1982). Mesmo que em situações pontuais se tenha de negociar fronteiras com audiências ou produtores de uma sociedade de destino que não

compreendem inteiramente a gramaticalidade dos conteúdos expressivos em causa, como no caso em que são tocados temas originais nos bares de diversão noturna com a presença diversificada de turistas, migrantes brasileiros, estudantes estrangeiros e locais, por exemplo.

Resumidamente, vemos que a separação da atividade musical em diversos planos é uma constante repetida por todos estes músicos: um mais ligado ao trabalho, como forma de sustento; outro alimentado pelos projetos individuais de autor; e ainda um terceiro, para onde convergem e se combinam expressões artísticas e projetos sociais. Muitos estudos apontam para esta realidade em que os músicos desenvolvem múltiplas atividades em simultâneo como forma de aumentar o rendimento, manter uma ligação duradoira ao meio e inventar oportunidades futuras (Menger, 1999; Gomes, 2014). Neste sentido, o modo como aspirações de curto prazo direcionam práticas musicais, e, como o planeamento de objectivos mais estruturados de uma carreira se intersejam com equipamentos culturais, mecanismos de produção, interesses e audiências de um circuito musical acabam por condicionar a práxis, o estatuto e as decisões individuais ou coletivas.

“Eu toco em muitos sítios, que para sobreviver tem que fazer vários. Como estou aqui há treze anos as pessoas já me conhecem e vou tendo trabalhos. Nesse momento estou regular em três dias, mas cheguei numa fase em que não quero estar a tocar fixo nos lugares, tipo cinco anos no mesmo lugar. Eu quero sempre tocar em outros lugares. Quero sempre mudar.”

(Cícero, 23 Abril 2015)

Os concertos, como momentos de exposição artística com maior visibilidade performativa, são particularmente valorizados. São referidos como momentos em que as pessoas se deslocam de propósito para os ouvir, para dançar e dar atenção à qualidade dos seus temas. Em contraste, as práticas musicais nos bares do Bairro Alto ou na rua⁹, são importantes como rotina que mantém rendimentos e, também, como exercício das capacidades técnicas e estéticas treinadas pelos compassos quotidianos de trabalho. Efetivamente, estas não são, normalmente, as práticas mais valorizadas artisticamente pelos próprios. Embora possam coexistir, e até sobrepor-se, em alguns casos, as expectativas mais elevadas estão dirigidas para projetos próprios ou eventos que permitem atingir patamares de reconhecimento e prestígio de maior valor.

⁹ Embora não seja referido explicitamente neste artigo, a experiência de alguns músicos que tocam nas ruas de Lisboa fez parte desta pesquisa.

3. Bairro Alto, lugar de movimentos sonoros

Um dos aspetos mais curiosos, relacionado com a própria escolha do lugar para estas práticas musicais surge nas diferentes perceções do Bairro Alto como uma miríade de paisagens musicais que vão do fado até à manifestação das culturas juvenis mais contemporâneas, incluindo música eletrónica, *rap*, *jazz* e *pop-rock* alternativo. Neste sentido, o Bairro Alto, é caracterizado como um lugar típico da cidade, que carrega tradições históricas e culturais, mas que não deixa de atrair e reinventar, em particular, novas estéticas musicais que se inter-relacionam no mesmo território urbano.

Com efeito, a cidade de Lisboa e o Bairro Alto, em particular, são referidos como lugares envolventes que ‘fazem as coisas acontecer’:

É uma das melhores coisas que aconteceu aqui em Lisboa em relação à música, e até de certa forma as expressões de artes plásticas têm essa vantagem aqui. Você se comunica com gente do mundo inteiro na cidade e fala português, e às vezes não. (Leonardo, guitarrista e compositor, 12 de Março de 2015)

Neste pequeno território coexistem, lado a lado, os bares e restaurantes turísticos onde atuam para ganhar a vida com algumas das casas de espetáculo mais ‘apetecíveis’ da cena artística lisboeta, como o Teatro do Bairro, a galeria ZDB ou, nas suas proximidades, o B.Leza. A vizinhança entre práticas musicais contrastantes, a proximidade física entre espaços que suscitam uma circulação entre experiências tão contrastantes é, sem dúvida, um dos valores deste território lúdico (Baptista, 2005) com elevado poder de atração.

Simultaneamente, o poder da música em espaço público como revitalizadora da vida urbana é conscientemente defendida por estes músicos. Neste sentido, a música como performance social é um meio de acedermos aos outros, interligando interações entre diferentes intérpretes e compositores através do encontro entre culturas e audiências que em muitos casos são simbolizadas por reificações de alteridade e afastamento.

A música...ela tem um poder incrível, entendeu? Você vai num bar de música ao vivo e ele está lotado. Ontem mesmo proibiram os bares por causa dos ruídos, do Portas Largas para baixo, de ter música ao vivo durante quarenta e cinco dias. O que é que aconteceu? Ninguém na rua. Ontem ninguém no bairro (Bairro Alto), ninguém ali na Rua da Atalaia.

(Dinho Zamorano, 11 de Fevereiro de 2015)

Seja nos bares de porta aberta, seja nas ruas e praças circundantes do Bairro Alto, a ‘música brasileira’ é representada como uma riqueza deste bairro que sem ela

ficará menos atrativo. Alguns dos músicos entrevistados referem o impacto da música tocada ao vivo como um elemento de dinamismo social, económico e cultural e de como se torna importante existirem lugares onde isso possa acontecer.

P’rá mim a música me fez encontrar vários caminhos. Mesmo da letra, da poesia, da espiritualidade, sabe? Até coisas que aprendi fora da música, foi a música que me deu. (Cícero, 23 Abril 2015)

Contudo, nem todos os lugares se equivalem, no Bairro Alto. Um público conhecedor das melodias brasileiras, maioritariamente composto por brasileiros que dançam e cantam os temas e que sabem reconhecer as qualidades dos temas e dos intérpretes, ou a qualidade da atenção que é dada aos gestos performativos influem nas perceções e na valorização das interpretações:

No Marganês, na segunda-feira, sinto a maior felicidade do povo, tu sai dali com alma lavada, o samba contagia e isso é legal. Agora vou tocar num restaurante em que é totalmente diferente. Você não vê aquele calor do povo. São lugares diferentes. (Dinho Zamorano, 11 de Fevereiro de 2015)

A relação com as ‘tradições’ próprias do bairro são efetivamente invocadas. A presença da música brasileira em salas de concertos, nas ruas e nos bares depara-se com a centralidade das práticas culturais, de lazer e consumo que as manifestações locais e cosmopolitas vividas no bairro emanam. Neste sentido, as prolíficas origens melódicas, harmónicas e rítmicas da cultura musical brasileira entrelaçam-se com outras sonoridades, consideradas mais lisboetas. Estas possibilidades são percecionadas como uma riqueza incomparável, responsável pelo poder de atração do Bairro Alto.

Estes circuitos combinados entre trabalho e lazer proporcionam momentos de criação e performance, sucessões de eventos, canais de visibilidade pública, mecanismos de produção e financiamento, encontros entre grupos de pares e/ou instituições de formação que ajudam ao reconhecimento e ao desenvolvimento das suas capacidades. Alguns destes músicos brasileiros trabalham em bares e restaurantes noutras áreas turísticas com uma grande densidade, e têm um reportório orientado consoante os lugares e os públicos.

Ainda que possamos afirmar que estes músicos usam muito do seu tempo nestas práticas para se financiar, parte deles não cessam de pensar nos seus próprios trabalhos e em colaborações com outros músicos, como forma de potenciarem práticas e expressões estéticas em que a sua autoria seja reconhecida. Desta forma, a criação de temas originais é uma das estratégias para se obter mais reconhecimento público e realizar objetivos pessoais.

O que quero mesmo agora é gravar esse cd com quatro ou cinco temas... que são temas que sejam meus... e saber que pô o cara tá ouvindo o meu trabalho é uma coisa minha, não tô tocando igual ao fulano, eu é que tô tocando.

(Kuaqua, 6 de Março de 2015)

É assim que, nestas dimensões diferenciadas e concomitantes são organizados processos de trabalho artístico em salas de concertos, teatros, associações e outras instâncias de maior consagração performativa, que aspiram a situações, lugares e circuitos com configurações transnacionais, entrelaçando culturas e experiências do viver urbano. Determinadas cenas musicais decorrem deste impulso para fazer trabalhos individualizados que necessitam da cooperação de diversos elementos ou grupos, para que possam em conjunto mostrar uma coerência expressiva impulsionada por audiências e mundos artísticos.

Podemos aduzir que estas práticas artísticas de nível mais profissional, independente ou dirigido a uma comunidade específica influencia, de forma direta, a configuração dos circuitos musicais destes protagonistas. Além disso, a forma como os músicos organizam as incertezas da sua carreira também transformam as dinâmicas dos próprios circuitos. Dado que o seu *modus operandi* está vinculado internamente ao risco de criarem protótipos por tentativa e erro, não têm garantia prévia de sucesso, e, por isso, procuram continuamente novas oportunidades artísticas. Noutra perspetiva, os circuitos musicais que são mais intensamente estruturados através do planeamento a longo prazo do trabalho de composição, ensaios, concertos e gravações, alteram as ações individuais e coletivas das carreiras plurais e incertas destes protagonistas, acrescentando reconhecimento público aos seus trabalhos de autor.

4. Considerações finais

A cidade de Lisboa, e o Bairro Alto em particular, oferecem a estes músicos de origem brasileira modos de ancoragem que favorecem a circulação e o alcance de oportunidades locais e internacionais. As formas de cooperação identificadas neste texto são reveladoras de uma estratégia orientada no sentido da realização pessoal e profissional. As redes de sociabilidade em que se inserem proporcionam um motor de dinamismo para a concretização de objetivos pessoais, tanto na diversificação dos seus papéis artísticos como na combinação que alguns deles realizam em projetos autorais através de contatos e circuitos de dimensão internacional. Estar em movimento para a maior parte dos músicos é algo que é necessário, uma vez que têm de apresentar as

suas capacidades, os seus repertórios e os seus temas perante uma audiência que os quer ver ao vivo. A potencialidade da música brasileira para circular e ser recebida em diferentes partes do mundo é um recurso que permite construir repertórios que se integram em festivais nacionais e internacionais, como é o caso dos festivais de forró que existem na Alemanha, Inglaterra, Espanha, França ou Itália, apenas para mencionar alguns.

A observação de circuitos artísticos urbanos permitiu perceber como as carreiras se vão construindo, neste diálogo entre a vida local e as deslocações territoriais. A interseção entre os conceitos de circuito e carreira revelou ligações entre as formas de deslocamento territorial, nas suas várias escalas micro-local, cidadina e internacional, e os percursos de mobilidade social, ‘pessoal e artística’ que ajudam a olhar de modo integrado cidade e imigração. A análise desta interseção é uma das estratégias analíticas potencialmente fértil para melhor compreendermos o sentido e o significado das experiências destes músicos.

O acompanhamento dos circuitos por onde estes músicos se movem espacialmente pela cidade mostrou, assim, as estratégias cooperativas, as decisões pessoais e as situações através das quais se incorporam na vida local, projetando as suas aspirações em múltiplas dimensões. As atuações em bares, restaurantes, associações, teatros, salas de concertos, praças e ruas como forma de inserção laboral, e simultaneamente, o processo impulsionador para atuar em instâncias mais consagradas coexistem com a participação em diversas práxis comunitárias. Seja no âmbito da realização de projetos mais pessoais ou profissionais, seja na expansão de novas relações sociais e institucionais que modificam os cenários da vida urbana desses lugares.

Contudo, quando intersetamos a noção de carreira com a de circuito, entendida como um percurso de mobilidade social que nem sempre é linear, conectando dimensões territoriais e a fluidez da experiência urbana, característico da irregularidade de quem trabalha por projetos, contrariamente a quem está integrado em estruturas do meio artístico mais estabilizadas, verificamos que há uma ausência de lugares de consagração dentro do circuito. Esta é uma lacuna sentida pelos próprios que dificulta a rotina de um trabalho mais prestigiado e que pode levar ao próprio abandono da atividade, tendo em conta que são os circuitos que mantêm as aspirações de uma carreira artística que se desenrola numa sucessão intermitente de situações e projetos. Efetivamente, as criações saídas desta rede de afinidades associada às práticas musicais deparam-se com obstáculos na hierarquia organizacional da cidade. Neste sentido, é como se a cena de música brasileira local tivesse uma fragilidade intrínseca, uma vez que os lugares de maior consagração são usados sobretudo pelos artistas brasileiros de

renome, deixando de fora os músicos que produzem localmente, muito embora alguns deles o consigam fazer internacionalmente.

Paradoxalmente, Lisboa oferece oportunidades de desenvolvimento do trabalho artístico, sendo valorizados vários aspetos, incluindo a segurança que sentem na vida quotidiana da cidade, para além de ser vista como uma porta de entrada para os mercados de trabalho mais amplos do espaço europeu. A liberdade de poder transitar pela cidade sem receio de uma violência fortuita, ou estar na copresença de uma desigualdade social constante que impõe uma tensão de insegurança e vigilância permanentes, surge como dimensão fundamental da cidadania¹⁰. As redes de parentesco, vizinhança e amizade em que se inserem estes músicos imigrantes operam como formas de apoio, trazendo benefícios recíprocos como contatos de trabalho e de residência.

Embora estes músicos imigrantes façam parte da imigração brasileira mais recente, designada como laboral por ser menos qualificada relativamente à anterior vaga imigratória podem ser categorizados como imigrantes “laborais profissionalmente qualificados”. Assim, a simultaneidade de formas de integração laboral local através de um exercício profissional relativamente incerto, leva-nos a concordar com Amanda Guerreiro sobre a ambiguidade de estatuto que estes músicos imigrantes têm como migrantes, entre a procura de melhores condições de vida e sucesso artístico (Guerreiro, 2012). Nesse caminho interligam-se sociabilidades criativas e reconfigurações culturais, contraditórias, conflituantes, convergentes ou sobrepostas, que ajudam a explorar melhor as dimensões de fronteira entre os fenómenos migratórios atuais e as inscrições locais da expressividade relativas ao trabalho da arte. As redes de sociabilidade em que estes músicos se inserem e os seus recursos materiais e imateriais favorecem a mediação entre mundos (Velho, 2010), dando acesso a circuitos musicais que diversificam as suas relações e práticas.

Estas experimentações são dirigidas a públicos vastos, desde a rua a salas de concertos mais prestigiadas, ultrapassando as suas próprias comunidades de partida. Podemos, pois, afirmar que estas formas de expressão artística, interligadas por fluxos de migração territorialmente estruturados em redes de sociabilidade locais, provocam recursividades culturais que decompõem estereótipos, negociam fronteiras e constroem pontes, diálogos, confrontos e combinações entre expressões musicais imigrantes (Vanspauwen, 2013) produzindo uma ‘cena musical vernacular

¹⁰ Angela Torresan (2012) refere o “estranhamento” de muitos brasileiros pertencentes à classe média em relação ao seu país como um dos motivos para iniciarem percursos migratórios, sentindo que as suas aspirações sociais e os seus direitos de cidadania não seriam cumpridos durante o seu período de vida.

emergente” (Sieber, 2002: 179) na cidade de Lisboa. Esta é apenas uma das pistas enunciada neste artigo, potencialmente promissora, nomeadamente no que se refere ao modo como estas práticas musicais são informal e institucionalmente enquadradas contribuindo para que Lisboa seja um lugar de criação artística singular.

Referências Bibliográficas

- BAPTISTA, Luís Vicente (2005), “Territórios lúdicos (e o que torna lúdico um território): ensaiando um ponto de partida”, *Fórum Sociológico*, 13/14, pp. 47-58.
- BASTOS, Cristiana (2001), “Omulu em Lisboa: etnografias para uma teoria da globalização”, *Etnográfica*, 5 (2), pp. 303-324.
- BECKER, Howard S. (1982), *Art worlds*, Berkeley, Los Angeles & London, University of California Press.
- CIDRA, Rui (2010), “Música do Brasil em Portugal”, Salwa Castelo-Branco (org.), *Música em Portugal no século XX*, Lisboa, Círculo de Leitores, Temas e Debates, Vol. 1, pp. 173-181.
- CORDEIRO, Graça Índias (1997), *Um lugar na cidade. Quotidiano, memória e representação no bairro da Bica*, Lisboa, Dom Quixote.
- CORDEIRO, Graça Índias; VIDAL Frédéric (org.) (2008), *A rua, espaço, tempo, sociabilidade*, Lisboa, Livros Horizonte.
- FERRO, Lígia (2011), *Da rua para o mundo. Configurações do graffiti e do parkour e campos de possibilidades urbanas, Tese de doutoramento em Antropologia Urbana*, Lisboa, ISCTE-IUL.
- FERRO, Lígia (2015), “Jump Lisbon! Notes from an ethnography of urban flows”, *Portuguese Journal of Social Science*, 14 (2), pp. 177-192.
- FRÚGOLI JR., Heitor (2013), “Relações entre múltiplas redes no Bairro Alto (Lisboa)”, *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 28 (82), pp. 17-30.
- GOMES, Rui Telmo (2014), “O pessoal está interessado numa tour. Ritos de procrastinação das cenas musicais underground”, *Sociologia, Problemas e Práticas*, 76, pp. 51-68.
- GUERREIRO, Amanda (2012), *Músicos brasileiros em Lisboa. Mobilidade, bens culturais e subjetividade, Dissertação de mestrado*, Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa.
- HANNERZ, Ulf (1980), *Exploring the city. Inquiries towards an urban anthropology*, New York, Columbia University Press.
- MAGNANI, José Cantor (2005), “Os circuitos dos jovens urbanos”, *Tempo Social*, 17 (2), pp.173-205.
- MALHEIROS, Jorge (org.) (2007), *Imigração brasileira em Portugal*, Lisboa, Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural.
- MENGER, Pierre-Michel (1999), “Artistic labor markets and careers”, *Annual Review of Sociology*, 25, pp. 541-574.
- MONTEIRO, César Augusto (2011), *Música migrante em Lisboa. Trajetos e práticas de músicos cabo verdianos*, Lisboa, Editora Mundo Sociais.
- NICO, Magda; GOMES, Natália; ROSADO, Rita; DUARTE, Sara (2007), *Licença para criar. Imigrantes nas artes em Portugal*, Lisboa, Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural.
- PEIXOTO, João *et al.* (org.) (2015), *Vagas atlânticas. Migrações entre Brasil e Portugal no início do século XXI*, Lisboa, Editora Mundos Sociais.

BENTO, Ricardo; CORDEIRO, Graças Dias; FERRO, Lígia (2016), “Carreiras e circuitos de músicos brasileiros: uma exploração etnográfica no Bairro Alto, Lisboa”, *Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Vol. XXXII, pp. 11 - 31

SIEBER, Timothy (2002), “Composing lusophonia: multiculturalism and national identity in Lisbon’s 1998 musical scene”, *Diaspora*, 11 (2), pp. 163-188.

TORRESAN, Angela (2012), “A middle class besieged: Brazilians’ motives to migrate”, *The Journal of Latin American and Caribbean Anthropology*, 17 (1), pp. 110–130.

VANSPAUWEN, Bart P. (2013), “Cultural Struggles in the lusofonia arena: Portuguese-speaking migrant musicians in Lisbon”, *Afrika focus*, 26 (1), pp. 67-88.

VELHO, Gilberto (2010), “Metrópole, cosmopolitismo e mediação”, *Horizontes Antropológicos*, 16 (33), pp. 15-23.

Ricardo Bento. Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES-IUL), Instituto Universitário de Lisboa, (ISCTE-IUL) (Lisboa, Portugal). Endereço de correspondência: Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES-IUL). ISCTE-IUL, Avenida das Forças Armadas 1649-026, Lisboa. *E-mail:* ricardo.bento7@gmail.com

Graça Índias Cordeiro. Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES-IUL), Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL) (Lisboa, Portugal). *E-mail:* gracia.cordeiro@iscte.pt

Lígia Ferro. Instituto de Sociologia da Universidade do Porto (IS-UP), Porto, Portugal. Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES-IUL), Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL) (Lisboa, Portugal). *E-mail:* lferro@letras.up.pt

Artigo recebido a 5 de novembro de 2015. Publicação aprovada a 30 de junho de 2016.

Consumo sustentável e ambiente: o papel do Estado e das políticas públicas na inculcação de disposições ambientalistas

Isabel Silva Cruz

Instituto de Sociologia da Universidade do Porto

Resumo

Os efeitos nefastos do consumo sobre o ambiente trouxeram para a agenda política as questões do consumo sustentável. Neste artigo propomo-nos realizar uma análise retrospectiva da centralidade que as questões do consumo sustentável e do ambiente assumiram para os diversos governos portugueses, de 1976 até 2015. Acorados nas perspetivas teóricas do crescimento (“*growth*”) e do *decrecimento* (“*degrowth*”) e da sua relação com o conceito de consumo sustentável, e recorrendo à análise documental, discutiremos quer a relação entre o ambiente e a economia, quer a eficácia das estratégias privilegiadas pelos diferentes governos constitucionais com vista à inculcação de disposições ambientalistas.

Palavras-chave: consumo sustentável; ambiente; políticas públicas.

Sustainable consumption and environment: The role of the state and public policies to inculcate environmental dispositions

Abstract

The harmful effects of consumption on the environment brought to the political agenda issues of sustainable consumption. In this article we propose to perform a retrospective analysis of the centrality that the issues of sustainable consumption and the environment assumed for the several Portuguese governments from 1976 to 2015. Grounded in the theoretical perspectives of ‘*growth*’ and ‘*degrowth*’ and its relationship with the concept of sustainable consumption using the documentary analysis, we discuss both the relationship between the environment and the economy, and likewise the effectiveness of strategies privileged by different constitutional governments in order to inculcate environmental dispositions.

Keywords: sustainable consumption; environment ; public policy.

*La consommation durable et l’environnement: Le rôle de l’État
et des politiques publiques dans les dispositions inculquant de l’environnement*

Résumé

Les effets néfastes de la consommation sur l’environnement porte à l’ordre du jour les questions de la consommation durable. Dans cet article, nous proposons de mener une analyse rétrospective sur la centralité des questions de consommation durable et l’environnement pris pour les différents gouvernements portugais, dans les années 1976-2015. Ancré dans les perspectives de croissance théoriques (“*growth*”) et décroissance (“*degrowth*”) et ses liens avec le concept de consommation durable, et en utilisant l’analyse de documents, nous discuterons la relation entre l’environnement et l’économie, aussi bien que l’efficacité des stratégies à l’intérieur des différents gouvernements constitutionnels en vue d’inculquer des dispositions environnementales.

Mots-clés: consommation durable ; environnement ; politiques publiques.

*El consumo sostenible y medio ambiente: El papel del Estado
y de las políticas públicas en la inculcación de disposiciones del medio ambiente*

Resumen

Los efectos adversos del consumo sobre el medio ambiente llevaron a la agenda política los temas de consumo sostenible. En este artículo propone llevar a cabo un análisis retrospectivo de la centralidad que las cuestiones de consumo sostenible y del medio ambiente asumieron para los distintos gobiernos portugueses, desde 1976 a 2015. Anclado en las perspectivas teóricas del crecimiento (“*growth*”) y de la disminución (“*degrowth*”) y su relación con el concepto de consumo sostenible, y recurriendo al análisis de documentos, se discutirá la relación entre el medio ambiente y la economía, así como la eficacia de las estrategias privilegiadas por los diferentes gobiernos constitucionales con el fin de inculcar disposiciones ambientales.

Palabras clave: Consumo sostenible, medio ambiente, políticas públicas.

Introdução

O consumo sustentável e o seu impacto no ambiente adquiriram visibilidade nas modernas sociedades de consumo. Estas sociedades são caracterizadas pela crescente proximidade entre o centro comercial e a lixeira (Bauman, 2008), decorrente da insaciabilidade do desejo, visível através da procura constante de novos bens, os objetos de desejo (Slater, 2001; Barbosa, 2008) e fomentada pela curta duração de vida dos bens, a *obsolescência programada* (Latouche, 2011), que constitui um outro traço destas sociedades. A insaciabilidade resulta de um processo histórico que inclui

transformações que remontam ao séc. XVI e atingem o apogeu no séc. XVIII. Ela constitui a base conceptual do problema económico e corresponde ao pressuposto central da economia, designadamente a existência de recursos limitados face a aspirações ilimitadas. A insaciabilidade é interpretada quer como consequência da sofisticação e personalização dos desejos e necessidades e/ou da vontade individual de progresso económico e social, quer como exigência do sistema capitalista para a sua própria sobrevivência. O crescimento exponencial dos bens disponíveis para consumo e a obsolescência crescente dos mesmos correspondem a duas estratégias para alcançar este objetivo. Assim, a ideia que emerge deste pressuposto é que quanto mais o indivíduo consumir, em termos económicos, melhor. Contudo, a relação entre consumo e bem-estar para além de não explicar a complexidade das motivações do consumidor, ela não é linear. Vários autores defendem que a procura de bem-estar constitui uma tarefa difícil com repercussões nefastas ao nível do meio ambiente e do bem-estar psicológico e social dos indivíduos (Bauman, 2008; Kasser, 2002; Illich, 1977). Neste contexto, o conceito de consumo sustentável ganha força ao defender o desenvolvimento da habilidade de viver melhor consumindo menos e, simultaneamente, reduzindo o impacto no meio ambiente (Jackson, 2005).

A emergência de novas práticas de consumo caracterizadas por uma crescente preocupação com as questões ambientais, em particular com a pegada ecológica e a finitude dos recursos naturais, e pela ideia de que o bem-estar pessoal e social é possível consumindo menos, é uma realidade incontornável. Assim, analisar a relação entre estas novas práticas de consumo e a questão ambiental constitui um dos objetivos deste artigo. O vetor central da análise que iremos desenvolver, corresponde ao papel do Estado e das políticas públicas, em Portugal, na inculcação de ‘disposições ambientalistas’ (Cruz, 2013) e, conseqüentemente, na mudança das práticas de consumo em práticas de consumo sustentável, de 1976 a 2015.

A abordagem teórico-metodológica centra-se nas perspetivas teóricas do crescimento (“*growth*”) e do decrescimento (“*degrowth*”) e da sua relação com o conceito de consumo sustentável e baseia-se na análise documental. Assim, a partir do programa dos diversos Governos Constitucionais realizaremos uma análise da centralidade que as questões do consumo sustentável e do ambiente assumiram para os diversos governos portugueses, no período entre 1976 e 2015. As estratégias e as ações privilegiadas na inculcação de ‘disposições ambientalistas’ e, conseqüentemente, na mudança das práticas de consumo em práticas de consumo sustentável serão, também, objeto de análise.

O artigo está estruturado em quatro partes. O próximo ponto (2) é dedicado

ao consumo sustentável e ao ambiente. O ponto 3 aborda as perspetivas teóricas do crescimento (“*growth*”) e do decrescimento (“*degrowth*”) enfatizando as diferentes propostas em torno do consumo sustentável. No ponto 4 é apresentada uma breve retrospectiva histórica elaborada a partir da análise dos programas dos Governos Constitucionais, de 1976 a 2015, e centrada nas políticas e nas medidas de política dos diferentes Governos em torno do artigo 66º da Constituição da República Portuguesa – Ambiente e qualidade de vida. Finalmente, no ponto 5 são apresentadas as conclusões que enfatizam o papel do Estado e das políticas públicas em Portugal relativamente às questões do consumo sustentável e do ambiente.

2. Consumo sustentável e ambiente

No conceito de consumo sustentável a relação entre consumo e bem-estar é central. Saber de que modo e em que medida o consumo é benéfico para o indivíduo constitui uma questão primordial na abordagem a este conceito. As respostas a esta questão focam-se no conceito de consumidor, nas inovações tecnológicas e no contexto cultural, social e político.

Nas diversas abordagens teóricas ao conceito de consumo sustentável, o modo como é conceptualizada a relação entre consumo e bem-estar influencia o conceito de consumidor. As abordagens que defendem que existe uma relação direta entre consumo e bem-estar perspetivam o consumidor como livre para fazer as suas escolhas de modo a alcançar o máximo de bem-estar através do consumo. Pelo contrário, as abordagens que enfatizam os efeitos nefastos do consumo quer ao nível do consumidor (bem-estar físico e psicológico) quer na área do ambiente reforçam a ideia de que é possível viver melhor consumindo menos (Slesser 1997; Trainer 1996) e, simultaneamente, diminuir o impacto no meio ambiente (Wachtell, 1989).

O consumidor que se encontra associado ao consumo sustentável é caracterizado por uma racionalidade que não é puramente económica mas antes fundada em princípios éticos focados nas dimensões social e ambiental. Este consumidor procura ter mais e melhor informação relativa ao processo de produção e de distribuição dos bens e serviços e na decisão de consumo tem em conta a pegada ecológica resultante destas suas práticas. Com base em toda esta informação, o consumidor avalia e reflete sobre os custos sociais e os impactos ambientais recusando continuar a ser um elo passivo em todo este processo. A manifestação desta recusa é visível através de um papel mais ativo e interventivo nas redes sociais e em associações de defesa do consumidor. No início as reivindicações focam-se na higiene e qualidade dos produtos,

na obrigatoriedade de rótulos, na informação a ser disponibilizada nestes e no direito à reclamação. Rapidamente o foco recai nas repercussões sociais e ambientais decorrentes do processo de produção, distribuição e consumo baseado no crescimento económico e no consumo enquanto imperativo (Jackson, 2009; Bauman, 2008). Os consumidores, entre outras ações, denunciam situações de injustiça (ex: exploração laboral, trabalho infantil, desigualdades na relação Norte/Sul), boicotam produtos e marcas, pressionam os governos para legislarem nas áreas do consumo e do ambiente. A mudança ao nível do consumo torna-se imperiosa e é reforçada pela ideia de que o crescimento gera desigualdades e injustiças sociais, pela crescente consciencialização de que os recursos naturais são escassos e finitos e que os atuais padrões de consumo colocam em risco o planeta e os ecossistemas que o povoam comprometendo o futuro das novas gerações. Um novo tipo de consumo emerge e afirma-se, o ‘consumo responsável’, característico de um ‘consumidor-cidadão’ que exerce os seus direitos e deveres. Este consumo encontra-se associado ao conhecimento de novos produtos (amigos do ambiente - ‘Bio’), de circuitos alternativos de comercialização (Comércio Justo), à ideia de que é importante fazer coincidir as necessidades de produção e consumo com a utilização responsável dos bens e recursos rumo à sustentabilidade social e ambiental. Contudo, estudos revelam que as estratégias baseadas na mudança de comportamentos individuais e coletivos, e ancoradas no conceito de ‘consumidor-cidadão’, são ineficazes (Warde, 2013). Os fatores que explicam o fracasso destas estratégias decorrem das especificidades das práticas de consumo. As práticas de consumo são indissociáveis dos contextos (físicos, culturais, sociais) e dos rituais em que têm lugar. Consequentemente, a sua análise pressupõe que se contemple a relação das práticas quotidianas (micro) com os contextos de socialização e de interação, as subcultura (nível meso) e as instituições sociais, ordens económica, política, cultural (nível macro) para que se possam compreender os grandes constrangimentos estruturais que as (de)limitam. Importa também atender às relações de condicionamento exercidas pelas variáveis socioeconómicas (género, idade, nível de instrução, rendimento) sobre as escolhas e os desejos dos consumidores (Cruz, 2013). Outro fator a ter em conta nesta análise é que os consumidores são seres plurais caracterizados pela diversidade de crenças, de valores e de disposições incorporadas. As disposições incorporadas, o hábito, são construídas socialmente através da repetição e do treino (formal e informal) (Lahire, 1998), e na incorporação dos esquemas de ação, dos modos de fazer, de pensar, de sentir e de dizer são determinantes as relações sociais de interdependência, os contextos sociais e de interação, o *meio social*, e as trajetórias de vida (Costa, 1999). Em suma, não basta agir sobre o indivíduo nem depositar nele todo o poder

para mudar os seus comportamentos. É necessário mudar os diversos contextos, do nível micro ao macrossocial, para que as políticas públicas sejam bem sucedidas.

As inovações tecnológicas são, como referimos anteriormente, outro fator relevante na análise da relação entre consumo e bem-estar. As alterações introduzidas ao longo do processo de produção-distribuição-consumo de bens e serviços pelo recurso às mais diversas inovações tecnológicas contribuíram para a mudança ao nível das práticas de consumo e para novos estilos de vida centrados nas questões ambientais (Cruz e Katz-Gerro, 2016). A título de exemplo podemos referir que graças às inovações tecnológicas hoje é possível deslocarmo-nos em veículos, privados e públicos, menos poluentes (elétricos, gás natural); ter outras fontes de energia para aquecermos e iluminarmos as nossas casas, fábricas e cidades (painéis solares, energia eólica); utilizar um sem número de materiais mais amigos do ambiente e mais eficientes (ex: novas utilizações da cortiça) nas mais diversas áreas (produção/fabrico, construção, entre outras); trabalhar e fazer compras sem sair de casa (novas tecnologias de informação e comunicação, web); aceder a toda uma panóplia de bens e serviços disponibilizados nos mercados e através das redes sociais que nos permitem satisfazer necessidades e desejos e ao mesmo tempo reduzir o impacto ambiental decorrente de altos níveis de consumo que caracterizam as sociedades contemporâneas.

Nem tudo é positivo na avaliação do impacto das inovações tecnológicas quer no que se refere ao consumo, quer à sustentabilidade. De facto, os efeitos da indústria ecológica são considerados por si só insuficientes para alcançar o desenvolvimento sustentável e a mudança de comportamentos induzida pelas inovações tecnológicas não pressupõe necessariamente uma diminuição do consumo (United Nations Development Programme – UNDP, 1998). Neste domínio, o movimento em torno do consumo colaborativo constitui um exemplo paradigmático. São cada vez mais os consumidores que recorrem a mercados de 2ª mão e às redes sociais para trocar e partilhar bens e serviços (Cruz, 2015). Contudo, esta procura não significa sempre uma diminuição do consumo ou uma mudança de comportamentos em favor da sustentabilidade social e ambiental. Vejamos, a título de exemplo o caso das plataformas de partilha de carro e de trocas de bens. Quando partilhamos o carro nos trajetos quotidianos ou de longo curso (férias, deslocações esporádicas) estamos sem qualquer dúvida a contribuir para a diminuição das emissões de CO2 mas continuamos a privilegiar o transporte privado em detrimento do transporte público. Do mesmo modo quando trocamos bens em mercados de 2ª mão ou em redes sociais (ex: OLX) e utilizamos o dinheiro daí resultante para adquirirmos outros bens e serviços não estamos a reduzir o nível de consumo mas a consumir outro tipo de bens (‘amigos do

ambiente’/’rótulo verde’, ‘Bio’).

O terceiro fator que identificamos como relevante para a análise da relação entre consumo e bem-estar é o contexto cultural, social e político, dados os condicionalismos que os mesmos exercem sobre a escolha individual. Esta escolha é influenciada pelo significado simbólico associado aos bens de consumo, pelo *status* que os mesmos conferem aos indivíduos e pelo papel que estes desempenham em termos da pertença social. O papel que a intervenção política assume no fomento e no apoio de comportamentos morais e sociais (Dawkins, 2001), constitui outro elemento condicionador destas mesmas escolhas. Neste sentido é fundamental que as políticas públicas tenham em consideração o contexto cultural e social para que o seu impacto ao nível da mudança de comportamentos seja efetivo. Aprofundaremos esta análise no ponto 4.

Finalmente, consideramos que a relação entre consumo e bem-estar deve ser analisada tendo em conta o questionamento das perspetivas do crescimento, as novas propostas do decrescimento e a sua relação com o conceito de consumo sustentável. Dada a relevância desta problemática para o tema em análise, a mesma será desenvolvida no ponto seguinte.

3. Crescimento *versus* decrescimento: novas propostas em torno do desenvolvimento e consumo sustentáveis

São diversas as evidências que confirmam que o crescimento económico agrava as desigualdades sociais e não é sinónimo de aumento de qualidade de vida, nem de prosperidade. O questionamento da forma convencional de alcançar o progresso e o aumento do nível de vida assente no crescimento económico, no crescimento do consumo enquanto elemento dinamizador da economia e no Produto Interno Bruto – PIB, enquanto indicador do bem-estar, tornou urgente o desenvolvimento de uma macroeconomia que não se baseie no crescimento do consumo (Jackson, 2009). A discussão em torno dos efeitos nefastos do crescimento económico e da moderna sociedade de consumo visíveis através das mudanças climáticas decorrentes da crescente emissão de Gases com Efeitos de Estufa (GEE), do aumento dos resíduos tóxicos e da deterioração dos ecossistemas, entre outras consequências, trouxeram para a agenda económica e política as questões do desenvolvimento sustentável. Neste conceito é central a repartição da riqueza mundial e a utilização dos recursos existentes de modo a não comprometer as gerações futuras. O desenvolvimento sustentável baseia-se em práticas que fomentam o bem-estar ao mesmo tempo que

preservam o meio ambiente (WCED, 1987).

As perspetivas do decrescimento, “*degrowth*”, desenvolveram-se em torno da ideia de que é necessário impor limites ao crescimento económico e da necessidade de pôr fim ao crescimento enquanto imperativo. Assim, o decrescimento responde a uma necessidade financeira e ecológica resultante do fracasso do modelo de sucesso económico (Kallis, 2011; Martínez-Alier *et al*, 2010; Jackson, 2009). Na sua origem está o despertar para a crise ecológica e as críticas à tecnologia e ao desenvolvimento (Meadows *et al.*, 1972; Latouche, 2010).

A emergência destes novos modelos de pensamento decorrem quer da consciência dos limites ambientais e das trágicas consequências da exploração irracional dos recursos, quer da necessidade de pensar a eficácia das estratégias face às características comportamentais e aos limites dos indivíduos e das organizações. O objetivo é promover a mudança no comportamento dos indivíduos e na estrutura da sociedade (Van den Bergh, 2011; Latouche, 2010; Meadows *et al.*, 1972). Esta mudança rumo à sociedade de decrescimento centra-se no modo como a produção está organizada, no questionamento do PIB enquanto indicador de bem-estar e nas estratégias para alcançar esse mesmo bem-estar.

Na sociedade de decrescimento a produção está organizada para a subsistência, o que pressupõe uma utilização e consumo moderado e consciente dos recursos (Latouche, 2010), e para uma redução socialmente sustentável e equitativa da produtividade da sociedade da qual resulta uma diminuição do PIB (Kallis, 2011). Apesar de ser consensual que as correlações entre progresso e bem-estar ou entre o PIB e o impacto ambiental não são constantes nem estáveis, ao longo do tempo – ‘paradoxo do PIB’, muitos economistas persistem na utilização do PIB como indicador de bem-estar. Deste modo, o PIB continua a influenciar as decisões em vários níveis da economia e constitui um obstáculo à implementação de boas políticas na esfera do meio ambiente, dos mercados de trabalho, da pobreza, da saúde e do lazer. A indiferença ao crescimento do PIB – ‘a-growth’, e o foco em políticas sectoriais (ex: acordos ambientais globais, redução das horas de trabalho, políticas de educação e tecnologia, regulação da publicidade) são consideradas estratégias mais concretas para alcançar o desenvolvimento sustentável (Van den Bergh, 2011). Uma outra estratégia para alcançar o bem-estar e, simultaneamente, preservar o ambiente baseia-se na aplicação do programa dos oito Rs: reciclar; reutilizar; reduzir; revalorizar; reconceitualizar; reestruturar; redistribuir; re-localizar (Latouche, 2010).

Em suma, para alcançarmos o desenvolvimento sustentável é necessário sensibilizar a sociedade para a relevância das políticas públicas e das estratégias com

impacto no bem-estar ou na felicidade e não nos rendimentos. Reforçar a ideia de que é possível alcançar o desenvolvimento sustentável com rendimentos menores mas maior bem-estar. Finalmente, é central acreditar na capacidade coletiva para promover a mudança social.

4. O papel do Estado e das políticas públicas na área do consumo e do ambiente

A Constituição da República Portuguesa consagra como Direitos e deveres económicos, sociais e culturais o Ambiente e qualidade de vida. Na sua primeira versão, de 1976, o artigo 66º da Constituição da República Portuguesa consagra o ‘direito a um ambiente de vida humano, sadio e ecologicamente equilibrado e o dever de o defender’. Este direito é assegurado pelo Estado através de organismos próprios e pressupõe, desde logo, ‘o envolvimento e a participação dos cidadãos’. De referir, contudo, que as primeiras políticas públicas de ambiente em Portugal datam de 1970 (Lei nº 9/70) e referem-se ao regime jurídico dos parques e reservas para a conservação da natureza.

Tendo como referência os Direitos consagrados pela Constituição da República no artigo 66º propomo-nos analisar o papel do Estado e das políticas públicas em Portugal, entre 1976 e 2015, a partir da análise dos programas dos Governos Constitucionais, desde I Governo Constitucional até ao XIX Governo Constitucional. A leitura dos programas dos Governos permitiu identificar duas grandes categorias de análise que constituem sectores chave da governação: a ‘Energia’ e o ‘Ambiente’. Em cada uma destas categorias analisamos as políticas públicas e as medidas de política que marcaram o programa dos diversos Governos Constitucionais, no período em análise.

4.1 O papel do Estado e das políticas públicas para a ‘Energia’

A primeira categoria analisada é a ‘Energia’ dado o seu contributo para o desenvolvimento do País e do bem-estar das populações. No caso português, é mesmo possível estabelecer um paralelismo entre o desenvolvimento energético e o desenvolvimento do sector industrial. Este sector é o de motor do desenvolvimento económico e social. Contudo, importa salientar que a dependência externa no sector energético é elevada repercutindo-se negativamente na economia e no desenvolvimento de Portugal. Para além de todas estas razões que justificam a pertinência da análise desta categoria não podemos deixar de referir o impacto que o sector da energia,

e também o sector industrial, têm ao nível do ambiente. Não sendo possível, neste artigo, aprofundar todos estes aspetos, a análise desta categoria centra-se nas políticas e nas medidas de política dos diversos Governos Constitucionais na área da ‘Energia’ e no contributo das mesmas quer em favor da preservação do ambiente (investimento em ‘energias limpas’), quer na alteração de comportamentos individuais e coletivos em favor de ‘produtos limpos’.

A defesa de uma política democrática na área do ambiente através da disponibilização de fatores ecológicos (a terra) e de formas mais estáveis de energia, mais acessíveis à comunidade, menos poluidoras e disponíveis em todo o território (sol, vento), constitui um objetivo da Secretaria de Estado do Ambiente, no I Governo Constitucional (1976-1978). Com vista a alcançar este objetivo são incentivados estudos e ensaios de modos alternativos para produção de energia (prospecção de petróleo e energia solar). A aposta na energia solar (aquecimento de água), com vista à diminuição da dependência externa, é também preconizada pelo II Governo Constitucional (1978-1978). Outras fontes de energia privilegiadas por este governo são os recursos hidroelétricos e as centrais térmicas (a fuel, carvão ou energia nuclear), para além de prosseguir com a prospecção de petróleo (on-shore). Este governo propõe apresentar à Assembleia da República o Livro Branco sobre a energia nuclear e prevê iniciar a construção do primeiro grupo nuclear. Considerando que a energia constitui uma infraestrutura básica para o desenvolvimento e a melhoria do bem-estar das populações, o II Governo Constitucional dá continuidade à reorganização do setor elétrico nacional através da integração das redes de distribuição das autarquias e das pequenas concessionárias na Eletricidade de Portugal – EDP. O III Governo Constitucional (1978-1978) continua a promover a expansão do sistema nacional de produção de energia e implementa esquemas de poupança de energia e de aproveitamento de formas energéticas com custos mais baixos (energias limpas). Este governo define o Plano Nacional de Recursos Hídricos que inclui o estudo e inventário das necessidades de água (disponibilidade e projeção) e que será a base da política nacional para o setor. Neste governo o planeamento integrado é reforçado nos sectores industrial e energético de modo a reduzir a dependência da indústria portuguesa face ao exterior e a preparar este setor para a adesão à Comunidade Económica Europeia – CEE. O desenvolvimento do sistema nacional de produção de energia, centrado em energias com custos mais reduzidos, continua a ser uma prioridade no IV Governo Constitucional (1978-1979). Na sequência da conjuntura energética mundial, que impõe restrições, são tomadas pelo V governo (1979-1980) medidas com vista a uma utilização racional e eficiente da energia. Conciliar o apoio

à consolidação do parque industrial e da produção de energia com os fundamentos da política energética e da estrutura industrial com vista ao desenvolvimento económico e social do País e à integração na CEE, é uma das prioridades do VI Governo Constitucional (1980-1980). Para o VII Governo Constitucional (1981-1981) a prioridade é também garantir o abastecimento energético indispensável ao desenvolvimento socioeconómico e, simultaneamente, retardar o agravamento do défice cambial através da diversificação da natureza e origem das fontes; incentivar a poupança e a racionalização dos consumos energéticos; incentivar a utilização da energia solar, a eficiência energética dos edifícios e o aproveitamento de desperdícios industriais e urbanos com valor energético. Neste governo são definidas as grandes linhas de política industrial, energética e tecnológica. A proposta de elaboração de um Plano Energético Nacional surge no VIII Governo Constitucional (1981-1983). Este Governo incentiva as energias renováveis (biomassa e solar), aproveitando os desperdícios industriais e urbanos com valor energético. A previsão de duplicação do consumo energético nacional, até ao final do século, fundamenta a intervenção do IX Governo Constitucional (1983-1985) no setor energético, de modo a não condicionar o desenvolvimento económico e social. Neste sentido é importante diversificar as fontes de energia (levantamento e utilização dos recursos naturais) de modo a diminuir a dependência face ao petróleo (crise petrolífera de 1979) e potenciar uma utilização racional e eficiente da energia disponível. Para alcançar este objetivo são definidas medidas com vista à intensificação de campanhas de poupança energética em diversos setores (indústria, transportes, habitação), da prospeção e caracterização dos recursos energéticos nacionais (culturas florestais, carvão, minérios de urânio e energias renováveis), da utilização de novas tecnologias energéticas (coletores e células fotovoltaicas) que potenciem o aproveitamento das energias solar, eólica e biomassa, do apoio a indústrias de novas tecnologias energéticas e de economia de energia. Preconiza-se a intensificação do carvão na produção de energia elétrica e na indústria (em alternativa ao petróleo) e a adaptação do País ao gás natural. As medidas visam ainda promover a participação das empresas do setor e os órgãos do poder local na elaboração e implementação da política energética; apoiar campanhas de informação e de educação nas áreas da produção e utilização racional de energia, o aproveitamento de desperdícios e da proteção e defesa do homem e do ambiente; tomar uma decisão sobre o Plano Energético (projeto hidroelétrico e hidroagrícola do Alqueva), promovendo o esclarecimento da opinião pública relativamente às opções incluídas no mesmo (opção pelo nuclear), e apresenta-lo à Assembleia da República.

Com o X, o XI e o XII Governos Constitucionais (1985-1987, 1987-1991,

1991-1995) assiste-se a uma mudança do papel do Estado na Indústria e Energia. O Governo define como tarefa prioritária a redução da ‘sua intervenção a um papel predominantemente regulador, fiscalizador e incentivador, apostando na criatividade e iniciativa privada dos portugueses’. Neste sentido, as atribuições do Estado centram-se no fomento da criação de centros de modernização da economia (cooperação entre empresas, universidades e centros de investigação); no elencar e otimizar a utilização dos recursos naturais e em definir a concretização da política energética nacional. No setor energético salientamos, ainda, a revisão do Plano Energético Nacional de 1984, o fomento do uso do carvão (fonte primária de energia), a continuidade dos projetos de prospeção e pesquisa de matérias-primas energéticas (petróleo e gás natural), uma política de preços que direcione os consumidores para as ‘escolhas mais favoráveis para o País’ e em que os custos de acesso às diversas formas de energia sejam imputados ao consumo, um maior acompanhamento e participação ao nível dos programas comunitários (política energética da CEE), a publicação de legislação relativa à produção independente de energia elétrica (potência a instalar) e a redução dos impactes ambientais gerados pela atividade energética. Entre as medidas definidas para alcançar estes objetivos destacamos o apoio às tecnologias energéticas e às energias renováveis (‘mini-hídricas’, biomassa e recursos geotérmicos), o controlo das emissões poluentes provenientes das centrais elétricas, a liberalização do setor dos produtos derivados do petróleo (gasolina sem chumbo, gás de petróleo), legislação que possibilite a flexibilização do setor energético (apoio à constituição de empresas privadas de serviço de energia), a dinamização de centros tecnológicos (Centro da Biomassa para a Energia e o Centro para a Conservação da Energia) e o apoio à utilização racional das energias renováveis através de programas de informação e formação (público e agentes económicos).

No XIII e o XIV Governo Constitucional (1995-1999, 1999-2002) assistimos a uma desgovernamentalização da regulação de preços da energia elétrica (mesmo sistema tarifário), à revisão do quadro legal relativo às condições de distribuição de energia elétrica (baixa tensão), ao aperfeiçoamento dos sistemas de incentivos à utilização de energias renováveis, à execução de programas de informação e formação centrados na utilização racional de energia em escolas e em empresas, entre outras medidas de política energética. A política de energia tem como objetivo melhorar o desempenho ambiental (redução das emissões de CO₂) e concluir a modernização do sistema energético nacional através da utilização de fontes primárias mais limpas (gás natural), da promoção das energias renováveis (‘tarifa verde’) e das políticas de utilização racional da energia (Agência Nacional de Energia). A qualidade ambiental corresponde

a um dos objetivos a alcançar por este Governo. As medidas a concretizar para alcançar estes objetivos visam a consolidação do gás natural enquanto elemento estruturante do sistema energético; a diversificação das fontes de fornecimento (terminal de gás natural liquefeito, nova central electroprodutora de ciclo combinado); a promoção da reorganização empresarial dos operadores energéticos (EDP, Galp-Petrolgal/GDP/Transgás) através da liberalização dos mercados e da regulação independente (Entidade Reguladora do Setor Elétrico, Entidade Reguladora do Gás Natural) e dos processos de privatização em curso; e o incremento das energias renováveis e da utilização racional de energia com recurso a incentivos financeiros e fiscais.

A liberalização e a abertura dos mercados energéticos constituem um dos objetivos da política de energia para o XV Governo Constitucional (2002-2004). Os eixos estratégicos da atuação do governo centram-se na alteração do quadro estrutural do setor; na reorganização da oferta energética; na promoção dos recursos endógenos para a diminuição da dependência externa no setor e na minimização do impacto no ambiente. Entre as medidas prioritárias para alcançar estes objetivos salientamos a regulação dos setores do gás e dos combustíveis no que se refere aos preços, à concorrência, à qualidade e à segurança; concretização do Mercado Ibérico da Eletricidade sem colocar em causa os interesses nacionais; reapreciação da ideia de concentração energética no petróleo, no gás natural e na eletricidade; estimular o desenvolvimento das energias renováveis (eólica, solar, mini-hídricas e das marés); incentivar as políticas de diminuição da intensidade energética do produto rumo ao desenvolvimento sustentável e estimular o consumo de energias mais eficientes em termos ambientais. O XVI Governo Constitucional (2004-2005) dá continuidade à política de liberalização do setor energético desenvolvida pelo anterior governo, em torno dos mesmos eixos e através das mesmas medidas.

A abertura do setor da energia é considerada fundamental pelo XVII Governo Constitucional (2005-2009) para aumentar a capacidade competitiva dos operadores no setor e para responder às conveniências dos consumidores (individuais e coletivos). Contudo, o papel do Estado não deve substituir-se ao mercado nem agir no domínio dos agentes empresariais mas antes garantir direitos no acesso (segurança, regulação do mercado), na utilização dos recursos (licenciamentos) e na diversificação das fontes energéticas (energias renováveis) com vista a reduzir a fatura energética e a dependência face ao exterior e, simultaneamente, ‘salvaguardar o património ambiental para as gerações futuras’, honrando os compromissos assumidos internacionalmente (protocolo de Quioto). Para este governo a política de ambiente e ordenamento do território ocupa um lugar central na estratégia para o desenvolvimento do País.

Assim, as preocupações ambientais e territoriais dominam as diferentes políticas setoriais (indústria, energia, agricultura, obras públicas, cultura). Dando continuidade às políticas para o setor energético, o XVIII Governo Constitucional (2009-2011), propõem-se garantir para Portugal um lugar cimeiro (nos 5 líderes europeus), na área das energias renováveis, em 2020. Neste sentido, pretende-se aumentar a produção de energia elétrica com vista a eliminar as importações (representam 20% do consumo); desativar as centrais mais poluentes; afirmar a liderança na indústria das energias renováveis (tecnologia, eficiência energética, capacidade exportadora); intensificar a Investigação e Desenvolvimento (I&D) no setor energético em relação estreita com o sistema económico; reforçar o investimento nas energias renováveis (eólica, hídrica, solar, geotérmica); implementar o Plano Nacional de Barragens (mini-hídricas, barragens reversíveis, exploração em articulação com a energia eólica); desenvolver uma política integrada para as tecnologias solares (fotovoltaico, solar térmico); estimular a mudança de comportamentos individuais e coletivos na área da energia (comercialização de lâmpadas de baixo consumo, certificação energética dos edifícios, programa de microgeração, rede de mobilidade elétrica).

O XIX Governo Constitucional (2011-2015) defende uma mudança de paradigma baseada numa perspetiva integrada do território e dos recursos naturais e no desenvolvimento sustentável assente no potencial agrícola e do mar, em que a proteção e a valorização do meio ambiente correspondem aos pilares para o crescimento. Entre os objetivos da nova política energética destacamos a liberalização dos mercados energéticos (eletricidade, gás natural, combustíveis e outros derivados do petróleo); a orientação dos consumos para fontes de energia que não se repercutam na balança de pagamentos (custos face ao valor acrescentado pelas fontes de energia); a reavaliação dos projetos de investimento em curso de modo a garantir um modelo energético de racionalidade económica e reais incentivos aos agentes de mercado (redução dos défices tarifários); a diversificação das fontes primárias de energia de modo a assegurar o abastecimento do País; a redução da dependência petrolífera através da utilização de biocombustíveis, da promoção de um transporte coletivo de qualidade e do investimento nos transportes ferroviário e marítimo para a Europa; apoiar o desenvolvimento de empresas do setor energético (tecnologias renováveis) e a sua internacionalização; garantir a redução das emissões de gases com efeito de estufa, cumprindo as metas definidas.

A análise dos programas dos Governos Constitucionais, entre 1976 e 2015, que acabamos de apresentar reforça quer o condicionamento que a dependência externa no sector energético exerce no desenvolvimento económico e social do País, quer

o impacto que o sector da energia tem ao nível do ambiente. Para garantir o direito ao Ambiente e qualidade de vida, os diversos Governos Constitucionais definem políticas e medidas de política para o setor energético que se diferenciam pelo modo como os mesmos perspetivam o papel do Estado na sua relação com a economia, como priorizam e avaliam o impacto que o setor energético tem sobre o ambiente e o desenvolvimento sustentável e as estratégias que privilegiam para a mudança de comportamentos (individuais e coletivos).

Para os Governos que defendem um papel mais ativo e interventivo na sua relação com a economia (Mercado Regulamentado), as políticas energéticas centram-se na promoção de estudos (I&D), no investimento em energias renováveis, nos direitos dos consumidores, na regulação das atividades das empresas e na redução do impacto ambiental. A regulação que exercem visa a atividade das empresas e a garantia dos direitos dos consumidores. Em suma, privilegiam o ambiente em detrimento do crescimento económico.

Para os Governos que defendem um papel menos interventivo na sua relação com o mercado e uma liberalização dos mercados (Mercado Livre), as políticas energéticas centram-se na diminuição da fatura energética, independentemente do impacto deste setor no ambiente (carvão quando o preço do petróleo aumenta; investimento em energias renováveis depende da relação entre o custo do investimento e o valor acrescentado). A regulação que exercem visa o mercado e favorece a atividade das empresas e o desenvolvimento da sua competitividade. Em suma, o lugar do ambiente é secundarizado em favor do crescimento económico.

A informação e a formação correspondem às estratégias privilegiadas por todos os governos para a mudança de comportamentos. A diferença reside no foco nos indivíduos e/ou nas empresas e associações, de acordo com a conceção prevalecente do funcionamento do mercado (Regulamentado ou Livre) e do papel do Estado (mais ou menos interventivo). Em qualquer dos casos o consumidor é perspetivado como indivíduo livre e racional nas suas escolhas e que procura sempre maximizar o seu bem-estar. Neste sentido, o ato do consumo é puramente individual e as decisões de compra são condicionadas pela informação disponível. É esta crença que confere centralidade à educação na mudança dos comportamentos. Contudo, os estudos empíricos comprovam a ineficácia destas estratégias e apontam, por um lado, o hiato entre os valores e a prática (ator plural) e, por outro, o condicionamento que o contexto (económico, social, cultural) exerce sobre as práticas como fatores explicativos para este fracasso (John *et al.*, 2016; Cruz e Katz-Gerro, 2016; Warde, 2014).

4.2. O papel do Estado e das políticas públicas para o ‘Ambiente’

A segunda categoria analisada é o ‘Ambiente’ atendendo à centralidade que lhe é conferido nos programas dos diversos Governos Constitucionais e à relevância do seu contributo para o desenvolvimento do País e do bem-estar das populações. A análise desta categoria centra-se, também, nas políticas e nas medidas de política dos diversos Governos Constitucionais em favor da preservação do ambiente e na alteração de comportamentos individuais e coletivos em favor de um desenvolvimento e consumo sustentáveis.

A defesa de uma política democrática na área do ambiente constitui um dos objetivos da Secretaria de Estado do Ambiente, no I Governo Constitucional (1976-1978), de modo a assegurar a ‘qualidade de vida’ a que se refere o artigo 66º da Constituição da República. A intervenção do poder público centra-se no ‘bom governo dos fatores ecológicos’ e no controlo ‘das ações destruidoras do equilíbrio da biosfera’, é uma ação fundamentalmente preventiva e é desenvolvida em articulação com os Ministérios da Agricultura e Pescas, das Obras Públicas, da Indústria e a Secretaria de Estado da Saúde. Os objetivos gerais abarcam o controlo das emissões poluentes provenientes da indústria e existentes nas cidades; a gestão da água; o estudo e teste de formas de produção de energias alternativas (sol); alargar o sistema de fornecimento de água, de reciclagem de esgotos e de lixos às zonas rurais; dar continuidade à criação de parques e reservas naturais; e ações de informação e formação centradas na relação homem-ambiente, junto da população escolar.

Os II e III Governos Constitucionais (1978-1978) incluem a política de ambiente como atribuição específica do Ministério responsável pela Habitação e Obras Públicas. Deste modo pretendem aumentar a coerência entre a política global e os programas de regionalização, na área do ordenamento físico e ambiente com vista a uma rede urbana mais equilibrada (equipamentos socioeconómicos, lequadro do urbanismo, planos urbanísticos locais, estudos de impacto ambiental); à descentralização da indústria e serviços; à melhoria das condições de vida nas zonas rurais (reestruturação dos recursos de expansão agrícola); à criação e manutenção de parques e reservas naturais; e às acessibilidades para pessoas e bens (política de transporte e usos do solo). As ações a dinamizar no âmbito da política do ambiente de modo a garantir o uso racional dos recursos naturais e o equilíbrio ecológico abrangem a proteção dos estuários e bacias hidrográficas (poluição, Plano Nacional de Recursos Hídricos); as ações do Fundo Nacional do Ambiente; a investigação na área das energias limpas (tecnologia); a melhoria da situação na área do saneamento

básico (remoção e reciclagem de detritos); e a intensificação das ações de informação, participação e formação relativas à política do ambiente a toda a população (jovens em particular), a nível nacional, regional e local. A ausência de políticas nas áreas do ordenamento físico do território e ambiente, da poluição, do planeamento dos recursos hídricos e do saneamento básico constitui, para o IV Governo Constitucional (1978-79) um entrave para proteger e melhorar a qualidade de vida das populações. Assim, as medidas definidas visam a preparação da Lei-Quadro do Urbanismo, a definição dos parâmetros relativos à qualidade do ambiente, o inventário do património natural e paisagístico (banco de dados), a política geral de saneamento básico (‘Manual do Saneamento Básico’), a elaboração do Plano Nacional dos Recursos Hídricos (banco de dados) e da lei orgânica do Conselho Nacional da Água. Para o V Governo Constitucional (1979-80) a concretização de um programa de intervenção setorial coerente no domínio da Habitação e Obras Públicas (política urbanística e proteção do ambiente) é, também, uma prioridade.

As profundas alterações no meio ambiente decorrentes da expansão urbana, do crescimento dos parques industriais, da alteração das paisagens rurais, do incremento do turismo e das atividades de lazer e associadas à escassez de recursos e à carência de equipamentos sociais e de saneamento básico levaram o VI Governo Constitucional (1980-1980) a incluir a Secretaria de Estado do Ordenamento e do Ambiente no âmbito da Presidência do Conselho de Ministros com vista a uma política para o Ambiente coerente e transversal a todos os Ministérios. Entre as iniciativas desenvolvidas por este Governo destacamos a publicação de legislação versando a produção, o transporte e a comercialização, o armazenamento e a utilização de produtos tóxicos ou perigosos (pesticidas, produtos químicos e farmacêuticos) e a Lei Geral de Prevenção e Controlo da Poluição. Os efeitos nefastos do crescimento e da expansão desordenada das cidades e da indústria sobre o ambiente e os recursos naturais é, também, salientada pelos VII e VIII Governos Constitucionais (1981-81, 1981-83). Para viabilizar um desenvolvimento harmonioso estes Governos propõem-se implementar uma política global de ordenamento do território que integra as componentes cultural, económica e natural, garante a regionalização e afirma o poder local na definição e execução dos planos de ordenamento, cria condições para a participação das populações e de associações na tomada de decisões. Na área da gestão de recursos é dada continuidade à legislação relativa ao Controlo da Poluição (ar, sonora, água, solo), sendo criadas as respetivas Comissões de Gestão, e à preservação da diversidade genética (fauna e flora), sendo ainda consagrado o princípio do poluidor-pagador. A avaliação do impacte ambiental dos novos projetos, o desenvolvimento de uma política de educação

ambiental (escolas, universidades, autarquias e associações), e a criação de um banco de dados (nacional e internacional) relativos ao ambiente constituem outras ações a desenvolver por este Governo. Concretizar o levantamento ecológico do País e definir normas orientadoras para a elaboração dos planos de ordenamento a realizar pelas autarquias, compatibilizar a legislação básica com o quadro legal da CEE, formar pessoal técnico para a gestão das redes de controlo, tornar obrigatória a realização de estudos de impacto ambiental e executar uma política ativa para a gestão racional dos recursos locais, da reciclagem e do uso das energias renováveis são as principais medidas definidas pelo IX Governo Constitucional (1983-1985).

O X Governo Constitucional (1985-1987) estabelece uma relação estreita entre economia e ambiente. O Governo propõe-se submeter à Assembleia da República a Lei de Bases do Ambiente, publicar legislação sobre Estudos de Impacto Ambiental – EIA, regulamentar os aspetos fundamentais do princípio do poluidor-pagador, legislar na área do Ambiente e Conservação da Natureza (Regulamento Geral do Ruído, legislação sobre substâncias tóxicas), adaptar a legislação portuguesa ao direito comunitário, organizar os serviços necessários à execução da Política de Ambiente e Recursos Naturais, iniciar campanhas de informação e educação ambiental e mobilizar a população (jovens) para estas questões. No sentido de promover a qualidade de vida dos portugueses o X Governo Constitucional propõe-se regulamentar a área da defesa do consumidor, apoiar as associações neste domínio e fiscalizar a publicidade.

Pela primeira vez, no XI Governo Constitucional (1987-1991) é conferido ao ambiente um organismo próprio, o Ministério do Ambiente e Recursos Naturais, colocando-o entre os sectores chave da governação. A preocupação central é a gestão eficaz do ambiente e dos recursos. A concretização deste objetivo está dependente da ‘sensibilização e formação de cidadãos e instituições’ e da ‘actualização constante do conhecimento da situação e da evolução provável do ambiente e dos recursos naturais e da sua relação com as outras actividades’. Neste sentido, o Governo propõe-se ‘promover a investigação científica, o intercâmbio e o desenvolvimento tecnológico no domínio do ambiente’, dar continuidade às políticas de defesa do ‘domínio público marítimo’, no âmbito da Carta Europeia do Litoral, e de preservação da Reserva Ecológica Nacional e da Reserva Agrícola Nacional. A concretização destes objetivos depende da aplicação do ‘princípio do utilizador-pagador’ e do ‘poluidor-pagador’, essenciais para obter os meios financeiros e garantir que a procura justifica a sua continuidade. Na área dos recursos hídricos o Governo entende que devem ser, também, transferidas para ‘os utentes as responsabilidades relativas à exploração de infraestruturas hidráulicas e à utilização do domínio público hídrico’, e consagra

este ‘novo sistema institucional, jurídico e financeiro da gestão dos recursos hídricos’ na nova Lei da Água. No domínio da qualidade do ambiente nova legislação será submetida a aprovação relativa ao Sistema de Licenciamento, aos Estudos e Impacto Ambiental, a Organismos Reconhecidos para a Área do Ambiente e ao Risco de Acidentes Industriais Graves. Definir uma Estratégia Nacional de Conservação da Natureza, em articulação com orientações comunitárias, a Lei-Quadro e a Rede de Informação e Educação Ambiental para as Áreas Protegidas, e desenvolver programas e projetos de formação e informação para os cidadãos correspondem a outras áreas de intervenção privilegiadas. Continuar a promover um desenvolvimento ‘harmonioso e ecologicamente equilibrado’ conciliando o ‘crescimento económico com a defesa dos valores naturais e ambientais’ corresponde, para o XII Governo Constitucional (1991-1995), ao eixo central para o desenvolvimento sustentado e a garantia de uma maior qualidade de vida para os portugueses. Aperfeiçoar a legislação na área do ambiente de modo a facilitar o acesso à justiça por cidadãos e organizações não-governamentais – ONG, criar novos organismos (Instituto Nacional da Água) e regulamentação (Lei da Água, Código de Usos da Água), responsabilizar os utentes dos recursos naturais pela sua utilização e gestão (princípio do utilizador-pagador e do poluidor-pagador) de modo a preservar os sistemas naturais e a assegurar um fundo para o financiamento com vista à melhoria dos recursos e da sua utilização, são outros exemplos de continuidade das políticas iniciadas pelo X Governo Constitucional. Finalmente importa salientar que a Agenda 21 (1992) e a Agenda 21 Local, que têm como objetivo a difusão de um novo padrão de desenvolvimento que conjugue proteção ambiental, justiça social, eficiência económica e trabalho em parceria (autoridades locais e comunidades), surgiram durante o mandato do XII Governo Constitucional.

O XIII Governo Constitucional (1995-1999) define como um dos seus principais objetivos conferir ao ambiente o ‘estatuto de vector essencial, integrante e indispensável de qualquer estratégia de desenvolvimento de médio/longo prazo’ e, em consonância, altera a designação do organismo que tutela esta área para ‘Ministério do Ambiente’. As políticas estão orientadas para a preservação e a defesa do património natural do País de modo a assegurar ‘níveis de qualidade de vida dignos’ para os cidadãos residentes em qualquer parte do território nacional, e não esquecendo que a questão ambiental se encontra associada às questões do consumo e da defesa dos direitos dos consumidores. Entre as estratégias para alcançar estes objetivos destacamos: a integração do ambiente no conceito de cidadania e a consequente abertura à participação dos cidadãos nas decisões; a inclusão de uma ‘nova cultura ambiental’ em todos os níveis do sistema educativo e o estreitamento dos ‘laços

entre a Administração e os núcleos de investigação pura e aplicada’, nacionais e internacionais, neste domínio. O governo propõe-se voltar a analisar a estrutura, as condições de funcionamento e a distribuição de competências dos organismos em torno da Agenda 21 e Agenda 21 Local – ‘pensar global, agir local’ e deste modo valorizar e prestigiar a Administração do Ambiente e, assim, aumentar a eficácia das políticas neste domínio. Outras medidas prendem-se com o reforço do papel do Conselho Nacional da Água, o melhoramento da rede de abastecimento de água e saneamento básico, a melhoria do ambiente nas cidades e dos padrões de qualidade de vida nas mesmas, o incentivo à reciclagem, reutilização e redução de consumos de materiais, a criação de programas de desenvolvimento e gestão das áreas protegidas, a sensibilização e a formação dos cidadãos através de programas de educação ambiental, o acesso à justiça e a defesa dos direitos dos consumidores na área da saúde e da segurança, a utilização dos recursos financeiros (Fundos de Coesão) para resolver os grandes problemas nacionais na área do ambiente e afirmar o papel de Portugal em ações de cooperação internacional associadas à gestão de recursos naturais. Dando continuidade às políticas desenvolvidas na legislatura anterior, o XIV Governo Constitucional (1999-2002) propõe-se continuar a gerir de forma sustentável os recursos ambientais, em particular no que se refere às infraestruturas de gestão da água, de tratamento de resíduos (urbanos, industriais e hospitalares) e à qualidade do ar (redução das emissões atmosféricas). Entre as ações desenvolvidas para alcançar os objetivos destacamos a conclusão do Plano Nacional da Água, a intervenção em áreas críticas (contaminação dos solos, poluição), ações centradas nos transportes, na habitação, na ação social, na saúde com vista a melhorar o ambiente nas cidades, a implementação dos Planos de Ordenamento da Orla Costeira (POOC) e a elaboração da Carta de Risco do Litoral, a preservação da biodiversidade (rede Natura 2000) associada ao turismo e, por último, o incentivo da agricultura biológica. Neste Governo a designação do organismo que tutela o ambiente é alterada para ‘Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território.

Os princípios da sustentabilidade, da transversalidade, da integração, da equidade e da participação são centrais para as políticas do Ambiente e do Ordenamento do Território do XV Governo Constitucional (2002-2004). As medidas a desenvolver incluem a elaboração do Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT) que integra ‘o progresso social, a eficiência económica e a proteção ambiental’ e tem como objetivos reduzir as desigualdades territoriais, preservar os recursos naturais e a qualidade e diversidade dos ecossistemas. A designação do ministério muda de novo para ‘Ministério das Cidades, Ordenamento do Território

e Ambiente’. A ênfase é colocada nas cidades e na rede urbana, no turismo, na rede de infraestruturas e equipamentos, nos recursos naturais de modo a articular o desenvolvimento agrícola e florestal com a preservação da natureza, na gestão da orla marítima, no compromisso entre a administração central, regional e local relativamente aos Planos de Desenvolvimento Territorial (PRDT), aos Planos Setoriais e aos Planos Intermunicipais de Ordenamento do Território. O Programa Polis suporta os Planos Estratégicos de Cidade e estimula os Planos Diretores Municipais que constituem a base de planeamento e ordenamento do território nacional. Outra medida prende-se com a Rede Ecológica Nacional que constitui uma base normativa para uniformizar e harmonizar os regimes relativos à Reserva Ecológica Nacional, aos Corredores Ecológicos, às Áreas Protegidas, às Zonas de Proteção Especial e à Rede Natura. Finalmente, o Governo propõe-se apresentar uma solução alternativa ao processo de coincidência de resíduos industriais perigosos, após a realização de um levantamento rigoroso da situação. O XVI Governo Constitucional (2004-2005) dá continuidade às políticas e às medidas de política de Ordenamento do Território e de Ambiente preconizadas pelo anterior Governo. Concretamente, concluir o programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOR), conjugando o ‘progresso social, a eficiência económica e a proteção ambiental’ com vista à ‘redução das desigualdades territoriais e [à] preservação dos recursos naturais e da qualidade e diversidade dos ecossistemas’; elaborar os Planos Intermunicipais de Ordenamento do Território; apoiar a elaboração e realização de Agendas 21 Locais; definir o Plano Nacional de Conservação da Natureza e da Biodiversidade; preparar e executar o Plano Nacional de Gestão de Resíduos (Resíduos Sólidos Urbanos – RSU, Resíduos Hospitalares); concretizar o Plano Nacional de Alterações Climáticas (PNAC); executar o sistema do ‘Controlo Integrado de Poluição’ e o “Licenciamento Ambiental” de acordo com o Direito Comunitário; e dar continuidade a uma política de qualidade de vida centrada nas cidades, na ocupação turística, residencial e empresarial. Não obstante se verificar uma continuidade nas políticas, a designação do organismo que tutela o ambiente é alterada para ‘Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território’.

A política de ambiente e ordenamento do território ocupa um lugar central na estratégia para o desenvolvimento do País definida pelo XVII Governo Constitucional (2005-09). Esta nova orientação encontra-se refletida na designação atribuída ao organismo que tutela o ambiente, ‘Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional’. Os dois grandes objetivos preconizados são ‘alcançar a convergência ambiental com a Europa’ e ‘promover a coesão territorial, a nível nacional e europeu’ que o Governo se propõe alcançar ‘através de um sistema

de gestão territorial mais efectivo, mais coerente, mais descentralizado e mais responsável perante os cidadãos’. Para este Governo a convergência ambiental com a Europa não se pode restringir aos indicadores económicos mas abarcar também a proteção ambiental e a qualidade de vida de modo a que Portugal se aproxime dos países desenvolvidos nas áreas do abastecimento de água, saneamento e tratamento de resíduos. Outras áreas prioritárias são: as energias renováveis, a eficiência energética (Regime geral das edificações urbanas –RGEU) e os transportes e obras públicas. Nesta última área, e com vista a um ‘desenvolvimento sustentável’, o Governo propõe-se desenvolver uma política baseada no conceito de ‘mobilidade sustentável’, assente em cinco grandes objetivos: i) aumentar a qualidade de vida dos portugueses com base num novo sistema de mobilidade; ii) requalificar a mobilidade urbana (políticas de transporte sustentável); iii) dar centralidade ao ambiente (respeitar o Protocolo de Quioto); iv) baixar os custos de transporte (intermodalidade e eficiência); e v) agregar as redes de transporte ibéricas, europeias e transatlânticas de modo eficiente. Outros objetivos são investir na segurança em todos os modos de transporte e diminuir a sinistralidade rodoviária. Entre as medidas definidas para alcançar os objetivos salientamos a conferência de poderes às Autoridades Metropolitanas de Transportes de Lisboa e do Porto; a possibilidade de comprar bilhetes *online*; maior coordenação entre modos de transporte coletivos; e uma política de gestão integrada para as empresas de transportes urbanos (Lisboa e Porto). Para o XVIII Governo Constitucional (2009-11) a política de ambiente permanece estruturante na estratégia de desenvolvimento sustentável do País. Contudo, o organismo que tutela o ambiente volta a ser designado como ‘Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território’, excluindo-se o desenvolvimento regional. A prioridade ambiental centra-se nos desafios colocados pelas alterações climáticas (Protocolo de Quioto) pelo que o Governo se propõe adotar medidas especiais no âmbito do Programa Nacional para as Alterações Climáticas (PNAC), como por exemplo diminuir a dependência dos combustíveis fósseis, aumentar a eficiência energética (redução do consumo de energia; mudança de comportamentos), a sustentabilidade dos transportes e continuar a investir nas energias renováveis (eólica, hídrica). Os resíduos continuam a ser uma prioridade para este Governo que os considera como ‘recurso ou fonte de valor’. Assim, incentivar a reutilização e a reciclagem através da inovação tecnológica, melhorar o sistema de resíduos industriais perigosos (CIRVER, coincineração), diminuir os resíduos persistentes (plásticos) e promover materiais reutilizáveis e recicláveis são exemplos de medidas a desenvolver neste domínio. A conservação da natureza e da biodiversidade correspondem a outro domínio prioritário de intervenção.

Neste domínio o Governo propõe-se defender a Rede Natura e estendê-la às áreas marinhas protegidas (biodiversidade marinha) e alargar a Rede Nacional de Áreas Protegidas (turismo de natureza). Importa ainda salientar a intervenção ao nível da reforma fiscal ambiental (neutralidade fiscal), a simplificação de procedimentos (administrativos, fiscalização), a promoção de ações de sensibilização e educação ambiental, a cooperação com organizações não-governamentais na área do ambiente e a revisão da Lei de Bases do Ambiente de modo a adequá-la ao atual contexto.

O XIX Governo Constitucional (2011-2015) propõe uma mudança de paradigma em que o desenvolvimento sustentável realiza o potencial produtivo agrícola e do mar e o crescimento assenta na proteção e valorização do meio ambiente. Assim, o organismo que tutela o ambiente passa a designar-se ‘Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território’. Em 2013, a designação é de novo alterada para ‘Ministério do Ambiente, Ordenamento do território e Energia’, sem que se registem mudanças em termos de objetivos e medidas políticas. Os objetivos estratégicos centram-se na resolução dos problemas ambientais de primeira geração (água, saneamento, resíduos); na resposta aos desafios emergentes através da execução políticas ambientais europeias baseadas na incorporação dos custos ambientais na economia e no desenvolvimento de atividades económicas em torno das inovações e das tecnologias limpas. Entre as medidas preconizadas pelo Governo destacamos a estratégia para a conservação da natureza e biodiversidade baseada na valorização económica dos recursos naturais, dos serviços dos ecossistemas e na retificação do modelo de gestão das áreas classificadas; executar os Planos de Ordenamento das Bacias Hidrográficas e o Plano Nacional da Água para fomentar a política e a gestão dos recursos hídricos; desenvolver um Plano Nacional de Ação para o Uso Eficiente da Água com vista a reduzir o consumo; reestruturar o setor do abastecimento de água e saneamento de modo a garantir a sustentabilidade económico-financeira do setor; conferir autonomia ao subsector dos resíduos no Grupo Águas de Portugal e desenvolver as medidas conducentes à sua abertura ao setor privado; promover um mercado para os Combustíveis Derivados de Resíduos; investir na ecoeficiência e rever a fiscalidade ambiental e retificar a Lei de Bases do Ambiente.

A análise dos programas dos Governos Constitucionais evidencia o modo como a expansão das cidades, do parque industrial, de novas formas de produção agrícola, num contexto caracterizado por carências ao nível da rede de distribuição de água, energia, saneamento básico e de equipamentos sociais, condicionaram as políticas e a ação dos Governos Constitucionais na área do ambiente.

Diferentes políticas e medidas de política foram implementadas pelos diversos

Governos Constitucionais no sentido de garantir o direito ao Ambiente e qualidade de vida, consagrado no artigo 66º da Constituição da República Portuguesa. Desde uma intervenção preventiva focada na preservação do ambiente e dos recursos naturais e no controlo do impacto ambiental decorrente do desenvolvimento registado no País até uma intervenção centrada no incremento e no apoio ao investimento (público ou privado) em diferentes áreas: ordenamento do território, tratamento dos lixos, mobilidade sustentável, turismo e na investigação são diversas as políticas para promover um desenvolvimento sustentável.

As estratégias para a mudança de comportamentos privilegiam a formação e a educação na área do ambiente. Inicialmente focadas na população escolar jovem estendem-se às universidades, às autarquias, às associações com vista a implicar toda a sociedade na defesa do ambiente e na difusão de novas práticas conducentes a uma diminuição do padrão de consumo e, simultaneamente, da pegada ecológica através da reciclagem e da reutilização. Outras medidas de carácter punitivo (poluidor-pagador, ‘fiscalidade verde’) são promovidas por alguns governos. O impacto destas estratégias não é ainda totalmente conhecido mas o que os estudos revelam é que a transferência das responsabilidades para o consumidor, sem que sejam acompanhadas por uma intervenção ao nível dos contextos de nível micro a macrosociológico, está votada ao insucesso.

5. Conclusões

Este artigo tem como objetivo apresentar uma análise do papel do Estado e das políticas públicas na mudança de comportamentos, através da inculcação de disposições ambientalistas, com vista a garantir o direito consagrado no artigo 66º da Constituição da República Portuguesa – Ambiente e qualidade de vida. A análise foi desenvolvida a partir dos programas dos Governos Constitucionais, de 1976 a 2015, e centrou-se nas políticas e nas medidas de política propostas para a ‘Energia’ e o ‘Ambiente’, no contributo das mesmas para a preservação do ambiente e dos recursos naturais e na alteração de comportamentos, individuais e coletivos, em favor do desenvolvimento e consumo sustentáveis.

O envolvimento e a participação dos cidadãos na defesa do ambiente e da qualidade de vida está consagrado na Constituição da República Portuguesa, o que lhe confere um carácter inovador. Contudo as áreas de intervenção e o grau de participação preconizados pelos Governos Constitucionais são diversos. Alguns Governos incentivam à participação na definição das políticas e das medidas de política (discussão pública da opção pelo nuclear, pela regionalização e na gestão dos

recursos naturais e nos planos de ordenamento a nível autárquico); promovem ações com o objetivo de consciencializar e implicar a população na preservação do ambiente e dos recursos naturais de modo a garantir o futuro das novas gerações; apoiam as associações de consumidores e garantem os direitos dos consumidores (facilitar o acesso à justiça); acreditam na criatividade e na iniciativa privada dos portugueses rumo a um desenvolvimento sustentável. Outros Governos estimulam a participação centrando-se na partilha de responsabilidades (assumir dos custos – ‘poluidor-pagador’; participar nas despesas – ‘fiscalidade verde’ como fonte de financiamento na área do ambiente; responsabilizar pelo uso e gestão dos recursos naturais – ‘utilizador-pagador’). Em todos os Governos a participação é incentivada através da informação e da formação (educação ambiental). O que distingue a intervenção dos diversos Governos é o público abrangido que ora se restringe à população escolar (influência que as crianças/jovens exercem na mudança de comportamentos dos adultos), ora se alarga às empresas e às associações, de modo a envolver toda a população.

Ao longo das quatro décadas, incluídas na análise dos programas dos diversos Governos Constitucionais, registamos uma diversidade de políticas e medidas de política preconizadas para a área da ‘Energia’ e do ‘Ambiente’. São políticas em torno da melhoria da rede de abastecimento de água e saneamento básico em todo o território nacional; do alargamento do fornecimento de energia elétrica e do acesso a novas fontes de energia (gás natural); do investimento na área do tratamento dos lixos e dos resíduos (industriais, tóxicos, hospitalares); dos recursos naturais; do ordenamento do território; da melhoria do ambiente nas cidades; do incentivo à reciclagem, à reutilização e à redução do consumo de modo a elevar o padrão de qualidade de vida dos portugueses e, deste modo, a garantir o direito ao ambiente e à qualidade de vida, consagrados no artigo 66º da Constituição da República Portuguesa. A relevância que algumas destas áreas assumem para os diversos Governos determina a designação atribuída ao Ministério que tutela o ‘Ambiente’ e o lugar cimeiro ou secundário dado a este por relação aos outros setores chave da governação. A título de exemplo salientamos as seguintes designações: Ministério do Ambiente; Ministério das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente e Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território. Por último importa referir que após a adesão à União Europeia, a adequação da legislação portuguesa ao Direito Comunitário, através da transposição das diretivas europeias, é uma preocupação transversal a todos os Governos Constitucionais.

A forte dependência energética, agravada pelas crises petrolíferas (1979, 1991 e 2008), condicionaram as políticas e as medidas de política preconizadas pelos

diversos Governos e refletiram-se no modo como estes perspetivaram as relações entre o setor da energia, o ambiente e o desenvolvimento sustentável. As opções políticas preconizadas pelos diversos Governos indiciam uma hierarquização entre o ambiente e a economia. A título de exemplo referimos o incentivo à intensificação do uso de uma energia poluente (carvão) como estratégia para mitigar os efeitos que a dependência energética exerce na economia portuguesa, nomeadamente em contexto de crise petrolífera, ou o investimento do Estado em energias limpas (energias renováveis); a liberalização e abertura aos mercados energéticos ou a desgovernamentalização da regulação dos preços da energia elétrica; ou, ainda, a privatização dos transportes públicos versus a redução da pegada ecológica através da promoção de uma mobilidade sustentável.

O investimento na área do ambiente e da preservação dos recursos naturais preconizado pelos diversos Governos Constitucionais é também revelador de estratégias diferenciadas nesta área. Os Governos que assumem um papel menos interventivo remetem para as empresas a inovação e privilegiam o crescimento económico, conferindo primazia às questões económicas sobre as ambientais. Para estes Governos a convergência ambiental centra-se nos indicadores económicos. Pelo contrário, os Governos com um papel mais interventivo defendem que o investimento na área do ambiente é um meio para alcançar o desenvolvimento sustentável. Neste caso, a convergência ambiental encontra-se associada não só a indicadores económicos mas também na área da proteção e da qualidade de vida. De referir, ainda, que estes Governos privilegiam a relação entre o Ambiente, o consumo e a cidadania.

Num tempo em que é grande o questionamento da relação entre o crescimento económico e o aumento do nível de vida, em que se intensificam os debates em torno dos efeitos nefastos do crescimento económico e da moderna sociedade de consumo e em que são muitas as evidências que comprovam a relação entre crescimento económico e as desigualdades sociais, a análise dos programas dos Governos Constitucionais permite concluir que o crescimento económico continua a ser privilegiado por alguns dos Governos, em Portugal. A análise revela, também, que outros Governos dão passos rumo ao desenvolvimento sustentável. A questão central é que, em ambos os casos, os Governos atribuem ao consumo o papel central na dinamização da economia. Assim, estamos ainda longe da sociedade de decrescimento caracterizada por uma produção organizada para a subsistência e, conseqüentemente, para uma utilização e consumo moderado e consciente dos recursos.

Um outro obstáculo no caminho rumo a uma sociedade de decrescimento prende-se com a eficácia das estratégias centradas na política de educação ambiental

com vista à mudança de comportamentos. Se o objetivo é mudar o comportamento dos consumidores é necessário, por um lado, questionar o conceito de ‘consumidor-cidadão’ e a ideia que lhe está associada de que o poder de escolha em favor de produtos ‘amigos do ambiente’ e de redução dos níveis de consumo em prol da defesa do ambiente e dos recursos naturais está totalmente concentrado nos consumidores. Por outro lado, é imperioso considerar que as práticas de consumo correspondem a ações partilhadas e impregnadas de sentido cultural que são inculcadas de modo inconsciente ao longo do processo de socialização (primário e secundário), e que estão relacionadas com rituais sociais presentes nas rotinas diárias. Estes rituais variam em função do tempo, do lugar e dos grupos sociais. Assim, não é possível alterar o comportamento dos consumidores sem ter em conta o contexto (físico, social, cultural) em que a prática de consumo tem lugar.

Referências Bibliográficas

- BARBOSA, Livia (2008), *Sociedade de Consumo*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar, Ed.
- BAUMAN, Zygmund (2008), *Vida de Consumo*, Buenos Aires, Fondo de Cultura Económica.
- COSTA, António (1999), *Sociedade de Bairro: Dinâmicas sociais da identidade cultural*, Oeiras, Celta Editora.
- CRUZ, Isabel (2013), *Entre Estruturas e Agentes: Padrões e práticas de consumo em Portugal Continental*, Porto, Afrontamento.
- (2014), “Consumo sustentável: entre o crescimento e o decrescimento”, in Hernâni Veloso Neto e Sandra Lima Coelho, *Responsabilidade social, respeito e ética na vida em sociedade*, Vila do Conde, Civeri Publishing, pp 268-281.
- (2015), “Consumo colaborativo: uma alternativa em tempos de crise?”, Dimensão analítica: Condições e Estilos de Vida, Plataforma Barómetro Social, <http://barometro.com.pt>, ISSN 2182-1879.
- CRUZ, Isabel; KATZ-GERRO, Tally (2016), “Urban public transport companies and strategies to promote sustainable consumption practices”, *Journal of Cleaner Production*, 123, pp 28-33.
- DAWKINS, Richard (2001), “Sustainability doesn’t come naturally: an evolutionary perspective on values”, “Values platform for Sustainability”, Inaugural Lecture present at the Environment Foundation, The Royal Institution, London.
- ILLICH, Ivan (1977), *Towards a history of needs*. New York, Pantheon Books.
- JACKSON, Tim (2005), *Motivating Sustainable Consumption – A review of models of consumer behaviour and behavioural change*, A Report to the Sustainable Development Research Network, London, Policy Studies Institute.
- (2009), “Industrial ecology in Europe: Beyond the growth economy”, *Journal of Industrial Ecology*, 13 (4), pp 487-490.
- JOHN, René; JAEGER-ERBEN, Melaine; JANA, RUCKERT, Jana (2016), “Elusive Practices: Considerations on limits and possibilities of environmental policy for sustainable consumption”, in Keller, M. et al., *Environmental Policy and Governance Meet Everyday Life: The (im)possibilities of sustainable consumption in Europe*, Vol. 26, pp 129–140.

CRUZ, Isabel Silva (2016), “Consumo sustentável e ambiente: o papel do Estado e das políticas públicas na inculcação de disposições ambientalistas”, *Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Vol. XXXII, pp. 33 - 60

- KALLIS, Giorgos (2011), “In defence of degrowth”, *Ecological Economics*, 70, pp 873-880. KASSER, Tim (2002), *The High Price of Materialism*, Cambridge, MA: MIT Press.
- LAHIRE, Bernard (1998), *Homem Plural. Os determinantes da acção*, Brasil, Editora Vozes.
- LATOUCHE, Serge (2010), “Degrowth”, *Journal of Cleaner Production*, 18, pp. 519-522.
- (2011), *Vers une société d'abondance frugale: contresens et controverses sur la décroissance*, Paris, Ed. Mille et une nuits.
- MARTINEZ-ALIER, Joan; PASCUAL, Unai; VIVIEN, Franck-Dominique; ZACCAI, Edwin (2010), “Sustainable de-growth: Mapping the context, criticisms and future prospects of an emergent paradigm”, *Ecological Economics*, 69, pp. 1741-1747.
- MEADOWS, Donella; MEADOWS, Dennis; RANDERS, Jørgen; BEHRENS III, William (1972), *Limites do crescimento: Um relatório para o projecto do Clube de Roma sobre o dilema da humanidade*. São Paulo, Ed. Perspectiva.
- Programas dos Governos Constitucionais da República (I Governo ao XIX Governo Constitucional) <http://www.portugal.gov.pt/pt/o-governo/arquivo-historico/governos-constitucionais.aspx>
- SLATER, Don, (2001), *Cultura do Consumo e Modernidade*, S. Paulo, Nobel.
- SLESSER, Malcolm; KING, Jane; CRANE, David (1997), *Management of Greed: Bio-physical appraisal of economic and environment potencial*, Edinburgh, Resource Use Institute.
- TRAINER, Ted, (1996), *Towards a Sustainable Economy – The need for fundamental change*, Oxford, UK, Jon Carpenter Publishing.
- United Nations Development Programme, (1998), *Human Development Report*, <http://www.hdr.undp.org>
- VAN DEN BERGH, Jeroen, (2011), “Environment versus growth: a criticism of ‘degrowth’ and a plea for ‘a-growth’”, *Ecological Economics*, 70, pp. 881-890.
- WACHTELL, Paul, (1989), *The Poverty off Affluence*, Philadelphia, New Society Publishers.
- WARDE, Alan, (2013), “Sustainable consumption and policies for behaviour change”. *Discover Society*, 1(1).
- (2014), “After taste: Culture, consumption and theories of practice”, *Journal of Consumer Culture*, 14, n.º. 3, pp. 279–303.
- WCED (1987), *Our Common Future*, Oxford, University Press.

Isabel Silva Cruz. Investigadora do Instituto de Sociologia da Universidade do Porto (Porto, Portugal). Endereço de correspondência: Instituto de Sociologia da Universidade do Porto, Via Panorâmica, s/n, 4150-564 Porto, Portugal. *E-mail:* imsilvacruz@gmail.com

Artigo recebido a 10 de janeiro de 2016. Publicação aprovada a 8 de setembro de 2016.

A gestão de recursos humanos nas Organizações Não Governamentais de Cooperação para o Desenvolvimento portuguesas: uma análise interpretativa exploratória

Vanessa Marcos

Instituto de Sociologia da Universidade do Porto

Resumo

À luz do debate teórico-empírico sobre a instrumentalização do voluntariado e a precarização do mercado de trabalho problematizamos, neste artigo, a gestão de recursos humanos em Organizações Não Governamentais de Cooperação para o Desenvolvimento (ONGD), em termos da sua maior ou menor orientação para a profissionalização, enquanto estratégia de eficiência e eficácia organizacional. A partir dos dados de um inquérito por questionário aplicado a 23 ONGD portuguesas intencionalmente selecionadas, apresentamos uma caracterização geral dos seus recursos humanos assalariados e voluntários, bem como uma análise interpretativa das práticas de gestão de recursos humanos.

Palavras-chave: gestão de recursos humanos; ONGD; profissionalização.

*Human resources management in Portuguese NGOs:
an exploratory interpretative analysis*

Abstract

In the light of the theoretical-empirical debate on the instrumentalization of volunteering and on the precarization of the labor market, in this article we problematize human resources management in Non-Governmental Development Organizations (NGDOs) regarding their higher and lower orientation to professionalization as an organizational strategy of efficiency and efficacy. Through data collected from a survey applied to 23 Portuguese NGDOs intentionally selected we present a general characterization of their paid workers and volunteers as well as an interpretative analysis of the human resources' management practices.

Keywords: human resources management; NGDOs; professionalization.

*Gestion des ressources humaines dans les ONGD portugaises:
une analyse interprétative et exploratoire*

Résumé

A la lumière du débat théorique et empirique sur l'instrumentalisation des volontaires et la précarisation du marché du travail, nous posons le problème, dans cet article, de la gestion des ressources humaines des Organisations Non Gouvernementales de Développement, en termes de plus ou moins grande professionnalisation comme stratégie d'organisation efficiente et efficace. A partir d'un sondage effectué auprès de 23 ONGD portugaises spécialement sélectionnées, nous présentons les caractéristiques générales de leurs salariés et de leurs volontaires ainsi qu'une analyse interprétative des pratiques de gestion des ressources humaines.

Mots clés: gestion des ressources humaines ; ONGD ; professionnalisation.

*La gestión de recursos humanos en las ONGD Portuguesas:
un análisis interpretativo exploratorio*

Resumen

A la luz del debate teórico-empírico sobre la instrumentalización del voluntariado y la precarización del mercado de trabajo problematizamos en este artículo la gestión de recursos humanos en Organizaciones No Gubernamentales de Cooperación para el Desarrollo (ONGD) en términos de su mayor o menor orientación para la profesionalización como estrategia de eficiencia y eficacia organizativa. A partir de datos de una encuesta a 23 ONGD portuguesas intencionalmente seleccionadas presentamos una caracterización general de sus recursos humanos pagos y voluntarios así como un análisis interpretativo de las prácticas de gestión de recursos humanos.

Palabras clave: gestión de recursos humanos; ONGD; profesionalización.

Introdução

O sector da economia social assume crescentemente um papel central na provisão do bem-estar social, atendendo à diversidade de bens e de serviços prestados, ao volume de emprego gerado, entre outros fatores. Não obstante a importância e o progressivo reconhecimento político, no domínio nacional e europeu, deste sector de atividade na criação de emprego (Almeida, 2011), importa refletir sobre os contornos da gestão de recursos humanos (GRH) nas organizações da economia social (OES) portuguesas.

Com efeito, Delicado, Almeida e Ferrão (2002) estabeleceram, no seu estudo,

uma correlação entre o baixo orçamento anual das organizações do terceiro sector¹ português e o maior recurso ao voluntariado. Logo, os recursos (in)disponíveis têm uma implicação direta na escala de procura (maior ou menor) de trabalho voluntário (Chambel e Amaro, 2012), possivelmente contribuindo para uma instrumentalização do mesmo. Se o voluntariado tende a assumir uma solução de alternativa quer para as OES, que acedem a recursos humanos (RH) sem custo, quer para os indivíduos que ainda não iniciaram a vida ativa ou que se encontram em situação de desemprego, não estaremos perante uma lógica, por um lado, de gestão utilitarista do trabalho voluntário e, por outro, de promoção da precarização laboral?

No seguimento desta linha de raciocínio procuramos, no presente artigo, discutir a GRH assalariados e voluntários nas OES, em concreto nas Organizações Não Governamentais de Cooperação para o Desenvolvimento (ONGD) portuguesas, enquanto objeto empírico do projeto de investigação² realizado. No âmbito deste estudo e sob um quadro teórico-analítico eclético, mobilizado para dar conta da realidade empírica, problematizamos a GRH assalariados e voluntários nas ONGD portuguesas em termos da maior ou menor orientação para a profissionalização. Este exercício contemplou o recurso a dados empíricos recolhidos através de um inquérito por questionário aplicado, em 2011, a 23 ONGD intencionalmente selecionadas.³

De salientar que assumimos a GRH como um indicador para a tipificação de perfis de profissionalização das ONGD portuguesas, porém assente numa forte componente interpretativa. A análise efetuada permitiu identificar tendências da GRH assalariados e voluntários para a profissionalização, cuja descrição apresentamos neste artigo.

1. A gestão de recursos humanos: algumas perspetivas teórico-analíticas

Uma gestão efetiva de organizações não lucrativas decorre, em parte, de uma GRH (Ridder e McCandless, 2010) profissionalizada e, portanto, assente em

¹ Atenda-se que ao longo do presente artigo respeitamos a terminologia usada pelos autores mobilizados. Embora reconhecendo as diferenças entre conceitos, consideramos que o debate teórico-conceptual mais alargado em torno do sector da economia social extrapola os objetivos deste artigo.

² Trata-se da tese de doutoramento intitulada “Entre a Profissionalização e o Empreendedorismo Social: Uma abordagem sobre ONGD portuguesas”, realizada pela autora (Marcos, 2015) e financiada pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT), com a referência SFRH/BD/80677/2011, e no âmbito da qual assenta este artigo.

³ Este inquérito foi realizado no âmbito do projeto “Empreendedorismo Social em Portugal: as políticas, as organizações e as práticas de educação/formação”, liderado pelo Instituto de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (ISFLUP), em parceria com a A3S - Associação para o Empreendedorismo Social e a Sustentabilidade do Terceiro Setor e com o Dinâmia/CET do Instituto Universitário de Lisboa, e financiado pela FCT (PTDC/CS-SOC/100186/2008).

práticas indicativas de desenvolvimento pessoal e profissional e estabelecidas em estreita articulação com a missão organizacional. Trata-se, neste âmbito e conforme argumentou Akingbola (2006), de promover uma GRH estratégica, ou seja, de definir uma GRH consentânea e concertada com a estratégia organizacional.

Seguindo esta mesma linha de pensamento, Ridder e McCandless (2010) procuraram configurar a GRH nas organizações não lucrativas. A partir do quadro teórico que cruza a GRH estratégica (práticas de RH orientadas para os valores, missão e objetivos organizacionais) e a abordagem baseada nos RH (foco nas necessidades e motivações dos RH), estes autores elaboraram uma proposta analítica assente numa tipologia quadrífida de GRH, a saber: i) administrativa, referente a organizações com ausente ou incipiente orientação quer estratégica, quer para o investimento no potencial dos seus RH, o que se materializa em práticas de GRH reduzidas e pouco profissionalizadas; ii) motivacional, a qual envolve uma baixa orientação estratégica e coloca a ênfase na motivação dos RH; iii) estratégica, cujo foco reside na orientação estratégica, por contraste ao reduzido investimento na motivação dos RH; iv) *values-driven*⁴, confere relevo quer à orientação estratégica, quer ao investimento na motivação dos RH (Ridder e McCandless, 2010). Tomando como referência esta classificação, a GRH administrativa parece corresponder às práticas gestionárias com menor orientação para a profissionalização, dada a sua natureza funcionalista e finalidade imediatista. Nesta lógica, o quarto tipo de GRH supra apresentado indicia práticas gestionárias com maior orientação para a profissionalização, tendo em conta o seu carácter estratégico, assente numa perspetiva de longo prazo em prol da missão organizacional e de envolvimento dos RH na mesma.

Recorrendo às teorias da motivação, Hofstede (1980) refere que a causa para agir prende-se com a expectativa de satisfazer alguma necessidade. Brown e Yoshioka (2002, citados por Akingbola, 2006) destacam a importância dos fatores intrínsecos de satisfação na GRH no sector não lucrativo, nomeadamente nos processos de recrutamento, retenção e motivação dos RH; porém, sublinham que a ausência de concretização do benefício público advogado, a reorientação da missão segundo outras prioridades e a descoincidência entre os valores apregoados e a sua prática, constituem motivos de deterioração da satisfação intrínseca. Neste sentido, a atração, a motivação e a retenção dos RH passa pelo cumprimento da missão organizacional evocada, por oposição à sua instrumentalização, bem como pelo alinhamento entre a retórica em torno das lógicas de funcionamento e a prática das organizações.

⁴ Mantivemos a designação original por considerarmos que a tradução lhe retirava sentido.

Por sua vez, Anheier (2005) correlaciona a questão do financiamento e da estabilidade de uma organização não lucrativa, aferindo que o carácter de incerteza impacta nos RH. Perante esta premissa aventamos que a instabilidade financeira das OES influi negativamente no recrutamento e na retenção de trabalhadores assalariados.

Acresce, neste raciocínio, o efeito pernicioso que parece existir no mercado de trabalho entre uma missão organizacional de cariz social e a fraca competitividade salarial. Embora as evidências empíricas não sejam unânimes relativamente à existência de um diferencial salarial positivo ou negativo entre os diferentes sectores de atividade, a perceção generalizada indica que os assalariados de organizações não lucrativas auferem remunerações inferiores no desempenho de funções semelhantes no sector público ou privado lucrativo (Handy, Mook, Ginieniewicz e Quarter, 2007). Algumas razões explicativas prendem-se com a motivação dos assalariados pela missão organizacional e consequente doação do seu trabalho em prol da causa social que defendem (Handy, Mook, Ginieniewicz e Quarter, 2007; Pennerstorfer e Trukeschitz, 2012), bem como um conjunto de características não monetárias, tais como o princípio de autonomia, a flexibilidade horária, o reconhecimento e a consentaneidade dos valores pessoais nos valores organizacionais, o desenvolvimento pessoal e profissional (Handy, Mook, Ginieniewicz e Quarter, 2007). Estes fatores remetem para a recompensa intrínseca de atração e motivação dos RH relativamente às organizações não lucrativas (Akingbola, 2006).

Ainda assim, se as ONGD confiam na missão social como elemento de vantagem comparativa face a incentivos financeiros que os demais sectores de atividade estão em melhores condições de oferecer, argumenta-se, de igual modo, que esta perspetiva ideológica tem permitido, em certa medida, justificar os baixos salários genericamente associados ao próprio sector da economia social. Logo, os baixos salários podem dever-se à instabilidade financeira das ONGD, o que pode legitimar, pelo menos em parte, o fraco investimento no desenvolvimento pessoal e profissional dos seus RH e, como corolário, é passível de explicar a rotatividade dos mesmos, refletindo um cenário marcado pela precarização laboral.

O recrutamento, a motivação e a retenção de RH qualificados envolve, portanto, o fomento de uma GRH estratégica que passa pela provisão de compensações competitivas (Akingbola, 2006), encaradas como complementos de remuneração. Com efeito, é possível destrinçar recompensas intrínsecas (psicológicas e sociais), e recompensas extrínsecas diretas (recompensa monetária como o salário, bónus e incentivos financeiros) e indiretas (recompensa não monetária ou benefícios como o seguro de saúde, subsídio de férias, reforma) (Mathis e Jackson, 2011).

No âmbito deste debate importa salientar que a GRH nas OES foi abordada desde sempre a partir de matrizes teóricas e ferramentas empíricas provenientes do sector privado lucrativo. Por conseguinte, as lógicas de funcionamento do segundo ditaram os moldes de gestão dos primeiros (Serapioni *et al.*, 2013). Acresce que o voluntariado é, frequentemente, estudado à luz dos modelos teórico-empíricos da GRH assalariados, contudo devem evitar-se interpretações padronizadas, dado que possuem racionais de funcionamento substancialmente diferentes (Cnaan e Cascio, 1998). Esta problemática agudiza-se face à dificuldade em demarcar conceptualmente o campo do voluntariado⁵ e à sua materialização num conjunto de atividades dúbias, marcadas por fatores conjunturais e culturais (Paine, Hill e Rochester, 2010), o que se repercute no debate ambíguo sobre a relação entre o trabalho voluntário e a precarização laboral.

Por um lado, o recurso ao trabalho voluntário pode traduzir-se, para algumas OES, na obtenção de mão-de-obra não remunerada numa vertente de substituição de RH assalariados e, portanto, promotora da precarização do mercado de trabalho. Por outro, o trabalho voluntário é passível de constituir um processo de aquisição e de desenvolvimento de competências profissionais, representando “um primeiro espaço de transição ao mercado de trabalho para jovens qualificados e que se encontram sem emprego” (Alonso, 2000, citado por Coelho e Aquino, 2009: 282).

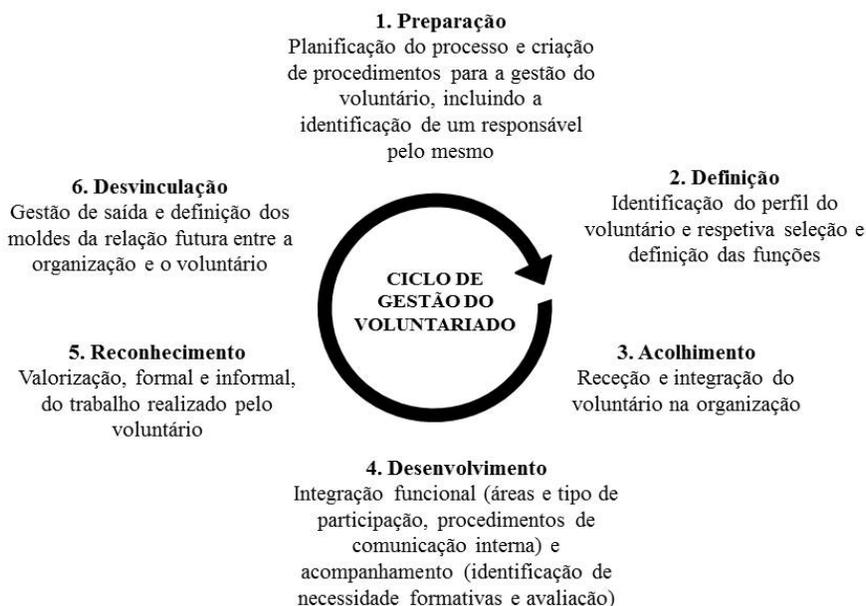
Considerando que tradicionalmente apenas as motivações “heterocentradas” (orientadas para o interesse social e perpassadas pelo princípio do altruísmo e da solidariedade) se associavam ao exercício do voluntariado, atualmente é relativamente consensual a sua combinação com motivações “autocentradas” (geradoras de um benefício próprio) (Salas, 2009). Uma revisitação teórica sobre a temática permite concluir, precisamente, a ausência de dissociação entre as motivações “altruístas” e “egoístas” (Serapioni *et al.*, 2013). É neste quadro que emerge um dos desafios do voluntariado, designadamente a relação entre a aquisição e o reconhecimento legal de competências formais e informais a partir do exercício de trabalho voluntário e a empregabilidade.⁶

⁵ Note-se que o “Manual on the Measurement of Volunteer Work” publicado pela OIT (2011) introduz uma definição internacionalmente aprovada do voluntariado, ancorada em cinco elementos centrais, a saber: i) representa uma forma de trabalho (distinta do trabalho remunerado e de uma atividade lazer) que resulta na produção de bens e/ou provisão de serviços, com valor para os beneficiários e com peso nas economias nacionais; ii) corresponde a atividades sem remuneração ou qualquer compensação financeira ou em género (não inclui a questão do reembolso); iii) exercida de livre vontade; iv) engloba voluntariado “direto” (informal) e voluntariado sob enquadramento organizacional; v) não inclui o apoio na esfera doméstica/familiar (Bosic, Fonović e Salamon, 2012).

⁶ Atenda-se a propósito, o “Passaporte Europeu de Competências” reconhecido pelo Parlamento Europeu (cf. Resolução 2011/2293(INI)).

Esta questão acalenta perspectivas discordantes tendo em conta a desvirtualização do significado de trabalho quer assalariado, quer voluntário, e a frequente instrumentalização deste último, através de: i) ações de voluntariado que camuflam situações de trabalho precário; ii) organizações que procedem à substituição de profissionais assalariados por voluntários e a tensão daí decorrente; iii) o uso indiscriminado do conceito de voluntariado; iv) o recurso ao voluntariado pelos desempregados como forma de entrada em organizações para potencial acesso a um emprego (Serapioni *et al.*, 2013). Se o voluntariado permite a aquisição e desenvolvimento de competências que, segundo a legislação nacional⁷ e europeia, devem ser valorizadas aquando da procura de emprego, também é inegável que a fronteira entre o trabalho voluntário e a precarização laboral é ténue e frágil, assumindo crescente importância o reforço da delimitação das duas esferas de atuação. A gestão do voluntariado implica, deste modo, uma articulação entre as motivações, as expectativas e as competências dos voluntários e as necessidades das organizações que os acolhem (Anheier, 2005).

Figura 1
Etapas do Ciclo de gestão do voluntariado



Fonte: Autora, a partir das propostas de Vidal *et al.* (2007) e Salas (2009).

⁷ Lei nº71/98, de 3 de novembro.

No âmbito deste debate, destaque para o Ciclo de gestão de voluntariado (Figura 1), enquanto matriz teórica, proposta por Vidal *et al.* (2007) e Salas (2009), e que consiste em seis etapas sequenciais, compostas por um conjunto de atividades, em prol de uma gestão eficiente de RH voluntários.

Alinhado à perspetiva destes autores assumimos o Plano de Voluntariado⁸ como uma ferramenta de operacionalização, pelas ONGD portuguesas, do Ciclo de gestão referido, indicativa de profissionalização. Ainda que “o peso de cada uma das fases possa variar segundo a organização, segundo a tipologia do voluntariado, segundo as atividades em que as pessoas voluntárias participam” (Vidal *et al.*, 2007: 22), atribuímos, para efeitos analíticos, igual estatuto de importância a cada etapa do Ciclo de gestão do voluntariado.

Desde logo, o trabalho voluntário pressupõe um processo gestor contínuo, em que os moldes de atuação numa etapa têm implicações nas seguintes. Neste processo importa, também, identificar o representante ou a figura responsável pela gestão do voluntariado, embora Salas (2009) assinala o carácter transversal desta responsabilidade, ou seja, trata-se de uma função partilhada por toda a organização.

No global, os custos de uma organização com o recrutamento de voluntários explicam a preocupação da primeira com a retenção dos últimos (Hager e Brudney, 2004), pelo que a desvinculação de voluntários pode acarretar, genericamente, uma perda de recursos para a organização. Logo, uma eventual tendência para a rotatividade dos voluntários poderá justificar que muitas ONGD apliquem estratégias informais de gestão do voluntariado.

No entanto, Cnaan e Cascio (1998) apontam, justamente, a influência significativa de práticas gestórias efetivas no compromisso e na estabilidade dos voluntários. Aliás, com base numa revisão teórica sobre a temática, estes autores assinalam uma correlação positiva entre o investimento da organização nas diversas etapas gestórias e a motivação, o desempenho dos voluntários, bem como a sua elevada retenção, compromisso e satisfação (Cnaan e Cascio, 1998). À semelhança, Salas (2009) ressalta que o somatório das motivações (heterocentradas e autocentradas), das variáveis contextuais (estrutura e funcionamento da organização e envolvimento imediata) e da relação de compromisso (responsabilidade recíproca entre a organização promotora e o voluntário) resulta em satisfação e retenção.

Por conseguinte, em que medida as ONGD deveriam investir numa gestão

⁸ Optamos por este termo, em detrimento de Programa ou Projeto de Voluntariado, sendo que se tratou de uma questão meramente semântica, em linha com a perspetiva defendida por Salas (2009). Tal não significa que os conceitos referidos sejam sinónimos, todavia este debate ultrapassa os objetivos do presente artigo. De referir que, no domínio nacional, a definição de um Programa de Voluntariado está regulamentada no artigo 9.º da Lei n.º 71/98, de 3 de novembro.

profissionalizada dos seus RH voluntários? A este respeito, é relativamente consensual, nos debates teórico-empíricos, a perspetiva de promover uma gestão do trabalho voluntário a fim de potenciar as suas mais-valias. De facto, defende-se a valorização do potencial dos voluntários para a credibilização de uma ONGD, quer como fonte de capital social (Fowler, 2000; Onyx e Leonard, 2002) e de conhecimento, quer como contributo para a criação de uma esfera política e social de atuação (Fowler, 2000).

2. Considerações metodológicas

A fase de carácter quantitativo, da pesquisa empírica realizada, envolveu a aplicação presencial, entre maio e julho de 2011⁹, de um inquérito por questionário a 23 ONGD portuguesas intencionalmente selecionadas¹⁰ para analisar os modelos organizacionais e gestionários destas organizações, em termos da sua maior ou menor orientação para a profissionalização. Neste sentido, procedemos à tipificação de perfis de profissionalização, os quais resultam da ponderação de critérios quantitativos com raciocínios interpretativos, teoricamente enquadrados, e cujos dados obtidos assumem um cariz indicativo e exploratório.

A tipificação dos perfis de profissionalização consistiu, primeiramente, na construção de indicadores intermédios (Quadro 1), ancorados num conjunto de pressupostos teóricos. Com efeito, presumimos que o recrutamento de RH assalariados residentes na área de intervenção da organização, a adoção de ferramentas de GRH assalariados e voluntários e a descentralização da responsabilidade pela respetiva gestão, como traços indicativos de profissionalização. Atenda-se, ainda, que no âmbito da pesquisa efetuada assumimos o voluntariado de cariz formal, o qual é desenvolvido sob um enquadramento jurídico-organizacional (Delicado, Almeida e Ferrão, 2002; Onyx e Leonard, 2002; INE e CASES, 2013), de execução, que remete para o exercício do trabalho voluntário no domínio técnico-executivo (Delicado,

⁹ Note-se que definimos dezembro de 2010 como o horizonte temporal de referência para as questões que o exigiam.

¹⁰ Esta seleção intencional decorreu de um conjunto de critérios, a saber: i) registo no, então, Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento (IPAD), entidade que confere o estatuto jurídico de ONGD às organizações que o requerem; ii) representação pela instituição de cúpula - a Plataforma Portuguesa das ONGD; iii) obtenção de cofinanciamento entre 2008 e 2010 pelo então IPAD, no âmbito das Linhas de Financiamento de Projetos de Cooperação para o Desenvolvimento e/ou de Educação para o Desenvolvimento; iv) cotação de projetos das ONGD na Bolsa de Valores Sociais. O primeiro critério remete para um tipo de subfamília de organizações que integram o amplo sector da economia social em Portugal e que constituiu o foco analítico do estudo e os restantes assumimos como indicativos de uma orientação para a profissionalização.

Almeida e Ferrão, 2002), e regular, ou seja, levado a cabo numa base constante, no mínimo mensalmente (Delicado, Almeida e Ferrão, 2002).

Quadro 1
Identificação dos indicadores intermédios de profissionalização
relativos à dimensão analítica da GRH¹¹

Indicadores intermédios	Variáveis originais no inquérito por questionário
Recrutamento de RH locais	Recrutamento de RH residentes na área de intervenção da organização
GRH assalariados	Ferramentas de GRH
Responsabilidade pela GRH assalariados	Responsável pela GRH
Gestão dos voluntários	Existência de voluntariado
	Definição de um Plano de voluntariado
	Etapas do Ciclo de gestão do voluntariado operacionalizadas
Responsabilidade pela gestão dos voluntários	Membros da organização envolvidos na definição do Plano de voluntariado

Fonte: Adaptado de Marcos (2015).

De salientar que os indicadores intermédios foram construídos a partir da classificação das variáveis originais do inquérito por questionário e segundo um gradiente de progressão indicativo do grau de orientação para a profissionalização, que se traduziu na seguinte escala: «1 – Ausência de orientação para a profissionalização»; «2 – Baixa orientação para a profissionalização»; «3 – Moderada orientação para a profissionalização» e «4 – Elevada orientação para a profissionalização».

Quadro 2
Distribuição das ONGD segundo o perfil de profissionalização da GRH

Dimensão de análise	Perfil de Profissionalização				Total
	Elevado	Moderado	Baixo	Ausente	
Gestão de Recursos Humanos	O1, O14, O20	O2, O3, O6, O8, O11, O13, O15, O16, O18, O22	O5, O7, O9, O12, O17, O19, O21, O23	O4, O10	
N	3	10	8	2	23
% em linha	13,0	43,5	34,8	8,7	100,0

Fonte: Adaptado de Marcos (2015).

¹¹ Os perfis resultam da combinatória dos modelos organizacionais e gestionários, os quais se sustentam, por sua vez, em sete dimensões analíticas enformadoras do conceito de profissionalização construído no estudo, a saber: estruturas de governação e modelos de liderança, gestão estratégica, prestação de contas, GRH, modalidades de financiamento, redes e parcerias, comunicação externa.

A definição destes quatro escalões correspondentes aos quatro perfis de profissionalização tipificados permitiu-nos, num segundo momento, distribuir as 23 ONGD pelos mesmos em termos da sua GRH (Quadro 2).

2. A gestão de recursos humanos para a profissionalização: evidências em torno das Organizações Não Governamentais de Cooperação para o Desenvolvimento portuguesas

Após a explanação do quadro teórico mobilizado para interpretar os resultados empíricos obtidos, incidimos neste ponto sobre a caracterização geral dos RH, assalariados e voluntários, das ONGD inquiridas e apresentamos as tendências apuradas em torno da gestão dos mesmos.

2.1 O moderado perfil de profissionalização dos recursos humanos assalariados

Considerando o significativo número de RH assalariados nas OES, no domínio europeu e nacional, estimamos a respeito das ONGD portuguesas respondentes, um total de 485 trabalhadores (Quadro 3), dos quais 270 (55,7%) encontram-se afetos à sede, 180 (37,1%) às delegações nacionais e 35 (7,2%) às delegações internacionais. A partir da distribuição apurada observamos, também, a prevalência de mulheres, concretamente 352, representando 72,6% do total de trabalhadores, confirmando a feminização do sector da economia social em Portugal.

Acresce que 239 (49,3%) dos RH assalariados detém um contrato sem termo, resultado que é consentâneo com a realidade do mercado de trabalho português, embora a predominância deste tipo de vínculo contratual tenda a decrescer (Amaro, Costa e Santos, 2011). Tomando ainda como referência o Quadro 3, importa referir que 449 (92,5%) do total dos trabalhadores nas ONGD inquiridas encontram-se em regime de horário a tempo integral, o que indicia uma tendência para a estabilidade laboral.

Quadro 3

Distribuição dos trabalhadores na sede e delegações segundo o regime de horário de trabalho, o sexo e o vínculo contratual

Tipo de vínculo contratual	Sede				Delegações nacionais				Delegações internacionais				Total
	TI		TP		TI		TP		TI		TP		
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	
Prestação de serviços por avença	3	7	1	1	1	0	0	0	1	2	0	0	16
Estágio curricular	1	0	0	2	0	1	0	0	0	0	0	0	4
Estágio profissional	9	15	1	0	1	14	0	0	0	0	0	0	40
Contrato emprego-inserção	6	9	0	0	4	10	0	0	0	0	0	0	29
Contrato a termo certo	12	43	0	2	3	8	0	3	10	22	0	0	103
Contrato sem termo	32	70	3	13	27	91	2	1	0	0	0	0	239
Contrato de prestação de serviços de trabalhadores independentes	7	28	3	2	6	6	0	2	0	0	0	0	54
Total	70	172	8	20	42	130	2	6	11	24	0	0	485

Legenda: TI – Tempo Integral e TP – Tempo Parcial
 Fonte: Adaptado de Marcos (2015).

Em termos da maior ou menor orientação para uma GRH profissionalizada e tendo em conta os pressupostos assumidos e identificados no ponto 2 do artigo, destacamos que para um total de 21 organizações respondentes, a distribuição obtida indica uma tendência para a descentralização (61,9% - 13) da responsabilidade pela gestão destes trabalhadores, logo indicativa de traços de profissionalização. Acresce que 69,6% (16 das 23 ONGD inquiridas) recrutam RH assalariados localmente, evidenciando uma maior orientação para a profissionalização.

No que concerne à definição e implementação de ferramentas de GRH, as organizações analisadas tendem a apostar numa gestão imediatista dos seus RH assalariados, na medida em que 47,8% (11) das ONGD apresentam um grau moderado de profissionalização e 30,4% (7) evidenciam uma orientação baixa. De notar, ainda, que 13,0% (3) revelam uma orientação elevada para a profissionalização e 8,7% (2) a ausência da mesma.¹²

Considerando transversalmente os diferentes grupos funcionais classificados no estudo, observamos (Quadro 4) que as reuniões periódicas de balanço e troca de

¹² Atenda-se que a partir da variável original do inquérito por questionário criamos um indicador intermédio que privilegiou a definição de ferramentas gestonárias em detrimento dos grupos funcionais.

informação, análise e descrição de funções e os procedimentos de recrutamento e seleção são as principais ferramentas implementadas pelas organizações respondentes, o que remete, genericamente, para as etapas iniciais de um processo gestor. O plano de integração, a avaliação do desempenho dos RH e a definição de um plano de formação aplicam-se por menos de 50,0% das organizações analisadas. O plano de desenvolvimento profissional e a gestão de carreiras evidenciam uma incidência bastante reduzida. A preocupação destas ONGD não parece, por isso, recair numa gestão promotora da motivação, da satisfação e da retenção dos RH assalariados.

No global, os resultados obtidos sugerem uma GRH perspetivada no curto prazo, em detrimento de uma GRH estratégica, a qual ancorar-se-ia em ferramentas de desenvolvimento pessoal e profissional alinhadas com a missão e objetivos organizacionais, conforme argumentou Akingbola (2006). A GRH efetuada pela grande maioria das ONGD inquiridas parece aproximar-se da vertente administrativa da tipologia proposta por Ridder e McCandless (2010), refletindo organizações com ausente ou baixa orientação estratégica e um reduzido investimento na motivação dos seus RH, o que presumimos equivaler a práticas gestórias com menor orientação para a profissionalização.

Quadro 4
Distribuição das ferramentas de GRH, segundo o grupo funcional

Ferramentas de GRH	Técnicos superiores		Profissionais qualificados		Indiferenciados	
	N	%	N	%	N	%
Análise e descrição de funções	16	76,2	14	73,7	9	56,3
Avaliação de desempenho	8	38,1	7	36,8	5	31,3
Reunião de confronto sobre a avaliação do desempenho	8	38,1	10	52,6	6	37,5
Definição de plano de desenvolvimento profissional	5	23,8	4	21,1	2	12,5
Diagnóstico de necessidades de formação	11	52,4	11	57,9	8	50,0
Procedimentos de recrutamento e seleção	14	66,7	14	73,7	10	62,5
Plano de integração e acompanhamento na organização	9	42,9	7	36,8	4	25,0
Plano de formação	10	47,6	8	42,1	5	31,3
Reuniões periódicas de balanço e troca de informação	19	90,5	16	84,2	9	56,3
Gestão de carreiras	2	9,5	2	10,5	1	6,3
Desvinculação/ Gestão de saídas	3	14,3	3	15,8	1	6,3

Fonte: Adaptado de Marcos (2015).

Este cenário pode evidenciar o efeito pernicioso, apontado por Anheier (2005), em torno da influência do financiamento na estabilidade dos RH numa organização não lucrativa. Por um lado, é passível de refletir a instabilidade financeira das ONGD analisadas e, portanto, a dificuldade em apostar na implementação de uma estratégia gestonária de longo-prazo, por outro a ausência de uma GRH estratégica aventa uma maior rotatividade dos mesmos e a perda de capital humano, social, cultural e, possivelmente, também financeiro.

Nesta linha de pensamento, o recrutamento, a motivação e a retenção de RH qualificados nestas organizações requer a promoção de uma GRH promotora de compensações competitivas (Akingbola, 2006). Trata-se de relevar as recompensas intrínsecas e recompensas extrínsecas (Mathis e Jackson, 2011). A este respeito, apuramos que 81,8% (18) de um total de 22 ONGD¹³ não provisionam complementos de remuneração, 9,1% (2) das organizações aplicam recompensas extrínsecas indiretas e recompensas intrínsecas, 4,5% (1) provisionam recompensas extrínsecas diretas e indiretas e 4,5% (1) implementam recompensas intrínsecas.

É precisamente neste contexto que argumentamos a existência de uma linha ténue entre a missão social como elemento motivacional para trabalhar no sector da economia social e, por contraponto, como justificativa para os baixos salários promovendo um cenário de precarização laboral. Na tentativa de contribuir para este debate no domínio nacional, e ainda que a título indicativo, estimamos o quadro salarial (salário líquido médio) para os diferentes grupos funcionais remunerados definidos no estudo e a diferença salarial entre homens e mulheres.

Quadro 5
Média salarial entre homens e mulheres, segundo o grupo funcional

Grupo funcional	RH	Média salarial		Diferença salarial média
		H	M	
Técnicos superiores com funções de chefia	Em 51 casos, 76,5% (39) eram mulheres	1.892,83€	1.420,78€	472,05€
Técnicos superiores sem funções de chefia	Em 84 casos, 81,0% (68) eram mulheres	1.234,88€	1.097,58€	137,30€
Pessoal qualificado operacional	Em 61 casos, 75,4% (46) eram mulheres	863,50€	801,00€	62,50€
Pessoal qualificado administrativo	Em 17 casos, 82,4% (14) eram mulheres	900,00€	866,38€	33,62€
Pessoal indiferenciado	Em 8 casos, 87,5% (7) eram mulheres	900,00€	700,00€	-

Fonte: Adaptado de Marcos (2015).

¹³ Excluimos uma ONGD da análise (do total de 23 ONGD inquiridas), na medida em que não tinha RH assalariados.

2.2. O baixo perfil de profissionalização dos recursos humanos voluntários

Sob o quadro teórico do voluntariado formal (Delicado, Almeida e Ferrão, 2002; Onyx e Leonard, 2002; INE e CASES, 2013) e de execução (Delicado, Almeida e Ferrão, 2002), apuramos a presença de voluntários em 78,3% (18) das 23 ONGD inquiridas. Saliente-se que as ONGD sem voluntários apontaram um conjunto de razões justificativas, designadamente a ausência de tradição de voluntariado na organização (40,0% - 2), a difícil articulação entre os voluntários e os restantes membros da organização, a falta de dinamização, e a receção ou procura de colaborações voluntárias em função das necessidades da organização (20,0% - 3 *ex aequo*).

Os voluntários das ONGD analisadas apresentam uma idade média entre os 21,1 e os 54,8 anos, o que evidencia um perfil jovem e remete para o escalão etário, genericamente, associado à idade ativa, cuja tendência alinha-se com as conclusões de outros estudos focados na realidade portuguesa (Amaro, Romão, Gaspar e Correia, 2012; INE e CASES, 2013; Marcos e Amador, 2014). Acresce que os dados recolhidos junto de nove ONGD com informação válida apontam para uma escolarização elevada dos voluntários, ao nível do ensino superior¹⁴, confirmando a correspondência entre o voluntariado e o nível elevado de escolaridade verificada noutros estudos de âmbito nacional (Amaro, Romão, Gaspar e Correia, 2012; INE e CASES, 2013; Marcos e Amador, 2014) e europeu (cf. Comissão Europeia, 2010).

De referir, ainda, que de um total de 1.590 voluntários (Quadro 6), assinalados por 13 organizações respondentes¹⁵, 60,5% (962) são mulheres, prevalência que é transversal à sede social destas ONGD e às respetivas delegações, pelo que aferimos uma tendência para a feminização do voluntariado de execução nas ONGD portuguesas. Este cenário é corroborado por outros estudos nacionais (Delicado, Almeida e Ferrão, 2002; Amaro, Romão, Gaspar e Correia, 2012; INE e CASES, 2013; Marcos e Amador, 2014). O Quadro 6 ilustra, também, a marcada incidência do número de voluntários nas delegações nacionais das ONGD respondentes (77,4% - 1231), por contraste à sua sede (20,9% - 332).

¹⁴ Atenda-se que os níveis de escolaridade dos voluntários de uma das ONGD distribuíam-se pelo ensino superior, habilitações inferiores ou equivalentes ao 9º ano de escolaridade e entre o 9º e o 12º ano.

¹⁵ As percentagens apresentadas calcularam-se em função do total de 13 ONGD com informação válida.

Quadro 6
Distribuição do número de voluntários pela sede e delegações, segundo o sexo

Nº de voluntários	Homens		Mulheres		Total	
	N	%	N	%	N	%
Sede	101	16,1	231	24,0	332	20,9
Delegações nacionais	518	82,5	713	74,1	1231	77,4
Delegações internacionais	9	1,4	18	1,9	27	1,7
Total	628	100,0	962	100,0	1590	100,0

Fonte: Adaptado de Marcos (2015).

No que respeita à intensidade do trabalho voluntário, apuramos que do total de 1.590 voluntários, 63,6% (1012) dedicam entre «10 a 19 horas/mês» ao seu exercício, 16,2% (258) entre as «20 e as 30 horas/mês», 15,4% (245) «menos de 10 horas/mês» e 4,7% (75) dedicam «mais de 30 horas/mês». O trabalho voluntário na sede apresenta uma maior incidência (55,7% - 185) no escalão referente a «menos de 10 horas/mês», nas delegações nacionais o número mais elevado de voluntários (72,9% - 897) situa-se entre «10 a 19 horas/mês» e nas delegações internacionais (92,6% - 25) recai sobre o escalão mais elevado, ou seja, «mais de 30 horas/mês». No cômputo geral, observamos o predomínio do trabalho voluntário de baixa intensidade na sede, de intensidade intermédia nas delegações nacionais e de elevada intensidade nas delegações internacionais, ainda que neste último caso se trate de uma categoria com menor volume (em termos de números absolutos) de voluntários comparativamente às restantes.

Os dados obtidos indiciam, ainda, uma gestão de voluntariado pouco estruturada, na medida em que 47,8% (11 do total das 18 ONGD com voluntários) das organizações apresentam uma baixa orientação para uma gestão profissionalizada destes RH, 21,7% (5 *ex aequo*) revelam uma tendência elevada a par de uma ausência de orientação para a profissionalização e 8,7% (2) pontuam no escalão classificado como moderado. A este respeito e de forma discriminada, atenda-se que presumimos o Plano de voluntariado como uma ferramenta gestonária indicativa de profissionalização e que a elaboração descentralizada do mesmo reflete uma maior orientação para a profissionalização. Neste sentido, apuramos que 69,6% (16) não tem voluntários e não define um Plano de voluntariado, 21,7% (5) revela uma orientação para a descentralização e 8,7% (2) apresenta uma gestão centralizada.

De igual modo, estabelecemos uma correspondência entre as etapas do Ciclo de gestão do voluntariado (Vidal *et al.*, 2007 e Salas, 2009) e um conjunto de ferramentas gestonárias assumidas como enformadoras de um Plano de voluntariado. A este

respeito, verificamos (Quadro 7) que as sete ONGD com um Plano de voluntariado aplicam um plano de integração e acompanhamento na organização, e que 85,7% (6 *ex aequo*) realizam um diagnóstico de necessidades de formação, um plano de formação, e o reconhecimento dos voluntários. Os resultados obtidos apontam, portanto, para a primazia da etapa relativa ao «acolhimento», seguida do «reconhecimento», bem como de algumas ferramentas associadas à etapa do «desenvolvimento», o que parece evidenciar a satisfação das necessidades organizacionais mais imediatas, em detrimento de uma prática gestonária estratégica, no sentido de promover a retenção dos voluntários na organização.

Quadro 7
Distribuição das organizações que definem um Plano de voluntariado,
segundo as ferramentas de gestão de voluntários¹⁶

Etapas	Ferramentas de gestão de voluntários	Sim		Não	
		N	%	N	%
Definição	Procedimentos de recrutamento e seleção	5	71,4	2	28,6
Acolhimento	Plano de integração e acompanhamento na organização	7	100,0	0	0,0
Desenvolvimento	Avaliação de desempenho	3	42,9	4	57,1
	Reunião de confronto sobre a avaliação do desempenho e definição de plano de desenvolvimento profissional	4	57,1	3	42,9
	Diagnóstico de necessidades de formação	6	85,7	1	14,3
	Plano de formação	6	85,7	1	14,3
	Reuniões periódicas de balanço e troca de informação	4	57,1	3	42,9
	Motivação	5	71,4	2	28,6
Reconhecimento	Reconhecimento	6	85,7	1	14,3
Desvinculação	Gestão de saídas	4	57,1	3	42,9

Fonte: Adaptado de Marcos (2015).

Com efeito, as ONGD analisadas parecem secundarizar quer as ferramentas de avaliação e de desenvolvimento profissional subjacentes à etapa do «desenvolvimento», e genericamente associadas à promoção da retenção dos voluntários numa organização, quer a etapa da «desvinculação», possibilitadora de uma relação futura com o voluntário após a sua saída da organização. Convém, todavia, ressaltar que o número bastante reduzido de ONGD que definem Planos de voluntariado condiciona a identificação de tendências marcadamente representativas.

¹⁶ Tratou-se de uma pergunta de resposta múltipla.

Notas conclusivas

Este artigo pretende contribuir para o debate teórico-empírico acerca da relação entre a instrumentalização do voluntariado e a precarização do mercado de trabalho, a partir da caracterização dos RH assalariados e voluntários das ONGD portuguesas e da configuração das suas práticas gestionárias. Neste sentido, os dados apurados sugerem que os trabalhadores assalariados das ONGD analisadas são: i) maioritariamente do sexo feminino; ii) encontram-se vinculados sobretudo a um contrato sem termo e a um regime integral de horário de trabalho, os quais evidenciam uma relativa estabilidade laboral; iii) apresentam uma desigualdade de vencimentos entre homens e mulheres, cuja diferença salarial se determinou mais ou menos acentuada dependendo do grupo funcional, mas quase sempre favorável aos homens.

Não obstante a subjetividade de sentido(s) atribuída ao voluntariado e, por conseguinte, a ambiguidade do seu exercício, assumimos as modalidades de voluntariado formal e de execução na análise efetuada. Neste âmbito, apuramos que a maioria das ONGD portuguesas inquiridas possui voluntários, os quais apresentam, em linha com os resultados de outros estudos realizados no domínio nacional e europeu, um perfil jovem, feminizado e escolarizado, ao nível do ensino superior. Acresce a prevalência do trabalho voluntário de baixa intensidade, sendo que este parece assumir uma natureza ocasional na sede e nas delegações nacionais, contrastando com o cariz regular que se evidencia nas delegações internacionais, possivelmente justificado pela condição intrínseca ao voluntariado internacional, em concreto o facto de envolver, desde logo, um maior compromisso temporal.

Em termos das práticas de GRH das 23 ONGD nacionais inquiridas atenda-se que a maioria revela um perfil moderado de profissionalização, com uma orientação para o escalão abaixo. Este cenário evidencia que as organizações analisadas tendem, por um lado, a promover uma gestão descentralizada dos RH assalariados, o recrutamento de RH remunerados locais, bem como a presença de voluntários. Por outro, registam um grau moderado e baixo de profissionalização na definição e implementação de ferramentas de GRH assalariados e voluntários, respetivamente, porventura devido aos custos necessários para investir numa GRH profissionalizada e cujo desinvestimento poderá incitar, por sua vez, à desmotivação e à rotatividade destes atores.

De facto, no que diz respeito à gestão dos trabalhadores assalariados, as ONGD estudadas definem e implementam ferramentas associadas às etapas iniciais de um processo gestionário, traduzindo uma gestão de curto-prazo e, por isso, condicionadora da motivação, da satisfação e da retenção destes RH. A gestão dos

voluntários centraliza-se nos órgãos com funções de chefia e as ONGD analisadas tendem a privilegiar as etapas intermédias do Ciclo de gestão de voluntariado (Vidal *et al.*, 2007; Salas, 2009), tendo em conta que valorizam primordialmente as ferramentas de integração, seguindo-se o desenvolvimento de competências para o desempenho das atividades no seio da organização.

No âmbito global, a maioria destas ONGD operacionaliza práticas pouco profissionalizadas de GRH, que apontam para respostas organizacionais e gestionárias imediatistas, podendo contribuir para a promoção de um cenário de precarização laboral e de instrumentalização do voluntariado. Considerando que o investimento efetivo na gestão e na formação dos voluntários fomenta, por um lado, a sua atração, o compromisso e a retenção numa organização (Cnaan e Cascio, 1998; Anheier, 2005; Hager e Brudney, 2004), por outro, envolve recursos financeiros. Deste modo, a reduzida tendência das ONGD analisadas para a definição de práticas profissionalizadas de GRH poderá explicar-se, em parte, pelos custos decorrentes de uma gestão estratégica, a qual é dificultada pela instabilidade financeira genericamente vivenciada por estas entidades. Ainda assim, e no seguimento desta linha de pensamento, aventamos que o investimento das ONGD portuguesas na definição e implementação de práticas de GRH profissionalizadas simbolizaria uma aposta na eficiência e eficácia do desempenho organizacional, por conseguinte, encaradas como veículo para a legitimação da sua atuação.

Referências bibliográficas

- AKINGBOLA, Kunle (2006), “Strategy and HRM in nonprofit organizations: evidence from Canada”, *The International Journal of Human Resource Management*, 17 (10), pp. 1707-1725.
- ALMEIDA, Vasco (2011), *As Instituições Particulares de Solidariedade Social: Governação e Terceiro Sector*, Coimbra, Edições Almedina.
- AMARO, Rogério Roque (coord.); ROMÃO, Gisela Rovisco; GASPAS, Vânia; CORREIA, Teresa Pinto (2012), *Estudo de Caracterização do Voluntariado em Portugal*, Lisboa, PROACT - Unidade de Investigação e Apoio Técnico ao Desenvolvimento Local, à Valorização do Ambiente e à Luta contra a Exclusão Social.
- AMARO, Teresa Pina; COSTA, Teresa Sabido; SANTOS, Miguel Ângelo (2011), *Aspectos Estruturais do Mercado de Trabalho*, Lisboa, Observatório do Emprego e Formação Profissional.
- ANHEIER, Helmut (2005), *Nonprofit organizations: Theory, management, policy*, London, Routledge.
- BOSIAC, Daniela; FONOVIC, Ksenija; SALAMON, Lester (2012), “Institutionalizing the Measurement of Volunteering: Insights from the European Volunteer Measurement Project”, in *10th International Conference of the International Society for Third Sector Research, Democratization, Marketization, and the Third Sector*, Siena, 10-13 julho, 2012.

MARCOS, Vanessa (2016), “A gestão de recursos humanos nas Organizações Não Governamentais de Cooperação para o Desenvolvimento portuguesas: uma análise interpretativa exploratória”, *Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Vol. XXXII, pp. 61 - 81

- CHAMBEL, Elza; AMARO, Rogério Roque (2012), “Volunteering Infrastructure in Europe. Portugal”, in Cristina Rigman, Gabriella Civico, Daniela Bosioc, Andreea Nagy, Emily Pearson, Maria Tvrdonova (coord.), *Volunteering Infrastructure in Europe*, CEV - European Volunteer Centre, [Consult. a 08.10.2013]. Disponível em: <<http://www.cev.be/initiatives/volunteering-infrastructure/>>.
- CNAAN, Ram; CASCIO, Toni (1998), “Performance and commitment: Issues in management of volunteers in human service organizations”, *Journal of Social Service Research*, 24 (3/4), pp. 1-37.
- COELHO, Raquel; AQUINO, Cássio (2009), “Inserção Laboral, Juventude e Precarização”, *Psicologia Política*, 9 (18), pp. 275-289.
- COMISSÃO EUROPEIA (2010), *Standard Eurobarometer 73 - Public Opinion in the European Union*, 2, [Consult. a 12.09.2013]. Disponível em: <http://ec.europa.eu/public_opinion/archives/eb/eb73/eb73_en.htm>.
- DELICADO, Ana; ALMEIDA, Ana; FERRÃO, João (2002), *Caracterização do Voluntariado em Portugal*, Lisboa, Comissão Nacional para o Ano Internacional dos Voluntários.
- FOWLER, Alan (2000), *The Virtuous Spiral – A Guide to Sustainability for NGOs in International Development*, UK, Earthscan Publications Ltd.
- HAGER, Mark; BRUDNEY, Jeffrey (2004), *Volunteer Management Practices and Retention of Volunteers*, Washington, D.C., The Urban Institute.
- HANDY, Femida; MOOK, Laurie; GINIENIEWICZ, Jorge; QUARTER, Jack (2007), “The Moral High Ground: Perceptions of Wage Differentials Among Executive Directors of Canadian Nonprofits”, *The Philanthropist*, 21 (2), pp. 109-127.
- HOFSTEDE, Geert (1980), “Motivation, leadership, and organization: do American theories apply abroad?”, *Organizational Dynamics*, 9 (1), pp. 42-63.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA – INE; COOPERATIVA ANTÓNIO SÉRGIO PARA A ECONOMIA SOCIAL – CASES (2013), *Conta Satélite da Economia Social – 2010*, [Consult. a 06.11.2014]. Disponível em: <<http://www.ine.pt>>.
- MARCOS, Vanessa; AMADOR, Cláudia (2014), “A gestão do voluntariado”, in Cristina Parente (coord.), *Empreendedorismo social em Portugal*, Porto: Universidade do Porto - Faculdade de Letras, pp. 201-218.
- MARCOS, Vanessa (2015), *Entre a Profissionalização e o Empreendedorismo Social: Uma abordagem sobre ONGD portuguesas*, Tese de Doutoramento em Sociologia, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- MATHIS, Robert; JACKSON, John (2011), *Human Resource Management: Essential Perspectives* (6ª ed.), USA, Cengage Learning.
- ONYX, Jenny; LEONARD, Rosemary (2002), “The relationship between formal and informal volunteering: A social capital framework”, in *ISTR Fifth International Conference. Transforming Civil Society, Citizenship and Governance: The Third Sector in an Era of Global (Dis)Order*, Cape Town, University of Cape Town, 7-10 julho 2002.
- ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (2011), *Manual on the Measurement of Volunteer Work*, Geneva, ILO.
- PAINE, Angela Ellis; HILL, Matthew; ROCHESTER, Colin (2010), ‘A rose by any other name ...’ *Revisiting the question: ‘what exactly is volunteering?’*, Institute for Volunteering Research Working paper series, Paper one, [Consult. a 08.03.2014]. Disponível em: <<http://www.ivr.org.uk/ivr-projects/ivr-current-projects/ivr-working-papers>>.
- PENNERSTORFER, Astrid; TRUKESCHITZ, Birgit (2012), “Voluntary Contributions and Wages in Nonprofit Organizations”, *Nonprofit Management & Leadership*, 23 (2), pp. 181-191.
- RIDDER, Hans-Gerd; MCCANDLESS, Alina (2010), “Influences on the Architecture of Human Resource Management in Nonprofit Organizations: An Analytical Framework”, *Nonprofit and Voluntary Sector*

MARCOS, Vanessa (2016), “A gestão de recursos humanos nas Organizações Não Governamentais de Cooperação para o Desenvolvimento portuguesas: uma análise interpretativa exploratória”, *Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Vol. XXXII, pp. 61 - 81

Quarterly, 39 (1), pp. 124-141.

SALAS, Emilio (2009), *Claves para la Gestión del Voluntariado en las Entidades no Lucrativas*, Madrid, Fundación Luis Vives.

SERAPIONI, Mauro (coord.); FERREIRA, Silvia; LIMA, Teresa; SIM-SIM, Henrique; LÃ-BRANCA, Carla; SILVA, Tânia; GONÇALVES, Inês (2013), *Voluntariado em Portugal: contextos, atores e práticas*, Évora, Fundação Engénio de Almeida.

VIDAL, Pau; VILLA, Ana; SUREDA, Maria; SIMON, Cristina; HERNANDO, Anna (2007), *Buenas Prácticas en la Gestión del Voluntariado*, Barcelona, Fundación “la Caixa”.

Legislação

Lei n.º 71/98, de 3 de novembro, *Bases do enquadramento jurídico do voluntariado*.

Resolução do Parlamento Europeu 2011/2293 (INI), de 12 de junho, *Reconhecer e promover as atividades de voluntariado transfronteiras na UE*.

Vanessa Marcos. Instituto de Sociologia da Universidade do Porto. Endereço de correspondência: Via Panorâmica, s/n, 4150-564 Porto, Portugal. *E-mail:* vanessa.c.marcos@gmail.com.

Artigo recebido a 15 de novembro de 2015. Publicação aprovada em 10 julho de 2016.

Modèles de représentation sur la parentalité sociale du point de vue des jeunes portugais

Cristina Cunha Mocetão

Universidade Lusíada Norte – Porto
Instituto de Sociologia da Universidade do Porto

Résumé

Grandir dans une famille recomposée est devenue une expérience de plus en plus commune face à l'évolution des familles modernes. L'étude se concentre sur comment les jeunes représentent les figures parentales sociales. L'auteur a administré un questionnaire auprès de 477 jeunes (entre 14 et 18 ans) et vivant dans une diversité de configuration familiale. Les principaux résultats indiquent ne pas avoir de différences significatives dans les représentations sur le beau-père et la belle-mère. Cependant, ils sont décrits comme «un autre différent». Par contre, quand associés aux rôles parentaux et au mode de coexistence, le beau-père et la belle-mère sont qualifiés comme des membres plus proches.

Mots-clés: représentation sociale; jeunes; recomposition familiale.

*Modelos de representação sobre a parentalidade social
do ponto de vista de jovens portuguesas*

Resumo

Crescer numa família recomposta tornou-se uma experiência cada vez mais comum face à evolução das famílias modernas. O estudo incide sobre como os jovens representam as figuras parentais sociais. Para o efeito, a autora administrou um questionário a 477 jovens (entre 14 e 18 anos) provenientes de uma diversidade de tipologias familiares. Os principais resultados indicam não existir diferenças significativas nas representações relativas ao padrasto e à madrasta. No entanto, essas figuras são descritas como “um outro diferente”. Porém, quando associado a papéis parentais e modo de convivência, o padrasto e a madrasta são qualificados como membros mais próximos.

Palavras-chave: representação social; jovens; família recomposta.

*Representation models on social parenthood
from the viewpoint of young Portuguese*

Abstract

Growing up in a stepfamily has become an increasingly common experience in dealing with the evolution of modern families. The aim of this research was to understand the views of young people about stepfamily. For this, the author administered a questionnaire to 477 teenager (14 and 18 years old) living in a family configuration diversity. The main findings indicate have no significant differences in the performances of the stepfather and stepmother. However, they are described as “another different”. But, when associated with parental roles and coexistence mode, the stepfather and stepmother are qualified as closest members.

Keywords: social representation; teenager; stepfamily.

*Modelos de representación de la parentalidad social
desde el punto de vista de jóvenes portuguesas*

Resumen

Creer en una familia reconstituida se ha convertido en una experiencia cada vez más común a la vista de la evolución de las familias modernas. El estudio se centra en cómo los jóvenes representan el padrastro y la madrastra. Para ello, se aplicó un cuestionario a 477 jóvenes (entre 14 y 18 años) a partir de una diversidad de tipos de familia. Los principales resultados indican que no hay diferencias significativas en las representaciones con respecto al padrastro y/o la madrastra. Sin embargo, estas figuras se describen como «otro diferente». También, cuando se combina con los roles de los padres y el modo de convivencia, padrastro y madrastra se describen como los miembros más cercanos.

Palabras clave: representación social; jóvenes; familia reconstituida.

Introduction

La curiosité sur les familles recomposées classées comme un groupe domestique différent n’est pas un phénomène nouveau comme le montre la littérature. Sa croissance quantitative et sa signification culturelle ne peuvent pas être négligées par la communauté scientifique, en particulier, par la sociologie. En effet, il n’y a aucun doute que les familles recomposées sont structurellement différentes des autres modèles de famille et, par conséquent, elles devraient fonctionner différemment. Avec les changements du comportement des couples par la réduction de l’espérance de vie de l’union en raison de l’augmentation des divorces et des changements dans le paysage démographique de la famille des années 1960, le modèle familial dominant jusqu’alors considéré traditionnel, intact ou nucléaire, cède la place, à la fin du XXe siècle, à une pluralité de modèles qui,

à leur tour, ont généré de nouvelles questions sociologiques sur la famille. De nombreux sociologues ont défini une diversité de typologies répondant à la dynamique familiale, mais toujours par référence à un cadre idéologique inscrit dans la famille conjugale nucléaire (Bawin-Legros, 1988 ; Torres, 2001).

Compte tenu du fait que la plupart des études provenant d’Amérique et de l’Europe sont réalisées considérant les représentations du couple recomposée et ancrée dans l’idéologie de la famille nucléaire et de quelques études auprès d’enfants et de jeunes de familles recomposées présentant une diversité et complexité sur la définition du groupe familial (Ritala-Koskinen, 1997 ; Saint-Jacques et Drapeau, 2008), la recherche que nous avons réalisée considère plutôt la représentation des jeunes sur la recombinaison¹. Cette recherche montre deux attitudes de réflexion de l’individu/jeune non seulement comme acteur dans le contexte où il vit mais aussi en tant qu’être pensant capable de réfléchir sur l’autre.

La recherche a eu comme but de mettre en évidence la pertinence sur la façon comme les jeunes interprètent le monde dans la famille recomposée, un modèle familial en croissance actuellement. L’intention a été de caractériser les regards juvéniles provenant de différentes structures familiales considérant la description de l’organisation d’une recombinaison familiale et de comprendre comment ils perçoivent la construction relationnelle en tant que beau-fils et les nouveaux membres en tant que beau-père et/ou belle-mère.

Dans le cadre de notre recherche, les questions-clés qui nous ont permis de concevoir un dispositif de travail furent : Comment les jeunes représentent la recombinaison familiale, en particulier les relations entre un beau-fils et le beau-père ou la belle-mère ainsi que l’exercice des rôles parentaux ? Comment se réalise l’adaptation entre les membres de la famille recomposée ?

1. Approche méthodologique

À l’aide d’une méthodologie quantitative basée sur un échantillon de 477 jeunes portugais, ayant entre 14 et 18 ans, indépendamment du modèle de famille d’origine, fréquentant soit l’école publique soit l’école privée, nous nous sommes intéressées à étudier leurs représentations face à la recombinaison familiale à partir

¹ Cet article présente les résultats d’une partie de la thèse de doctorat en Sociologie (UP) intitulée «Representações e vivências de jovens face à recombinação familiar» par l’auteur sous la direction scientifique du Professeur Isabel Dias (FLUP) et du soutien de la Fondation pour la Science et la Technologie (FCT).

d'un questionnaire. La construction de l'instrument et son administration a suivi les critères théoriques. L'utilisation du questionnaire est avantageux non seulement pour permettre d'interroger un certain nombre d'individus vers une généralisation, mais aussi pour permettre de «comprendre des phénomènes tels que les attitudes, les opinions, les préférences, les représentations, qui ne sont accessibles que par le langage» (Ghiglione et Matalon, 2005: 13). Pour la description et l'analyse des données, nous avons utilisé un ensemble d'outils disponibles dans le programme *Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS).

Notre échantillon est composé par 214 jeunes fréquentant l'école publique (correspondant à 44,9%) et les restants 263 jeunes (55,1%) sont d'écoles privées. Quant aux genres, 58,1% sont des filles et 41% des garçons. Les filles sont plus nombreuses dans les âges de 15, 16 et 17 ans (18%, 26% e 26% respectivement) et les garçons sont plus représentés dans les âges de 14 ans (19%) et de 18 ans (22%). Sur le modèle de famille d'origine, la plupart (79%) des jeunes vivent dans la structure familiale désignée de famille nucléaire intacte, suivie par 13,6% appartenant aux familles monoparentales, 4,6% en familles recomposées et, finalement, 2,7% vivent avec d'autres membres de la famille (excluant le père et la mère). La plupart des répondants (57,4%) ont au moins un frère ou une sœur, suivis de ceux qui n'ont pas de frères ni de sœurs (24,3%). 14,9% de jeunes ont deux frères ou sœurs et, avec une plus petite proportion (3,3%), nous avons des jeunes qui ont au moins trois frères ou sœurs.

Dans cet échantillon, 56 jeunes ont des demi-frères ou demi-sœurs. 71,4% en ont un seul, 23,2% ont deux demi-frères et/ou demi-sœurs et un plus faible pourcentage (5,4%) affirme en avoir aussi des demi-frères et/ou sœurs. En ce qui concerne le modèle de famille des jeunes adolescents qui ont des demi-frères/demi-sœurs, nous constatons que 82,1% proviennent de familles recomposées et de familles monoparentales tandis que 17,9% proviennent du modèle famille nucléaire intacte.

2. Cadre de référence: la parentalité sociale

Une réflexion sur le thème proposé se réfère à un *corpus* constitué de travaux empiriques du *mariage* entre la sociologie et la psychologie qui, malgré les différences dans leurs approches, fournissent des éléments de connaissances pertinents de ce modèle de famille. Si les sociologues nous offrent du matériel sur le comment et le pourquoi de leur existence et de l'intégration dans le contexte social, les psychologues contribuent à la construction de connaissances sur le fonctionnement de ce type de famille et de ses acteurs sociaux.

Les débats autour de la notion de parentalité semblent être l'une des zones les plus difficiles pour les familles soit sur le plan psychologique, juridique ou social. C'est un terme associé au rôle parental et très répandu dans la société en général et la communauté scientifique (Bornstein, 2008).

La parentalité est une étape du processus familial et évolue à mesure que la vie de famille est consolidée. Cependant, tous les pays européens ne définissent pas de la même façon le concept de la parentalité².

La production littéraire révèle que c'est surtout quand il s'agit de divorce ou de séparation et de la recomposition de la famille que le concept de la parentalité atteint un plus fort niveau de fragilité. Cela est dû, d'une part, au fait que les couples divorcés ne remplissent pas toujours leurs responsabilités parentales et, d'autre part, à l'incapacité du beau-père ou la belle-mère d'exercer l'autorité parentale sur leurs beaux-enfants (sauf dans les cas d'adoption). Juridiquement, les beaux-parents et les beaux-enfants ne disposent pas en ce moment de droits ou de devoirs les uns sur les autres (Langouet, 1998).

Ainsi, le discours sur la parentalité apparaît en raison de l'inexactitude des configurations familiales, en particulier, des familles recomposées. Comme suggère Martin (2003 : 8) «si l'on parle de la parentalité aujourd'hui, c'est essentiellement parce que la fonction, le rôle, la place et les pratiques des parents posent problèmes». Cette préoccupation autour de la capacité des parents à s'acquitter de leurs responsabilités parentales est prise en charge par la reconnaissance du nouveau statut de l'enfant³. Malgré les fragilités du modèle traditionnel de la famille envers ses nouvelles formes, c'est un modèle qui a une influence sur l'exercice de la parentalité dans diverses configurations familiales (familles monoparentales, homoparentales, conjugales) et, en particulier, dans les familles recomposées. A vrai dire, les nouvelles réalités familiales supposent une nouvelle conception de la famille et de la parentalité.

Ces nouvelles conceptions proviennent de l'équation de différents agents dans la dimension relationnelle familiale ce qui inclut non seulement les parents biologiques (séparés), mais aussi les nouveaux membres (beau-père, belle-mère, et peut-être l'un de ces enfants). Selon Hill (1995 cit. par Cadolle, 2001: 193), «Les liens relationnels, les liens de corésidence ou bien les deux peuvent intervenir pour définir la Fille».

Ce rapport entre parenté biologique et parenté sociale suppose donc une tension «entre le sang et la volonté» (Martin, 2003: 10). Ceci, inévitablement affaiblit

² En anglais, il y a deux mots différents: Parenthood e Parenting. En français, nous avons Parenté e Parentalité (Daly, 2007).

³ Voir la Convention relative aux droits de l'enfant (Théry, 1998).

la situation de pluriparentalité, étant donné que le lieu et les responsabilités de chaque acteur social (du père, de la mère, du beau-père ou de la belle-mère) dépendent de la reconnaissance, de la réciprocité et de l’acceptation de tous. Le Gall et Bettahar (2001 cit. par Martin, 2003: 11) signalent qu’aujourd’hui la pluriparentalité existe «pour indiquer que la place des parents peut être diversement occupée, par un seul parent, para un parent homosexuel ou par une pluralité de “faisant fonction” de parents». Les discussions autour du concept de pluriparentalité sont principalement dues à l’absence de droits et de responsabilités du point de vue juridique mais aussi aux fragilités des références culturelles⁴ qui contribuent à l’ambiguïté du rôle des parents sociaux (Théry, 2002).

La complexité de la vie d’un enfant ou adolescent qui, quotidiennement, est avec sa mère et son beau-père, et probablement demi-frères, et, dans un autre temps et espace, avec son père probablement cohabitant avec une autre personne (belle-mère), dresse un cadre embarrassant autour des devoirs et obligations des acteurs sociaux (que se soit de la parentalité sociale ou de la parentalité biologique). L’incertitude des rôles que doivent occuper les parents sociaux est vécue, les premiers temps, avec grande anxiété, surtout quand il n’y a aucun modèle d’identification propre du rôle qu’ils auront à assumer (Carter et McGoldrick, 2001). Cependant, la plupart des belles-mères préfèrent adopter le rôle d’«amie» que de mère, surtout quand le père (non gardien) vit à temps partiel avec leurs enfants (Erera, 1996 ; Doodson et Morley, 2006).

Aussi, les beaux-pères ne semblent pas vouloir jouer le rôle du père, de peur d’être critiqués, ce qui peut expliquer le faible engagement dans le domaine de la parentalité (Parent, 2005). Par contre, les belles-mères semblent vivre plus de difficultés que les beaux-pères surtout quand elles jouent un rôle plus maternel auprès des beaux-enfants (Ihinger-Tallman et Pasley, 1997; Coleman *et al.*, 2008 ; Lobo, 2009). Cependant, les relations entre belles-mères et beaux-enfants ne sont pas nécessairement négatives. Selon les recherches de Crohn (2006), le succès de l’intégration de la belle-mère dans la recomposition familiale se fait quand celle-ci ne veut pas prendre la place de la mère, ce qui atténue les attitudes de conflits.

Les ouvrages consultés font référencent aussi au fait que la parentalité sociale se développe en fonction de différents facteurs temporels et relationnels, y compris l’âge de l’enfant au moment de la recomposition familiale, de la compatibilité des différents styles individuels, de la relation avec les parents biologiques et du temps

⁴ Théry suggère (2002:61) “(...) l’énoncé de la référence semble se heurter sans cesse à des impasses, comme si la pluriparentalité était informulable selon les paradigmes e les valeurs hérités du passé”.

vécu avec le beau-père ou la belle-mère (Hetherington et Stanley-Hagan, 1999; Ahrons, 2006).

Saint-Jacques et Drapeau (2008) soulignent que ce ne sont pas tous les jeunes de familles recomposées qui ont du mal à s'adapter. L'adaptation peut être vécue avec plus ou moins de difficulté, avec plus ou moins de tension, plus ou moins de conflits, plus ou moins déclarée⁵. Les mêmes auteurs affirment que la recherche suggère que ce n'est pas la structure familiale qui explique l'adaptation des jeunes, mais surtout les processus relationnels, les caractéristiques des enfants et des jeunes, les caractéristiques des parents biologiques et les autres parents (beau-père et/ou belle-mère), les trajectoires et les ressources disponibles dans la famille recomposée. Il est intéressant de noter que, plus important que la structure familiale, c'est certainement la construction relationnelle entre les membres, le facteur plus puissant à l'adaptation d'une recombinaison familiale.

3. Un regard sur les familles recomposées au Portugal

La famille portugaise, tout en conservant les caractéristiques traditionnelles, a aussi changé soit au niveau structurel soit dans la façon dont les relations sont établies, ce qui fait de celle-ci, aujourd'hui, une famille différente. En particulier, à partir des années 1960, la société portugaise a subi des changements qui ont été ressentis plus fortement après la Révolution de 1974 (Torres, 2001).

Les indicateurs démographiques que Van de Kaa (1987) appelle de deuxième transition démographique révèlent que le Portugal, comme dans la plupart des pays occidentaux, a subi de profondes transformations sociales. Les phénomènes impliqués dans ces changements sont la baisse de la fécondité, le retard de la première naissance, l'augmentation de l'espérance de vie, la baisse du taux de nuptialité, l'augmentation du nombre de naissances hors mariage, de divorce et le vieillissement. La découverte d'une diminution du nombre d'enfants par couple, la formation scolaire des femmes et leur présence progressif dans le marché du travail ainsi que les nouvelles formes d'interaction et rôles du groupe familiale compte aussi sur ce cadre familial en transformation (INE 2001 ; 2011).

Le portrait sociographique de la famille recomposée⁶ au Portugal est soutenu par les données de l'Institut National Statistique (INE, 2011). Les changements et

⁵ Comme suggère Théry: "L'origine des troubles réside davantage dans le parcours temporel qui permet de redéfinir les liens familiaux que dans la structure des «nouvelles familles»" (cité par Coslin, 1998: 151).

⁶ Au Portugal, le terme famille recomposée est connu par la désignation *núcleo familiar reconstituído*.

les adaptations de la morphologie des structures familiales ont surtout été influencés par l'évolution démographique survenue au cours des dernières années. Selon le recensement de 2011, le nombre de ménages a augmenté par rapport à 2001 d'environ 12%, ce qui le ramène à 2,6 le nombre moyen de personnes par ménage puisqu'en 2001, il était de 2,8.

Dans ce contexte d'évolution de la société portugaise, l'approche statistique et démographique montre que les familles traditionnelles ont tendance à vivre avec d'autres modèles de familles, comme par exemple, les familles monoparentales et les familles recomposées. La situation des familles monoparentales est liée aussi à l'augmentation du nombre de divorces qui en 2010 a été d'environ 27 903 divorces (1439 de plus qu'en 2009). Depuis la décennie 1975, le taux de divorce dans le cadre portugais n'a cessé d'augmenter (INE, 2011). Par conséquent, en 1991, le taux de croissance des familles monoparentales (mère ou père avec enfants) était de 9,2, et passe en 2002 à 11,5. En 2011, le taux remonte à 14,89, ce qui correspond à une augmentation de 36% par rapport à 2001. D'autre part, les familles monoparentales sont représentées plutôt par les mères (416 343) que par les pères (64 100).

Un autre indicateur du changement réside dans la visibilité des familles recomposées qui a connu son premier enregistrement statistique en 2001. La reconnaissance de ce modèle familial est basée par les critères du (re)mariage ou par la cohabitation non formalisé entre deux adultes ayant au moins un enfant d'un conjoint.

Le Portugal, comme ses homologues européens, présente aussi un nombre croissant de cas de familles recomposées, mais en termes numériques, les cas existant sont plus discrets et, en grande partie, nous avons plus de familles de beaux-pères.

En 2011, cette configuration familiale représente 6,6% du total des couples avec enfants (équivalent à 105 763 familles recomposées) ayant quelque différence significative selon le type de relation conjugal : marié ou cohabitant. Dans cette mesure, nous avons constaté une incidence plus élevée de familles recomposées où les couples ont une relation de cohabitation (correspondant à 59,2% soit 62 601) que de couples mariés (40,8% correspondant à 43 162). L'évolution des familles recomposées au Portugal entre 2001 et 2011 est en effet considérable. Un premier point à retenir est celui qui nous montre que de 2001 à 2011, les familles recomposées passent de 46 786 à 105 763. Nous observons aussi que sur le continent, en 2011, il y a eu une croissance de couple recomposé cohabitant (59,3% alors qu'en 2001 nous avions 56,4%) et une diminution de couple recomposé marié (40,7% en 2011 au lieu de 43,6%). La même tendance se vérifie sur les Îles des Açores avec 56,1%

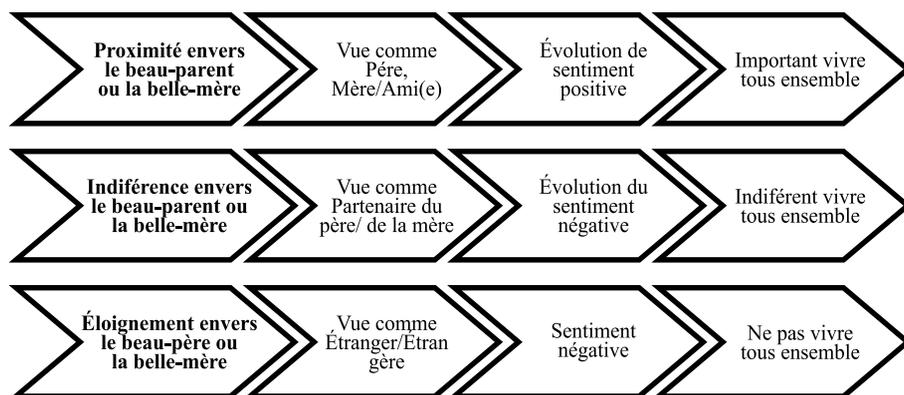
cohabitant et 43,9% marié quand en 2001 c’était l’inverse (55,7% de marié et 44,3% cohabitant). La même situation se vérifie à l’Île de Madère en 2011 quand nous avons 58,2% de couple recomposée cohabitant et une diminution de couple marié (41,8%) comparativement avec 2001 (53,1% marié et 46,9% cohabitant).

La description de l’évolution de ce modèle familial dans la société portugaise (Continent et les Îles Açores et Madeira), selon le type de relation conjugale, suggère qu’après un divorce ou une séparation, les hommes et les femmes préfèrent vivre une union conjugale sans formalisation, ce qui se traduit dans une indication des changements de comportement. Sur la répartition géographique de cette configuration familiale, en particulier sur le continent, il est intéressant d’examiner des différences qui marquent les régions entre 2001 et 2011. En général, il y a une plus forte proportion de familles recomposées dans le sud (Lisbonne, Alentejo et Algarve). Au nord du Portugal, en 2011, il n’y a pas de grande différence entre les couples cohabitant et marié. Par contre, en 2001, les données montrent une plus haute proportion de couple recomposée marié.

4. Modèles de représentations sur la recomposition familiale

Compte tenu de notre intérêt sur la place attribuée au beau-père et à la belle-mère dans le contexte familial selon les jeunes de notre étude, nous avons réalisé une Analyse des Correspondances Multiples (ACM). Nous avons voulu établir si l’image socialement construite sur la figure du beau-père et de la belle-mère a une influence réelle sur la représentation de la recomposition familiale.

Illustration 1: Profils de représentations sur la recomposition familiale



L'illustration 1 nous permet de voir l'existence de trois configurations différentes en ce qui concerne la représentation de la recomposition familiale : i) Une représentation sur la recomposition familiale basée sur un niveau d'éloignement ii) une représentation traduite par une relation de proximité et iii) une représentation définie par un statut d'indifférence.

La proximité entre les différentes catégories de variables est une garantie d'homogénéité⁷, permettant d'identifier trois profils distincts sur la représentation de la recomposition familiale. En effet, le profil correspondant à une représentation de la recomposition familiale classé par l'éloignement révèle que les figures parentales sont groupées comme des *outsiders*. Elles sont représentées par un groupe de notre échantillon comme des étrangers et signalent aussi que les relations entre beau-fils et beau-père ou belle-mère sont toujours négatives et ne vivant pas ensemble dans le même espace.

Le profil concernant la représentation de la recomposition familiale classée par la proximité, est l'opposé à celui vu précédemment. Un groupe de jeunes de notre étude représente les beaux-parents comme père, mère, ami et amie. Par conséquent, le même groupe fait référence au fait de vivre dans la même maison comme une condition favorable pour l'adaptation à la recomposition familiale et classifie aussi la relation entre bel-enfant et beau-père et belle-mère comme étant toujours positif.

Enfin, le troisième profil détermine une position d'indifférence envers le beau-père et la belle-mère étant donné la classification des beaux-parents comme partenaire de la mère et du père ou encore comme une personne de connaissance. Ce groupe de jeunes estime, d'un côté, qu'il est indifférent vivre dans la même maison pour qu'il y ait une adaptation à la recomposition familiale et, de l'autre côté, considère que la relation entre les beaux-parents et le bel-enfant évolue dans un sens négatif.

Considérant les variables supplémentaires: le type d'école, le genre et les modèles de famille d'origine des jeunes, qui permettent vérifier l'existence d'associations privilégiées entre les profils, nous constatons aussi que le genre est un indicateur de différenciation du fait que les filles s'associent au profil de la représentation de la recomposition au niveau de l'indifférence alors que les garçons sont davantage liés au profil d'éloignement. Quant au modèle de la famille d'appartenance des jeunes, la famille nucléaire établit une relation avec le profil de représentation d'indifférence, et les autres modèles de famille avec le profil d'éloignement. Enfin, le type d'école est

⁷ Homogénéité permet d'identifier «la présence de personnes qui ont tendance à partager les mêmes caractéristiques. Ainsi, les différents noyaux des groupes homogènes d'individus correspondant aux profils différents mais ils coexistent avec plus ou moins de proximité dans le même espace» (Carvalho, 2008: 26).

également un indicateur de différenciation, puisque les jeunes des écoles publiques se manifestent plus sur le profil d'indifférence et ceux des écoles privées sur le profil de représentation d'éloignement.

5. Modèles de représentations sur les rôles des beaux-parents

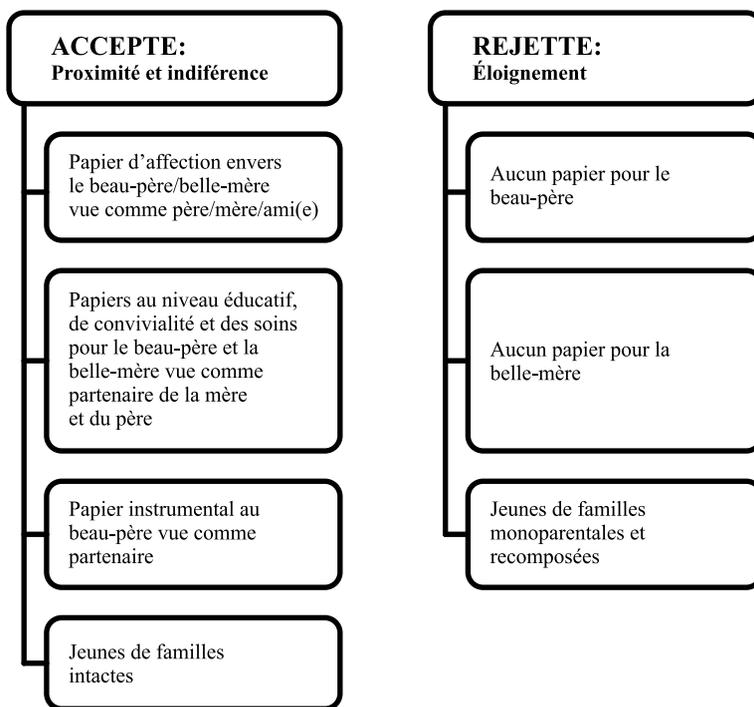
La manière dont les jeunes de notre étude se rapportent aux rôles parentaux sociaux ancrés dans le modèle de famille traditionnel nous amène à réfléchir sur les ressemblances ou non de l'exercice de la parentalité sociale⁸. La parentalité est associée à un ensemble de processus permettant aux adultes d'exercer leur rôle parental, afin de répondre aux exigences et aux besoins des enfants sur le plan physique, émotionnel et psychologique (Thévenot, 2010). Ainsi, si les parents (biologiques) ont la responsabilité des soins primaires, de protéger et de socialiser leurs enfants, une interrogation se pose sur la participation des beaux-parents dans la recomposition familiale. Ainsi, afin d'examiner s'il existe une relation entre le modèle familial d'appartenance et la représentation que les jeunes se font des rôles parentaux, nous avons fait appel à l'ACM.

La représentation graphique (Illustration 2) nous permet d'identifier les associations entre les catégories privilégiées d'un ensemble de variables. L'illustration met en évidence deux profils différents à propos des rôles parentaux dans le cadre de la recomposition familiale. Un premier profil représente un groupe de jeunes qui rassemble les soins primaires, la convivialité, l'affectivité, l'éducation et la subsistance économique auprès du beau-père et de la belle-mère. Un autre profil se rapporte au groupe de ceux qui rejettent tout type de rôle pour les beaux-parents.

Nous remarquons, tout d'abord, que les jeunes issus de familles monoparentales et de familles reconstituées semblent rejeter l'exercice des rôles des beaux-parents. Cette position est aussi énoncée surtout par les garçons et ceux qui fréquentent les écoles privées. Les jeunes de familles nucléaires et ceux qui vivent avec d'autres membres de la famille (à l'exception du père et de la mère) reconnaissent l'attribution des rôles aux beaux-parents. Dans ce même profil, s'incluent les filles et ceux qui fréquentent l'école publique.

⁸ Dans le modèle de famille traditionnel, l'exercice de certaines fonctions a été socialement déterminé par le genre. A vrai dire, aux femmes sont attribuées les responsabilités envers les enfants, l'organisation de la maison et la dimension affectif alors que le rôle masculin est associé surtout à la dimension instrumental (le responsable du bien-être économique).

Illustration 2 : Profils des représentations sur les rôles parentaux sociaux



Nous repérons aussi de différentes approches en ce qui concerne les représentations envers les beaux-parents et les rôles assignés. Nous avons constaté que le groupe de jeunes qui représente les beaux-parents comme père, mère, ami ou amie attribue une relation à l'affectivité. Alors que aux beaux-parents représentés comme partenaire du père ou de la mère sont attribués les rôles de l'éducation et des soins primaires. Par contre, au beau-père classé comme une personne connue est attribué le rôle instrumental.

Conclusion

Actuellement, grandir dans une famille recomposée est devenu une expérience de plus en plus commune traduisant ainsi une évolution manifeste de la famille contemporaine. Hors la structure de la famille recomposée, ce modèle met également en évidence la diversité par rapport à son fonctionnement. Bien que les facteurs qui influencent l'adaptation du système des recompositions familiales soient nombreux, à en juger par les œuvres les plus connues sur ce thème, ceux qui contribuent vraiment

à la réussite de ce modèle de famille sont, sans aucun doute, la qualité de la relation maintenue entre un beau-fils et le **rôle du** beau-père ou de la belle-mère (Saint-Jacques et Lépine, 2009). En somme, c'est la performance des nouveaux rôles qui déterminent la relation entre chaque membre de la nouvelle famille.

En général, les représentations des jeunes de notre étude envers le beau-père et la belle-mère, sont très similaires. Bien que les beaux-parents (beau-père et belle-mère) soient reconnus plutôt comme un partenaire du père et de la mère, en particulier, par les filles, il y a tout de même une grande variabilité en termes de modèles de famille d'appartenance et le type d'école fréquenté par l'échantillon de notre étude.

Nous pouvons conclure que, pour les jeunes qui représentent les beaux-parents comme quelqu'un étant père, mère, ami ou amie, l'adaptation à la recomposition familiale sera plus favorable. Par ailleurs, vivre dans la même maison et la dimension relationnelle positive sont aussi deux facteurs importants désignés pour ce premier groupe.

Une représentation correspondante à une adaptation à la recomposition familiale moins favorable est décrite par le groupe de jeunes qui classe les beaux-parents comme des figures distantes (un partenaire, une connaissance ou un étranger). Cela signifie que l'évolution de la relation entre beaux-parents et beau-fils est négative et que le fait de vivre dans la même maison s'avère indifférent.

De même, la place des beaux-parents dans le cadre d'une recomposition familiale dépend des rôles qui leur sont assignés. Considérant notre échantillon, les filles comptent davantage sur l'affectivité par rapport à la belle-mère alors que les garçons attribuent le rôle instrumental au beau-père. Cependant, ce sont surtout les jeunes appartenant à des configurations familiales différentes du modèle nucléaire intacte qui s'opposent à l'exercice des rôles parentaux sociaux.

Cette étude a permis de montrer que les jeunes portugais caractérisent la parentalité sociale par rapport au prototype de la famille nucléaire intacte, ce qui est courant face aux plusieurs études effectuées dans ce domaine (Levin et Sussman, 1997). Notre étude, à partir de la relation des modèles de représentations identifiés, s'est proposée à contribuer à mieux comprendre la façon dont les jeunes définissent les places et les rôles des membres de la famille recomposée (beau-père, belle-mère, bel-enfant). Comme futurs adultes, ces jeunes ont un mot à dire étant donné leurs représentations sur la recomposition familiale et leur impact sur leurs projets familiaux futures.

Bibliographie

- AHRONS, Constance R (2006), “Family Ties after Divorce: Long-Term Implications for Children”, *Family Process*, 46(1), pp. 53-65.
- BAWIN-LEGROS, Bernadette (1988), *Famille, Mariage, Divorce. Une sociologie des comportements familiaux contemporains*, Liège-Bruxelles, Édition Pierre Mardaga, Collection Psychologie et Sciences Humaines.
- BORNSTEIN, Marc (2008), *Handbook of Parenting. Practical Issues in Parenting*, (2nd Ed.), New Jersey, Lawrence Erlbaum Associates Publishers.
- CADOLLE, Sylvie (2001), “La beau-parentalité: le point de vue des enfants”, in François SINGLY; Sylvie MESURE (Eds), *Comprendre le lien familial*, Revue de Philosophie et de Sciences Sociales, Paris, Édition PUF, 2, pp. 239-252.
- CARTER, Elizabeth; MCGOLDRICK, Monica (2001), *As mudanças no ciclo de vida familiar: Uma estrutura para terapia familiar*, São Paulo, Artmed Editora.
- CARVALHO, Helena (2008), *Análise Multivariada de Dados Qualitativos. Utilização de Análises de Correspondências Múltiplas com o SPSS*, Lisboa, Edições Sílabos.
- COLEMAN, Marilyn; TROILO, Jessica; JAMISON, Tyler (2008), “The diversity of stepmothers: The influences of stigma, gender, and context on stepmother identities”, in Jan PRYOR (Ed.), *The International Handbook of Stepfamilies: Policy and practice in legal, research, and clinical environments*, Hoboken, NJ, John Wiley & Sons, Inc., pp. 369-393.
- CROHN, Helen (2006), “Five Styles of Positive Stepmothering from the Perspective of Young Adult Stepdaughters”, *Journal of Divorce and Remarriage*, 46(1-2), pp. 119-134.
- DALY, Mary (2007), “Pour une vision de la parentalité dans l’intérêt supérieur de l’enfant”, in CONSEIL DE L’EUROPE (Ed.), *La Parentalité dans l’Europe Contemporaine: une approche positive*, Strasbourg, pp. 122-124.
- DOODSON, Lisa; MORLEY, David (2006), “Understanding the Roles of Non-Residential Stepmothers”, *Journal of Divorce and Remarriage*, 45(3-4), pp. 109-130.
- ERERA, Pauline (1996), “On becoming a stepparent: factors associated with the adoption of alternative stepparenting styles”, *Journal of Divorce and Remarriage*, 25, pp. 155-174.
- GHIGLIONE, Rodolphe; MATALON, Benjamin (2005), *O Inquérito. Teoria e Prática*, Oeiras, Celta Editora.
- HETHERINGTON, Mavis; STANLEY-HAGAN, Margaret (1999), “The adjustment of children with divorced parents: A risk and resiliency perspective”, *Journal of Child Psychology and Psychiatry*, 40(1), pp. 129-140.
- IHINGER-TALLMAN, Marilyn; PASLEY, Kay (1997), “Stepfamilies in 1984 and Today: A scholarly perspective”, in Irene Levin; Marvine Susseman (Eds), *Stepfamilies: History, Research, and Policy*, New York, The Harworth Press, Inc., pp. 19-40.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (2001), *Censos de 2001*, Lisboa, INE.
- LANGOUET, Gabriel (1998), *Les nouvelles familles en France: l’État de l’Enfance*, Paris, Observatoire de l’Enfance en France, Édition Hachette.
- LEVIN, Irene; SUSSMAN, Marvine (1997), *Stepfamilies: History, Research and Policy*, New York, The Haworth Press, Inc.
- LOBO, Cristina (2009), “Parentalidade Social, Fratrias e Relações Intergeracionais nas recomposições Familiares”, *Sociologia, Problemas e Práticas*, 59, pp. 45-74.
- MARTIN, Claude (2003), *La parentalité en questions: Perspectives sociologiques*, Rapport pour le Haut Conseil de la population et de la Famille, Centre de Recherche sur l’Action Politique en Europe, IEP de Rennes.

- PARENT, Christine (2005), “La beau-parentalité remise en question”, *Divorce et Séparation*, 2, pp. 93-106.
- RITALA-KOSKINEN, Aino (1997), “Stepfamilies from the child’s perspective”, in Irene Levin; Marvin Sussman (Eds), *Stepfamilies: History, Research and Policy*, New York, The Haworth Press, Inc., pp. 135-151.
- SAINT-JACQUES, Marie Christine; DRAPEAU, Sylvie (2008), “Dans quel type de familles grandiront les enfants québécois en 2020? Un examen de la diversité familiale et des défis qui y sont associés”, in Isabelle Bitadeau ; Chantal Dumont ; Gilles Pronovost (Eds.), *La famille à l’horizon 2020*, Québec, Presses de l’Université, pp.101-143.
- SAINT-JACQUES, Marie Christine; LÉPINE, Rachel (2009), “Le style parental des beaux-pères dans les familles recomposées”, *Canadian Journal of Behavioural Science/Revue Canadienne des Sciences du Comportement*, 41(1), pp. 22-30.
- THÉRY, Irène (1998), *Couple, Filiation et Parenté aujourd’hui. Le droit face aux mutations de la famille et de la vie privée*, Paris, Édition Odile Jacob, La Documentation Française.
- (2002), “Le temps des recompositions”, in Jean-François Dortier (Ed.), *Familles: permanence et métamorphoses*, Auxerre Cedex, Sciences Humaines Éditions, pp. 55-61.
- THÉVENOT, Anne (2010), “Approche Socio-Historique de la notion de parentalité”, *Actes de la thématique parentalité: Quels sens, Quelles réalités?*, Bas-Rhin, pp. 4-11.
- TORRES, Anália (2001), *Sociologia do Casamento: A Família e a Questão Feminina*, Oeiras, Celta Editora.
- VAN DE KAA, Dick (1987), “Europe’s second demographic transition”, *Population Bulletin*, (42), pp. 1-57.

Cristina Cunha Mocetão. Investigadora do Instituto de Sociologia da Universidade do Porto (Porto/Portugal). Docente Universitária (ULN-Porto/ISAG - Portugal). Endereço de correspondência: Rua Dr. Lopo de Carvalho. 4369-006 Porto. E-mail: cristinacunha.m@gmail.com

Artigo recebido a 10 outubro de 2015. Publicação aprovada a 9 de agosto de 2016.

Inserção profissional dos licenciados em Direito: da formação académica ao acesso às profissões reguladas

Mónica Santos

Instituto de Sociologia da Universidade do Porto

Resumo

Este artigo procura compreender a inserção profissional dos licenciados em direito enquanto processo moldado, por um lado, pela expansão do ensino superior português e a persistência das desigualdades sociais no acesso e na distribuição pelos seus subsistemas e faculdades e, por outro, pelos mecanismos de ingresso às profissões reguladas, em particular a advocacia. O estudo debruça-se sobre uma amostra de 565 licenciados que concluíram a formação em direito entre os anos letivos de 2002/2003 e 2006/2007, e cujo título académico foi obtido numa das seis universidades públicas e privadas da região Norte.

Palavras-chave: inserção profissional; diplomados; profissões; Direito.

*Professional transition of Law graduates:
from academic training to the entrance into legal professions*

Abstract

The article seeks to understand the transition of Law graduates as a process that is shaped, firstly, by the expansion of Portuguese higher education and the persistence of social inequalities in its entrance and distribution by subsystems and faculties. And secondly, by the entrance mechanisms of regulated professions, in particular, lawyers. The study focuses on a sample of 565 graduates who completed the graduation between the school years 2002/2003 and 2006/2007, and whose academic qualification was obtained in one of the six public and private universities of North Portugal.

key words: professional transition; graduates; legal professions; Law.

*Insertion professionnelle des diplômés en Droit:
entre la formation académique et l’entrée dans les professions réglementées*

Resumé

Cet article cherche à comprendre l’insertion des diplômés de Droit comme un processus, conditionné, d’une part, par l’expansion de l’enseignement supérieur Portugais et la persistance des inégalités sociales dans l’accès et répartition par leurs sous-systèmes et collèges et, d’autre part, par les mécanismes d’entrée dans les professions réglementées, en particulier, les avocats. L’étude analyse un échantillon de 565 diplômés qui ont complété la formation entre les années scolaires 2002/2003 et 2006/2007, dans l’une des six universités publiques et privée dans le Nord du Portugal.

Mots-clés: insertion professionnel; diplômés; professions réglementées; Droit.

*Transición profesional de los licenciados en Derecho:
entre la formación académica y la entrada en las profesiones reguladas*

Resumen

En este artículo se busca entender la transición de los graduados de Derecho como un proceso que se moldea, por un lado, por la expansión de la educación superior y la persistencia de las desigualdades sociales en el acceso y la distribución de sus subsistemas y colegios y, por otro, por los mecanismos de entrada a las profesiones reguladas, en particular el caso de los abogados. El estudio se centra en una muestra de 565 licenciados que terminaron la formación entre los años académicos 2002/2003 y 2006/2007, y cuyo título académico se haya obtenido en una de las seis universidades públicas y privadas de la región Norte de Portugal.

Palavras-chave: inserção profissional; licenciados; profissões reguladas; direito.

1. Introdução

O presente texto¹ tem como principal objetivo analisar o processo de inserção profissional de licenciados em direito, procurando compreendê-lo enquanto resultado, por um lado, da expansão e características do ensino superior português, mormente o crescimento do subsistema privado e a persistência das desigualdades sociais no acesso e na distribuição pelos seus subsistemas e faculdades e, por outro, enquanto momento pautado pela formação profissional obrigatória ao ingresso às profissões associadas ao direito, em particular, as profissões reguladas, como a magistratura e a advocacia.

¹ Este artigo é desenvolvido a partir de uma bolsa de doutoramento, financiada pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT), intitulada: “As trajetórias profissionais dos licenciados em Direito: análise dos tipos de percursos e identidades sociais e profissionais (SFRH/BD/75312/2010).

A partir de uma amostra de 565 licenciados que concluíram a formação em direito entre os anos letivos de 2002/2003 e 2006/2007, e cujo título académico foi obtido numa das seis universidades públicas (Universidade do Porto e do Minho) e privadas (Universidade Católica, Lusíada, Lusófona e Portucalense) da região Norte de Portugal, iremos, num primeiro momento, analisar a distribuição das origens sociais no curso de direito e, em segundo lugar, caracterizar o processo de acesso e aos estágios profissionais obrigatórios para a entrada e desempenho das profissões do direito. Consideramos que o enfoque neste momento particular da formação profissional, com destaque para o estágio na advocacia, apresenta elevada importância devido à centralidade que assume na passagem entre a formação académica e o mercado de trabalho, quer pela sua duração, quer por constituir a saída primordial imediatamente após a licenciatura. Este é um período que, pelas suas características, atesta a inserção profissional enquanto processo estruturado e organizado por um conjunto de instituições, mecanismos, contextos e atores. Conforme referido, iremos convocar para a análise os resultados obtidos a partir de um inquérito por questionário *online*, cuja amostra, de natureza intencional, foi construída através do envio do inquérito aos licenciados, por parte dos gabinetes de saídas profissionais das seis faculdades, já mencionadas, das associações de antigos alunos e organizações profissionais como a Ordem dos Advogados, a Ordem dos Notários, a Câmara dos Solicitadores, o Centro de Estudos Judiciários e o Instituto de Registos e Notariado².

Serão ainda utilizados, ao longo deste artigo, excertos de um conjunto de 30 entrevistas semiestruturadas, realizadas aos licenciados, selecionados a partir de um conjunto de variáveis do inquérito (nomeadamente, a condição perante o trabalho e o grupo profissional) por forma a aprofundar e complementar a análise.

2. A expansão do ensino superior: o caso do direito

O aumento da proporção de indivíduos com habilitações superiores nos países ocidentais, sobretudo a partir da segunda metade do século XX (Gellert, 1997:197; OCDE, 2011), resulta de um processo vasto e complexo de expansão do ensino superior, visível pelo crescimento do número de alunos, instituições e áreas de estudo. Segundo dados do Eurostat, em 2013, a população europeia, entre os 25 e os 34 anos, com ensino superior,

² Para maior informação sobre a composição do universo e da amostra por faculdade, ver Santos, 2015. A amostra foi recolhida através de amostragem intencional e por isso não representativa, salvaguardando-se desde logo que as conclusões retiradas no âmbito deste trabalho cingem-se à amostra recolhida, não podendo ser generalizáveis ao universo.

fixava-se nos 36,2%, não obstante as disparidades encontradas entre os diferentes países (Veloso e Estevinha, 2013, Oliveira e Carvalho, 2010). O caso português não é exceção e as tendências atuais convergem para esta realidade europeia, apesar dos diferentes ritmos e constrangimentos, em particular, a entrada tardia na modernidade escolar (Almeida e Vieira, 2006: 28:30) e o forte elitismo do ensino superior português até à década de 1980 (Nunes, 1968; Peixoto, 1989; Alves, 2008; Vieira, 1995; DGESup, 1999). A partir deste período, o ensino superior cresce e diversifica-se, quer em termos de oferta quer de procura (Almeida e Vieira, 2006), surgindo, do lado da oferta, novas universidades e institutos politécnicos, particularmente ao nível do ensino superior particular e cooperativo (Grácio, 2001; Pinheiro, 2014). Grosso modo, o número de matriculados duplicou de década para década, a partir de 1980/81 até 2000/01, e o de diplomados quadruplicou, entre 1990/91 e 2000/01: de cerca de 14 mil para 57 mil³ (ver Santos, 2015).

Este crescimento do número de instituições, alunos e diplomados é igualmente observado entre a formação académica em direito. Até meados da década de 1970, esta licenciatura era apenas facultada pelas universidades de Coimbra e Lisboa. Entretanto, aumenta o número de universidades que ministram o curso, primeiro a Universidade Católica Portuguesa (em Lisboa e depois no Porto), e posteriormente com as novas faculdades públicas e privadas. A importância que assume o ensino privado, nesta área em concreto, é mencionada por Cruz e Cruzeiro (1995) quando referem que, em 1991/92, a área do direito representava 6,8% do total de alunos inscritos no ensino superior público e 27% no ensino privado, sendo neste último apenas superado pela área da economia e gestão. Atendendo aos dados da DGEEC-MEC, entre 1995 e 1999, os matriculados em direito, em formação inicial⁴, ascendiam anualmente aos 20 mil; a partir desta data, o volume foi diminuindo de forma continuada⁵. No que respeita à evolução do volume de licenciados, entre 1990/91 e 2012/2013 diplomaram-se (formação inicial) 47.197 indivíduos (Caetano, 2003; DGEEC-MEC)⁶; em média, 2052 por ano.

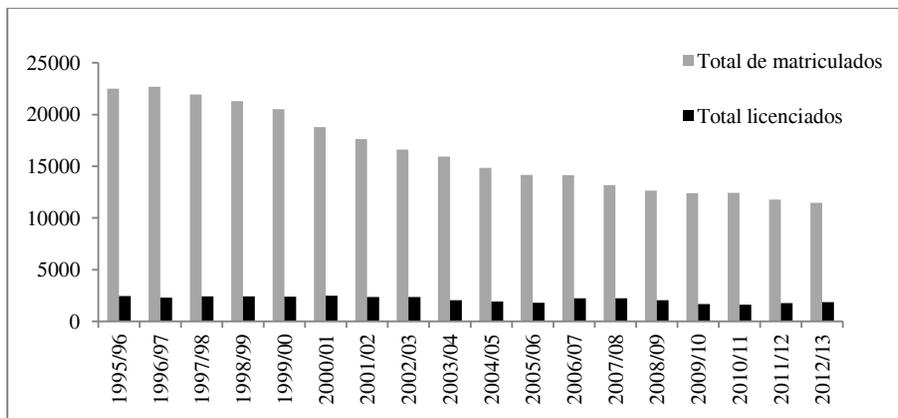
³ Nos anos seguintes, o número total de diplomados continua a crescer, embora de forma mais contida, invertendo-se o ciclo a partir de 2008/09 (sobretudo devido ao aumento dos níveis pós graduados), fixando-se em cerca de 60 mil, em 2012/13, o número de diplomados com formação inicial. A partir de 2000, estão excluídos desta análise os alunos/diplomados do ensino pós graduado como, por exemplo, os mestrados (exceto os mestrados integrados) e doutoramentos. Não se encontram também aqui contabilizados os CET (cursos de especialização tecnológica) (INE, Estatísticas da Educação, Anuário Estatístico; GIAS-EM; DGEEC-MEC).

⁴ Contabilizando-se a licenciatura e o 1º ciclo (após o Processo de Bolonha).

⁵ Embora a demografia contribua para uma queda generalizada dos inscritos no ensino superior, esta redução tem que ver com o número, aqui não contabilizado, dos matriculados em formação pós graduada (e que conhecem um aumento substancial na sequência do Processo de Bolonha).

⁶ No ano letivo de 2006/2007 surgem os primeiros diplomados em cursos organizados de acordo com o Processo de Bolonha (DGEEC-MEC).

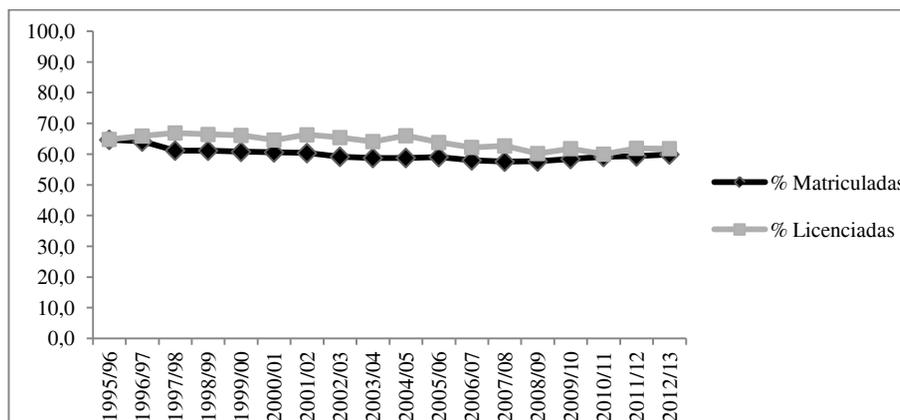
Gráfico 1
Evolução de matriculados e licenciados em direito



Fonte: INE, Estatísticas da Educação; Caetano, 2003; DGEEC-MEC (incluem-se aqui os licenciados e, a partir de 2006/2007, o 1º ciclo)

Na observação da evolução dos matriculados e licenciados, constata-se a crescente feminização, tendência aliás transversal à esmagadora maioria das áreas académicas, e a muitos países europeus: em Portugal a feminização do ensino superior em geral decorre durante os anos 1980/90 (Balsa *et al*, 2001; Grácio, 1997). No direito, e desde 1995/96, o peso das mulheres entre os matriculados é igual ou superior a 60%; também entre os licenciados, elas estão sempre em maioria.

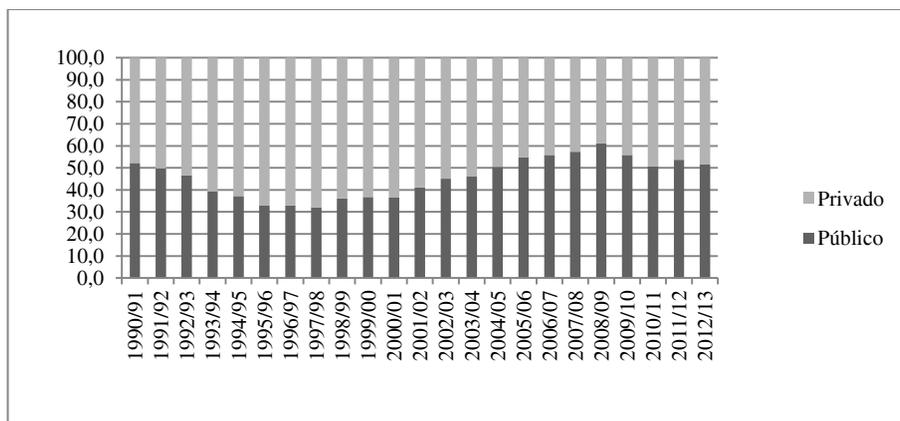
Gráfico 2
Evolução de matriculados e licenciados em direito



Fonte: DGEEC-MEC

Entre 1993/94 e 2000/01 mais de 60% dos licenciados em direito provinham do subsistema privado. Este peso foi decrescendo substancialmente na década de 2000, embora representasse ainda a maioria em 2003/04.

Gráfico 3
Evolução dos diplomados por subsistemas de ensino (%)



Fonte: Caetano, 2003; DGEEC-MEC

Podemos afirmar que o crescimento da área académica do direito inscreve-se nas tendências gerais do progressivo crescimento do ensino superior português, em especial no que respeita ao peso do subsistema privado, à feminização e ao alargamento das bases sociais de proveniência dos estudantes. Contudo, como veremos de seguida, a par deste alargamento, subsiste a tendência de sobrerrepresentação dos grupos sociais com maior volume de capital económico, escolar, social e cultural (Almeida *et al*, 2003; Balsa *et al*, 2001; Gonçalves, 2009; Machado *et al*, 2003; Martins, Mauritti e Costa, 2007; Mauritti, 2000; Tavares, 2013).

2.1 A persistência das desigualdades sociais no acesso ao ensino superior

De acordo com vários autores, a seletividade social do ensino superior em geral não se manifesta apenas por via do acesso, ela prolonga-se a nível interno (Balsa *et al*, 2001; Carmo, 1999 in Alves, 2003; Peixoto, 1989): pela diferenciação dos subsistemas universitário/politécnico e público/privado (Alves, 2003; Gellert, 1997:197; Pinto, 2002); pela diferenciação vertical, determinada pela escolha de formações curtas *versus* formações longas; e pela diferenciação horizontal, visível na escolha das

áreas de formação (Alves, 2003; Duru-Bellat, 2005a; Teichler, 2009; Alves, 2008). Estas diferenciações internas representam a hierarquização simbólica e social dos subsistemas, instituições, cursos e fileiras de ensino (Alves, 2003; Bourdieu, 2010: 73; Balsa *et al*, 2001; Duru-Bellat, 2005b; Gellert, 1997; Hansen, 1997; Passeron, 1979; Teichler, 2009), configurando lógicas de abertura e fechamento condizentes com o pronunciado duplo padrão de recrutamento de classe (Machado *et al*, 2003: 58-64): a universidade é palco de dinâmicas de reprodução social e concomitantemente de mobilidade social (quer total quer consubstanciadas em trajetórias estacionárias com promoção escolar), constituindo o capital cultural e escolar de origem a maior vantagem para o acesso (Machado *et al*, 2003; Martins, Mauritti e Costa, 2005 *in* Tavares, 2013:100).

Sobre a formação académica do direito em particular, Mauritti (2002 e 2003) advoga a persistência de um relativo elitismo da área, embora menos flagrante comparativamente com outros cursos: 68% dos alunos de direito provêm das categorias dos empresários, dirigentes e profissões liberais (EDL) e dos profissionais técnicos e de enquadramento (PTE) (valor que, embora elevado, distancia-se dos 85,5% entre os estudantes das ciências médicas). Da mesma forma, Alves (2009), ao caracterizar os licenciados saídos entre 1994-1998 e 1999-2003 da Universidade de Lisboa, diz-nos que a área do direito representa o terceiro grupo, a seguir às ciências da saúde e ciências da vida, onde é mais representativo o peso dos pais com ensino médio e superior⁷ e dos grupos mais favorecidos em termos económicos e sociais (grande e média burguesia). Chaves (2010: 105-106) destaca, entre os jovens advogados de Lisboa, a maior proporção de pais licenciados, rondando os 44%, e o peso conjunto dos EDL e os PTE que representam 69,9% dos pais e 46,8% das mães.

Vejamos agora como estão distribuídas as proveniências classistas dos licenciados inquiridos no âmbito do nosso estudo. Antes, importa referir que a amostra é composta por 565 licenciados⁸, maioritariamente mulheres (62,8%), com idade média de 32 anos, advindos, na maioria, das universidades privadas (60,2%)⁹.

Adotando o indicador socioprofissional familiar de classe (Costa, 1999; Machado *et al*, 2003), registamos o peso das duas primeiras categorias, dos Empresários, dirigentes e profissões liberais (EDL) e dos Profissionais técnicos e

⁷ No contexto alemão, o trabalho de Gellert (1997: 196), demonstra a sobre-representação, nos cursos de direito (cerca de 40%) e medicina (cerca de 45%), das famílias mais capitalizadas em termos de habilitações escolares.

⁸ Sobre o processo de recolha dos dados, consultar Santos (2015).

⁹ Incluímos aqui a Universidade Católica embora se ressalve a sua especificidade institucional, criada ao abrigo da Concordata entre o Estado português e a Santa Sé (Decreto-Lei n.º 128/90; Decreto-Lei n.º 307/71).

de enquadramento (PTE), as mais favorecidas em termos de capital socioeconómico e escolar e que, no conjunto, perfazem 68,2% do total. A diluição dos restantes 32% de licenciados, que não pertencem a estas duas primeiras categorias, é evidente: apenas os Empregados Executantes quebram a barreira dos 10%, seguidos pelos Operários e os Trabalhadores Independentes.

Quadro 1
Indicador socioprofissional familiar de classe (isfc)

	%
Empresários, Dirigentes e Profissionais Liberais	40,3
Profissionais Técnicos e de Enquadramento	27,9
Trabalhadores Independentes	6,1
Empregados Executantes	11,8
Operários	7,0
Trabalhadores Independentes Pluriativos	2,5
Assalariados Executantes Pluriativos	4,5
Total	100,0
<i>n</i>	516

As categorias EDL e PTE concentram não só maior capital económico como capital escolar: cerca de metade dos EDL e 68% dos PTE detêm o ensino superior¹⁰. No geral, sobressai o peso daqueles cujos pais detêm o ensino superior - rondam os 30% em qualquer um dos progenitores, seguindo-se, com valores ligeiramente inferiores, a proporção de pais com pelo menos o 1.º ciclo de ensino básico (23,2% dos pais e 23,9% das mães) e aqueles com o 2º e 3º ciclo do ensino básico (21,5% nos pais e 20,7% nas mães).

Quadro 2
Nível de habilitações dos pais (%)

	Pai	Mãe
Não frequentou/terminou o ensino básico (1.º ciclo)	4,1	4,3
Ensino básico (1.º ciclo)	23,2	23,9
Ensino básico (2º e 3º ciclo)	21,5	20,7
Ensino secundário	21,2	19,5
Ensino superior	30,0	31,6
Total	100,0	100,0
<i>n</i>	557	560

¹⁰ A categoria EDL apresenta maior heterogeneidade em termos de habilitações escolares, fator a que não é alheia a reconhecida exiguidade de habilitações dos empresários portugueses (situados no primeiro grupo da CPP, dos Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos, dirigentes, diretores e gestores executivos).

É portanto evidente a sobrerepresentação das classes mais capitalizadas em termos escolares e a desvantagem dos filhos com pais menos escolarizados em aceder a esta formação superior. A situação de capitalização escolar máxima (quando ambos os pais são detentores de uma licenciatura) fixa-se nos 22,1%, valor revelador da reprodução social destas famílias na acumulação de títulos académicos.

Regra geral, os dados descritos harmonizam-se com os publicados por diferentes investigações, nomeadamente por Mauritti (2002), Alves, (2009) e Chaves (2010: 105-106), ou seja, não obstante os sinais de abertura e permeabilidade, podemos afirmar que continua a observar-se o relativo fechamento social desta formação académica.

Como referido anteriormente, as diferenciações internas do ensino superior apresentam múltiplas formas, uma das quais, que nos interessa aqui enfatizar, é a observada pela seleção dos subsistemas e instituições de ensino. Apesar do reconhecimento social das universidades públicas, na área do direito, a Universidade Católica emerge como espaço de elevada valorização simbólica. Chaves (2010), no estudo da inserção de jovens advogados, atesta que a tendência de sobrerepresentação das famílias mais favorecidas é mais marcada na Universidade Católica, tendência justificada pela relação das famílias com a hierarquia simbólica escolar: não é apenas o valor atribuído à qualidade do ensino mas o próprio acesso a redes sociais de concentração de recursos uma vez que as escolas encontram-se simbolicamente hierarquizadas, e portanto “angariar capital escolar no interior de um dado estabelecimento significa aceder a níveis de capital simbólico e social distintos daqueles que se poderiam obter noutra qualquer faculdade (Chaves, 2010: 120-122). Ao observarmos a distribuição dos nossos licenciados pelas faculdades, de acordo com a proveniência socioeconómica, concluímos que a categoria dos EDL encontra-se presente sobretudo na Universidade Católica do Porto (45,2%), e, embora com menor peso, nas universidades públicas (31,3%). Esta tendência inverte-se para os PTE cuja representatividade é ligeiramente maior nas universidades públicas (43,8% *versus*. 38,9% na Universidade Católica). Nas outras categorias, a tendência é entre as públicas (46,3%) e as universidades privadas, excluindo a Universidade Católica (34,1%).

Depois de analisado o relativo fechamento social do curso de direito, no que concerne ao acesso e à distribuição pelas diferentes instituições de ensino, voltamos agora para a fase após a obtenção do diploma.

3. A inserção profissional e o acesso regulado às profissões do direito

As dificuldades crescentes da entrada dos jovens no mercado de trabalho têm suscitado um conjunto de novos desafios e interrogações. O despontar do desemprego entre licenciados, a consolidação da flexibilização das relações contratuais, a insegurança e complexidade das trajetórias profissionais, têm contribuído para o fomento dos discursos de desvalorização dos diplomas e das abordagens mais pessimistas sobre as novas modalidades da inserção profissional. É hoje consensual admitir-se que o fenómeno da inserção tende a prolongar-se no tempo e é cada vez mais caracterizado pela incerteza, instabilidade, precariedade, diversidade e complexidade dos percursos e estatutos (Alves, 2008; Dubar, 1999, 2001; Gonçalves, 2009; Marques, 2006; Rose, 1996; Vernières, 1997; Vincens, 1997, 1998).

No âmbito do nosso estudo, abordamos a inserção profissional enquanto processo social que decorre em espaços sociogeográficos e temporais específicos, com conjunturas, instituições e mecanismos próprios (Dubar, 1999; 2001; Gonçalves, 2009; Rose, 1996; Vernières, 1997; Vincens, 1997, 1998). Neste sentido, ela deve ser enquadrada nas dinâmicas e nos constrangimentos mais vastos, relacionados com os processos de globalização e desregulação dos mercados económicos e financeiros, tais como, entre outros, a inovação tecnológica, as novas tecnologias de informação e comunicação (Freire, 1997; Machado e Costa, 1998; Teichler e Kehm, 1995), as reestruturações do próprio mercado de trabalho em geral - como as mudanças empresariais ao nível produtivo, organizacional e de gestão (Dubar 2001; Kóvacs, 1998; Nicole-Drancourt e Roulleau-Berger, 2001), o crescimento do desemprego estrutural e de longo termo, a polarização dos estatutos, rendimentos e condições de emprego, e a difusão das práticas de flexibilização do emprego como o recurso ao trabalho parcial, aos contratos temporários, à subcontratação, aos falsos recibos verdes (Escária, 2006; Kovács (org), 2005; Rebelo, 2004; Teichler, 2009), enfim, à flexibilidade¹¹ e ao carácter estrutural da precariedade.

É incontornável, todavia, de forma a compreender a entrada no mercado de trabalho dos licenciados em direito, focar as transformações intrínsecas às profissões jurídicas que, pelas suas características, apresentam particularidades distintas e influem nos ritmos e modalidades de inserção. Há que frisar ainda que

¹¹ Oliveira e Carvalho (2010: 29) adiantam o carácter polissémico do conceito: a flexibilidade traduz-se na polivalência, na flexibilidade das condições de emprego ao nível de horários, e na liberalização da relação de emprego (liberdade para despedir).

as recomposições que atravessam estas profissões trazem consigo novas formas de organização do trabalho, reconfigurações identitárias distintas que importa ter em conta para melhor entender os constrangimentos e as oportunidades com que se deparam os licenciados. Entre os aspetos que mais têm contribuído para estas novas reconfigurações profissões associadas ao direito, salientamos: a tendência para o assalariamento dos profissionais, a complexificação do sistema jurídico e consequentemente do saber, conducente à sua segmentação e especialização; a multidisciplinariedade; o aumento da procura de serviços jurídicos, a emergência de grandes empresas de prestação de serviços jurídicos e sua aproximação às lógicas empresariais e de gestão; a diversificação da clientela; a transversalidade e fluidez das fronteiras jurisdicionais que conduzem à concorrência e competição entre profissionais; a emergência de novas áreas de emprego (por exemplo, a solicitadoria e a consultoria fiscal); e o crescimento do número de profissionais (Dezaley, 1992; Galanter, 1999; Kritzer, 1999; Pedroso, Trincão e Dias, 2001).

Pelo exposto anteriormente, quer no referente às transformações do mercado de trabalho, em geral, quer das profissões do direito, em particular, consideramos que são vários os fatores, contextos e dinâmicas que contribuem para o delinear dos ritmos e modalidades de inserção. Mas há igualmente um conjunto de atores sociais que se revelam cruciais para o processo de inserção profissional: desde logo, o Estado (por via das políticas públicas e enquanto empregador), as instituições académicas, os intermediários de emprego, as organizações profissionais, os empregadores, entre outros. Ao debruçarmo-nos sobre licenciados em direito e sobre as profissões do direito¹² – entendidas aqui como aquelas cujo acesso e desempenho exige exclusivamente a formação académica nesta área, tais como a advocacia, magistratura, notariado, e as profissões de conservadores e juristas - rapidamente constatamos uma peculiaridade que se afigura decisiva para a compreensão da inserção profissional: o acesso regulamentado à maioria delas (com exceção dos juristas), implicando um período de estágio profissional obrigatório, exames de admissão à profissão e a respetiva acreditação profissional por parte do Estado, no caso dos magistrados e conservadores, e das ordens profissionais, no caso dos advogados e notários. Estamos assim perante atividades profissionais reguladas cujo acesso pressupõe a aquisição de um diploma académico específico e uma licença para

¹² Alertamos para a distinção, por nós realizada, entre profissões de direito e as profissões jurídicas. As profissões jurídicas são mais abrangentes, enquadrando as primeiras e as profissões que, segundo Pedroso, Trincão e Dias (2001), podem ter outra formação académica de base (que não o direito): a título de exemplo, as atividades dos juizes de paz, assistentes/assessores judiciais, mediadores e conciliadores, administradores dos tribunais, solicitadores, oficiais de justiça.

o exercício profissional, conferida ou diretamente pelo Estado ou por associações profissionais de direito público, designadamente as ordens profissionais, a quem aquele delega tal função¹³, o que, *per se*, imprime constrangimentos específicos ao acesso a estas profissões.

No sentido de identificar estes eventuais constrangimentos na inserção profissional dos licenciados em direito, iremos, de seguida, descrever sumariamente as principais mudanças registadas no acesso à advocacia e à magistratura, as profissões que se afiguram mais pertinentes neste estudo, em virtude exclusivamente da total ausência ou fraca expressividade de casos na nossa amostra de conservadores e notários.

No que concerne ao ingresso na advocacia, o exercício da atividade está sujeito à realização com sucesso de um estágio profissional que compreende duas fases: a formação inicial (com duração de 6 meses) cujo objetivo é o de facultar conhecimentos técnico-profissionais e deontológicos; a segunda fase, de 18 meses, constitui uma formação alargada e progressiva baseada no relacionamento com os patronos, e com o contato com a vida judiciária (Lei n.º 52/2005; Lei n.º 15/2005). Na figura seguinte resumem-se as características principais do acesso ao estágio da Ordem dos Advogados, atendendo à regulamentação vigente à data da análise feita. Importa salientar que a duração deste estágio foi sofrendo alterações: na Lei n.º 80/2001, o tempo de estágio era de 18 meses (3 meses na fase inicial e 15 na fase complementar)¹⁴. Também o número de exames e os momentos de avaliação, na fase inicial e complementar, foram aumentando, sobretudo no decorrer da década de 2000, assim como as restrições em casos de reprovação¹⁵. De acordo com a Lei n.º 52/2005 e a Lei n.º 15/2005, a fase inicial é composta por três testes escritos e a fase complementar por um exame final, constituído por uma prova escrita e uma prova oral.

¹³ Em Portugal, a Lei n.º 2/2013, de 10 de janeiro estabelece o regime jurídico de criação, organização e funcionamento das associações públicas profissionais.

¹⁴ O Regulamento Nacional de Estágio - Deliberação n.º 1898 - A/2007 estabelece uma duração de 30 meses para os candidatos abrangidos pelo Processo de Bolonha.

¹⁵ Ver Lei n.º 80/2001; Regulamento n.º 42 A/2002 -Regime Geral de Formação; Lei n.º 15/2005 (Estatuto da Ordem dos Advogados); Lei n.º 52/2005; Regulamento Nacional de Estágio - Deliberação n.º 1898 - A/2007; Deliberação n. 3333-A/2009. Dada a complexidade e detalhe do número de alterações na evolução da regulamentação do estágio profissional, registamos aquelas que consideramos como principais. Esta descrição é portanto sumária e convida à leitura das alterações aos regulamentos.

Quadro 3
Duração e tipo de avaliação do estágio profissional de acesso
à Ordem dos Advogados

	Duração	Avaliação
Lei n.º 52/2005; Lei n.º 15/2005	Fase inicial: 6 meses; Fase complementar: 18 meses Total: 24 meses	Fase inicial: prova de aferição (três testes escritos); Fase complementar: exame final de avaliação e agregação (composto por uma prova escrita e uma prova oral)
Deliberação n.º 3333-A/2009		Exame nacional, composto por prova escrita, de acesso ao estágio, para licenciados pelo Processo de Bolonha

Mais recentemente, pressupondo-se a massificação do ensino e subsequente saturação do mercado de trabalho (pondo-se a tónica no crescimento das universidades privadas) considera-se, no preâmbulo da Deliberação 3333-A/2009 do Regulamento ao Estágio dos Advogados, a necessidade de alterar os mecanismos de acesso à advocacia sob pena das consequências na qualidade dos serviços prestados e estatuto dos profissionais:

“a massificação do ensino do Direito em Portugal, devido sobretudo à multiplicação de universidades privadas, conduziu a uma diminuição generalizada da sua qualidade com repercussões negativas em todas as profissões jurídicas (...) A Advocacia massificou-se, passando de cerca de 6000 Advogados em meados dos anos 80, para mais de 30000 na atualidade. O resultado mais visível desse fenómeno foi a degradação da profissão, com perda da sua secular dignidade funcional e prestígio social. E a primeira de todas as reformas tem, necessariamente, de incidir nos mecanismos de acesso à profissão, nomeadamente a formação profissional” (Preâmbulo da Deliberação 3333-A/2009 do Regulamento ao Estágio dos Advogados)

Por forma a aferir a qualidade da formação, a Ordem dos Advogados operou uma reforma precisamente ao nível dos mecanismos de acesso à profissão, instituindo um exame nacional de acesso ao estágio para licenciados com menos de cinco anos de formação (ou seja, para licenciados abrangidos pelo Processo de Bolonha)¹⁶.

No que concerne à magistratura, Portugal insere-se no modelo dominante europeu, do concurso público para formação inicial (Santos (coord), 2006). Este modelo permite formas diferenciadas de concurso, mediante a experiência dos candidatos e somente após avaliação da sua performance (através de exames ou avaliação contínua) é que são nomeados magistrados. No caso português, o ingresso

¹⁶ O Acórdão n.º 3/2011 do Tribunal Constitucional declarou a inconstitucionalidade das normas que instituíram este exame.

por via de concurso público é composto pelos seguintes métodos de seleção: provas de conhecimento (das quais fazem parte uma fase escrita, com três provas, e uma fase oral), avaliação curricular¹⁷ e exame psicológico de seleção. Após a aprovação cumulativa destas três fases de seleção, acede-se à formação inicial que, por sua vez, inclui o curso de formação teórico-prática de dois ciclos (com duração total de 24 meses) e o estágio de ingresso (18 meses). Os auditores de justiça, estatuto atribuído aos que ingressam no curso de formação, auferem uma bolsa de formação. Entre os objetivos gerais deste curso (com as componentes formativa geral; formativa de especialidade; componente profissional; área de investigação aplicada) destaca-se o desenvolvimento de qualidades e a aquisição de competências técnicas para o exercício de funções. A avaliação desta fase é realizada por via de provas de conhecimento (componente formativo-geral e especialidade) e avaliação contínua na componente profissional. O segundo ciclo, desenvolvido já em contexto de tribunal, visa assegurar a consolidação das exigências deontológicas inerentes ao exercício de cada magistratura e compreensão dos respetivos direitos e deveres estatutários (art.º 49 da Lei n.º 2/2008). Nesta fase, a avaliação é feita de forma contínua pelo coordenador, sob orientação do diretor adjunto. O estágio respeita a aplicação prática dos conhecimentos adquiridos ao longo do curso.

As principais alterações do ingresso à magistratura dizem respeito à implementação do Processo de Bolonha (art.º 5 da Lei n.º 2/2008), nomeadamente a exigência da titularidade do grau de mestre ou doutor e o aumento da duração da formação inicial – a título de exemplo, a Lei 16/98 previa uma duração de 22 meses na primeira fase e de 10 meses para o estágio¹⁸.

3.1. O estágio profissional obrigatório para o acesso às profissões reguladas

Precede assim ao mercado de trabalho, para os licenciados que pretendem prosseguir pelas profissões clássicas do direito, a frequência obrigatória dos estágios profissionais. Esta é uma particularidade do acesso às profissões reguladas e que vem conferir *nuanças* específicas ao conceito de inserção profissional. A formação profissional caracteriza-se por um período longo, variando consideravelmente o grau

¹⁷ Há *nuanças* na realização das provas de conhecimento e na avaliação curricular de acordo com a via de ingresso: geral e por via da experiência profissional (Lei n.º 2/2008).

¹⁸ Ver Lei n.º 2/2008, art.º 5; Lei n.º 16/98 de 8 de Abril (entre as condições de acesso exigia-se a conclusão da licenciatura em direito há pelo menos 2 anos); Lei n.º 3/2000, de 20 Março (previa-se o regime excecional de nomeação de juizes); Lei n.º 16/98 de 8 de Abril.

de remunerações, quer entre os diferentes estágios quer dentro do mesmo estágio profissional (caso paradigmático da advocacia). A duração destes estágios profissionais, não inferior a 18 meses, apresenta-se como uma antecâmara do mundo laboral, um espaço de socialização e aprendizagem onde se incorporam regras, normas, e onde são (re)construídas e moldadas as identidades profissionais (Nicole-Drancourt e Roulleau-Berger, 2001; Dubar, 1991; Rose, 1996); enfim, um palco onde se adquirem experiências mas onde também se delineiam e confrontam estratégias, expectativas e futuros possíveis. Deste modo, a natureza das profissões reguladas do direito imputa singularidades às formas de inserção profissional: o estágio profissional que decorre entre a formação académica e a entrada no mercado de trabalho não representa apenas um requisito necessário ao acesso às profissões, ele constitui uma etapa decisiva para a entrada no mercado de trabalho.

De acordo com os dados da nossa amostra, após a conclusão da formação académica em direito, a esmagadora maioria dos licenciados ingressa no estágio profissional da Ordem dos Advogados, tendência aliás encontrada já em outros estudos (Caetano, 2003: 97-98; Chaves, 2010: 93). Com exceção de 9,2% da população inquirida, que não realizaram qualquer estágio profissional para o acesso às profissões reguladas, o que se conclui é que a grande maioria envereda pelo estágio profissional da advocacia (quadro 3): 73,1% finalizaram este estágio e têm inscrição ativa na Ordem dos Advogados; 8,5% finalizaram embora com inscrição suspensa e 5,8% encontravam-se, no momento da inquirição, a frequentar este estágio profissional. A advocacia é desta forma a saída primordial, tendo esta sido ensaiada por 87,4% do total dos inquiridos¹⁹. Mesmo entre aqueles que frequentaram e/ou finalizaram outros estágios profissionais, não raras vezes estes foram precedidos pelo estágio na advocacia²⁰.

¹⁹ Os restantes estágios profissionais ficam aquém dos valores registados na advocacia: a título exemplificativo, 4,6% dos inquiridos frequentaram ou terminaram o estágio para solicitador/agente de execução e 3,4% frequentaram ou finalizaram o Centro de Estudo Judiciários (CEJ).

²⁰ Dos 19 magistrados/auditores de justiça, 12 já tinham realizado a formação na Ordem dos Advogados; dos 26 licenciados a frequentar ou que concluíram o estágio para agente de execução, 15 concluíram o estágio profissional na advocacia.

Quadro 4

Situação relativa à frequência ou realização dos estágios profissionais obrigatórios das ordens profissionais ou da formação inicial de magistrados no Centro de Estudos Judiciários (CEJ)²¹ (%)

	A frequentar	Inscrição ativa	Inscrição suspensa
Ordem dos Advogados	5,8	73,1	8,5
Câmara dos Solicitadores/Agentes de execução	1,8	2,8	
Ordem dos Notários		0,4	
Centro de Estudos Judiciários	1,1	2,3	
	49	444	48

Após a licenciatura, assistimos a um claro estreitamento das fileiras profissionais, sendo a advocacia a catalisadora das expectativas profissionais dos licenciados. No âmbito das 30 entrevistas realizadas aos inquiridos, podemos constatar que há uma normatividade associada à realização deste estágio profissional, uma vez que ele constitui uma mais-valia, mesmo entre aqueles que não pretendem exercer a profissão, e uma via de acesso ao mercado de trabalho aquando da indefinição de um projeto profissional:

“a maioria das pessoas com quem eu contactava achava impensável que alguém acabasse direito e não entrasse na ordem [dos Advogados] porque era uma mais valia, é o percurso normal.(...) Parece que falta alguma coisa. A ideia que nos passam, quando acabamos o curso, com quem nós contactámos, é que é uma espécie de *handicap*, se tem direito mas não tem a ordem, está incompleto e portanto...mesmo que não seja para exercer” (ent 6)

A comprovar o referido, do total dos 30 entrevistados, a quase totalidade (28) prossegue automaticamente para esta formação na Ordem dos Advogados: se o principal motivo (11 casos) fica a dever-se à prossecução da profissão de advogado, outras razões são dignas de nota, nomeadamente, a normatividade invocada com o ingresso ao estágio da advocacia no trajeto do licenciado em direito (9); a manifestação da ausência de projetos profissionais e o “experimental”, numa espécie de ensaio profissional (3); a necessária espera pela abertura de concursos públicos, em específico na magistratura e polícia judiciária (3) e o potenciar as saídas profissionais (1). Encontrámos, com frequência, a sobreposição destas razões nos discursos dos entrevistados:

²¹ Os valores apresentados na tabela não são mutuamente exclusivos.

“para quem acaba o curso em direito, pelo menos no ano em que terminei, era uma decisão naturalíssima, 97% dos meus colegas foram todos. Muitos estavam como eu, acabavam e não sabiam bem depois qual ia ser o rumo que iam seguir e nesse período, em que não se sabe bem qual é esse rumo, preferem estar no escritório de advocacia a aprender e a ver como é que as coisas funcionam mesmo na vida real e no mercado de trabalho” (ent 4)

Através dos dados obtidos no inquérito, concluímos que a duração média do estágio profissional é de 34 meses²², e que, na esmagadora maioria dos casos, não é remunerado: entre os que realizaram estágio, apenas 23% auferiram uma remuneração. Importa referir que no acesso a estes estágios remunerados, há uma maior presença de licenciados cujos pais detêm o ensino superior (33,7% *versus* 19% cujos pais apresentam nível secundário e 11,4% com o 2.º ciclo de ensino); oriundos da categoria dos PTE (32,3% *versus* 25% dos EDL e 12,2% de outras categorias socioprofissionais) e provêm da Universidade Católica (33,9% *versus* 24,3% nas universidades públicas e 7,4% nas universidades privadas) o que sustenta uma inserção estruturada pelas origens sociais e pela hierarquização das escolas. Entre os entrevistados, contudo, apenas um volume reduzido (6) afirma a remuneração do estágio profissional e, frequentemente, esta remuneração é associada a sobrecarga horária ou rendimentos baixos:

“Ele [patrono] começou primeiro só a pagar os transportes e a alimentação. Depois à medida que fui evoluindo na minha capacidade, nos meus resultados, no final já estava a receber cerca de 500/600 euros, mais despesas de deslocação. (...) eu fui a única a ser remunerada. Fizeram essa distinção porque eu também era a única que cumpria o horário e estava lá sábados e domingos” (ent 15)

“dois anos e cinco meses [tempo de estágio numa sociedade] Sempre a auferir os 250 euros (...), era um incentivo que nos davam” (ent 25)

Também no âmbito das entrevistas, podemos aferir os meios usados para aceder à figura do patrono, e aqui verificámos a importância do capital social: mais de metade (16) declara o recurso aos meios informais, à rede social e às relações de interconhecimento (a família, os “conhecimentos”)²³, situação que vai ao encontro do proferido por alguns autores (Gonçalves (coord), 2009; Laflamme, 1996; Lortie,

²² Aqui encontramos *nuanças* que importam esclarecer: os indivíduos na amostra que iniciaram a sua formação profissional na Ordem dos Advogados até 2005 realizaram-no ao abrigo do Regulamento n.º 42 A/2002 do Regime Geral de Formação que instituiu 18 meses de formação. Porém, com a introdução da Lei n.º 52/2005, prolongou-se o tirocínio para 24 meses, sendo este o período que atualmente vigora com a Deliberação n. 3333-A/2009. Importa também salvaguardar a alteração entre estes dois momentos registada com o Regulamento Nacional de Estágio - Deliberação n.º 1898 - A/2007 que postulou para 30 meses a formação tendo em vista os licenciados saídos ao abrigo do Processo de Bolonha.

²³ Não excluí, em alguns casos, o uso de candidaturas espontâneas, nomeadamente para sociedades de advogados, sem efeito.

1959; Marques, 2006) e que introduz *nuances* distintas em termos do acesso e do desenvolvimento dos percursos profissionais. Os restantes casos invocam as candidaturas espontâneas (8), os serviços de faculdade²⁴ (2). Contudo, o uso das redes sociais não é exclusivo das categorias socioprofissionais mais favorecidas, ele é transversal aos vários grupos socioeconómicos.

Embora não tivéssemos considerado, no âmbito do inquérito, o estágio profissional obrigatório como primeiro emprego (entendido como primeiro emprego regular após conclusão da licenciatura), a verdade é que, com relativa frequência, junto dos entrevistados (10 casos), este estágio é já considerado o primeiro emprego, por força dos horários, intensidade do trabalho, subordinação hierárquica e existência de um local de trabalho, mesmo aquando da ausência de remuneração. Sendo obrigatório para quem procura prosseguir a profissão de advogado, é para outros considerado um investimento, uma aposta efetiva e simbólica, da qual esperam retirar retorno no futuro. Deste modo, independentemente da consolidação dos projetos profissionais, o que observamos, da maioria dos discursos, é que este é um período singular de investimento, exploração, socialização, e, desta forma, considerado como parte integrante do processo de inserção profissional: em alguns casos, o estágio converte-se mesmo em oportunidade de permanecer no escritório/sociedade. Mas também se observam situações em que o próprio estágio decorre, para uma parte dos licenciados, em simultâneo com uma atividade (por norma, remunerada), ilustrando a multiplicidade de estatutos destes jovens nesta fase em concreto²⁵: alguns (5) referem ter trabalhado em áreas não jurídicas (restauração, *call centers*, atendimento em lojas), outros (4) estagiaram, em simultâneo, em organismos como a banca, câmaras e associações (no âmbito de estágios profissionais remunerados ou não). Subjacente a estas opções encontra-se precisamente a não remuneração dos estágios na advocacia assim como a sua longa duração.

Do que foi exposto, depreende-se que esta fase de formação profissional é longa e suscetível de variação atendendo aos mecanismos de várias instâncias, como as instituições superiores, associações profissionais e empregadores, e inclusive ao comportamento dos próprios jovens. As situações explanadas vão ao encontro do pressuposto da inserção como período moratório, uma fase caracterizada pela

²⁴ São casos da Universidade Católica do Porto. A qualidade dos serviços de carreira e o prestígio associado a esta instituição são referenciados por 5 licenciados na importância para obtenção de emprego ao longo do percurso profissional.

²⁵ Ainda de referir que 8 entrevistados referem ter procurado trabalho durante o período do estágio, nomeadamente através de candidaturas a concursos públicos para juristas; para a magistratura e polícia judiciária.

ambiguidade social em que as expectativas e as oportunidades face a uma posição e uma identidade social e profissional exigem um longo processo de progressivo ajustamento (Galland, 1991; Marques, 2006).

As observações dos licenciados sobre a experiência do estágio são diversificadas, incidindo sobretudo na fase de formação com o patrono: na esmagadora maioria, em escritórios, mas também em sociedades de advogados (8). O relato desta fase é denso, com inúmeras dimensões e diferentes interpretações; a complexidade deste período espelha-se nos casos que reportam a mudança de patrono (10) devido à insatisfação e às inconsistências sentidas neste primeiro contato com a prática profissional. O estágio profissional é entendido por muitos como a fase da aprendizagem por excelência - onde são apreendidas as ferramentas, o “saber fazer” e o “saber ser” necessários ao exercício profissional -, como o processo de “tornar-se advogado” (Lortie, 1959), correspondendo, não obstante o caráter provisório, a um espaço de socialização, de incorporação de regras e normas, onde são moldadas as identidades profissionais (Dubar, 1994, 1999, 2001; Nicole-Drancourt e Roulleau-Berger, 1995, 2001).

Porém, quando as inconsistências, que inviabilizam esta apropriação de aprendizagens, são percebidas pelos indivíduos, estes tendem a procurar contornar os obstáculos e encontrar alternativas. Um dos entrevistados resume as razões que encontramos subjacentes à mudança de patrono:

“Tenho muitos amigos meus, diria mais de metade, que mudaram pelo menos uma vez de estágio porque obviamente que a maior parte não conhece quando vai (...). Podiam ter encontrado advogados que não tivessem tempo para explicar nada, ou o trabalho era só uma coisa, há escritórios muito especializados em certas matérias (...). Mas mesmo depois de lá estar (...), “não gosto do tipo de trabalho ou das pessoas ou de qualquer coisa” (ent 8)

Como vimos, à saída da universidade, assistimos a um claro estreitamento das fileiras profissionais: o estágio na advocacia é a opção imediata e quase exclusiva dos licenciados em direito, moldando e determinando as suas trajetórias futuras. Porém, o próprio estágio, longo e por norma não remunerado, implica muitas vezes a multiplicidade de estatutos e mudanças de patronos. Para muitos entrevistados, o estágio, mesmo não sendo remunerado, é considerado como a entrada efetiva no mercado de trabalho revelando a importância desta antecâmara do mundo de trabalho, onde se desenrola o processo de socialização secundária, caracterizado pela complexidade e pela aquisição de conhecimentos e competências necessárias à prática profissional mas também pelo confronto entre expectativas e valores criados e as situações reais do trabalho, engendrando um campo de possíveis em termos de

trajetórias e reajustamento identitário (Bourdieu, 1966; Bourdieu e Passeron, s/d).

Para finalizar, algumas notas sobre o acesso ao primeiro emprego dos licenciados (isto é, ao primeiro emprego regular após a formação académica, excluindo-se na análise o estágio profissional obrigatório de acesso às profissões reguladas). Assim, considerando o tempo de espera para a obtenção do primeiro emprego ou para o início da atividade profissional (entendido como o tempo de procura de emprego), indicador revelador da maior ou menor dificuldade do processo de inserção, conclui-se que no momento da inquirição, 7,5% dos inquiridos ainda não tinham acedido ao mercado de trabalho (quadro 4): uma parte (4,1%) por se encontrar exclusivamente em estágio profissional ou em estudos pós graduados; outra parte, (3,4%) porque se encontrava à procura do primeiro emprego, não obstante esta procura poder decorrer em paralelo com o estudo ou a formação profissional ou mesmo com o exercício de trabalho pontual e/ou não remunerado. Uma parte não negligenciável de licenciados (12,9%) manteve-se na mesma atividade que tinha enquanto trabalhador estudante. Todos os outros diplomados (79,6%) acederam a uma atividade profissional regular e remunerada após a conclusão da licenciatura. Regra geral, esta entrada decorreu de forma automática ou rápida: a maioria acedeu em menos de 3 meses (58,0%), ao contrário dos 17,4% que indicam tempos de acesso superiores a 7 meses. Estes dados, embora reportem um tempo de espera relativamente curto para a maioria, não deixam de indicar uma franja de licenciados cujo acesso excedeu os 12 meses (12,9%), iniciando situações de desemprego de longa duração e da maior dificuldade na entrada no mercado de trabalho (Galland, 1991; Vernières, 1997).

Quadro 4
Acesso ao mercado de trabalho (%)

Trabalhadores-estudantes	
Na mesma atividade enquanto trabalhador-estudante	12,9
Não acesso	
Exclusivamente a estudar e/ou a realizar a formação profissional	4,1
Estuda e/ou a realiza formação profissional e procura primeiro emprego	1,1
Procura primeiro emprego e encontra-se desempregado	1,4
Procura primeiro emprego e realiza trabalho pontual e/ou não remunerado	0,9
Acesso	
Demorou entre 0 a 3 meses	58,0
Demorou entre 4 a 6 meses	4,3
Demorou entre 7 meses a um ano	4,5
Demorou mais de um ano	12,9
Total	100,0
<i>n</i>	559

Ao procurar características distintivas entre quem acedeu rapidamente (até 3 meses) e quem teve um período de espera maior (igual ou maior a 4 meses), não encontramos diferenças dignas de nota entre as origens sociais dos licenciados assim como entre os subsistemas ou faculdades de ensino. Vislumbramos, contudo, em consonância com os estudos que denunciam o maior tempo de espera das mulheres (Alves, 2005; Galland, 1991; Giret, Guégnard e Paul, 2009; Gonçalves, 2009; Lombardo, Luca e Passarelli, 2012), que enquanto 21,6% dos homens acederam após 3 meses, este valor ascende a 30,6% entre elas. Neste primeiro emprego, cerca de 90% integram-se no grupo dos especialistas das profissões intelectuais e científicas, na esmagadora maioria, advogados.

Conclusões

A inserção profissional é um processo moldado e enformado por um conjunto vasto de condicionantes estruturais e conjunturais, por instituições e atores que imprimem modos e tempos distintos à entrada do mercado de trabalho. Ela é indissociável, por um lado, dos contextos, características e alterações sentidas no ensino superior e, por outro, das reestruturações do mercado de trabalho. Vimos como o curso de direito foi permeável às tendências da expansão do ensino superior português, em particular no crescimento do ensino privado, embora mantendo um relativo fechamento social e manifestando as lógicas de hierarquização simbólica dos diferentes subsistemas e faculdades (patente na distribuição das diferentes classes sociais quer no curso em concreto quer nas faculdades).

Esta hierarquização social estende-se posteriormente aos modos de inserção: os diplomados da Universidade Católica do Porto e das universidades públicas apresentam maior vantagem no acesso a um estágio profissional remunerado. As próprias origens sociais estruturam a inserção: as mais capitalizadas, escolar e socioeconomicamente, apresentam maiores possibilidades de aceder a estes mesmos estágios.

Há que destacar, contudo, que as modalidades e os tempos de acesso apresentam igualmente particularidades que resultam dos mecanismos de acesso às profissões reguladas. A esmagadora maioria dos inquiridos envereda para o estágio profissional na advocacia, estágio longo e, por norma, não remunerado. A análise documental aos regulamentos de acesso a este estágio demonstrou como, ao longo da década de 2000, tiveram lugar um conjunto de mudanças nos mecanismos de

ingresso, tais como a extensão da sua duração, aumento do número de exames e dos momentos de avaliação, constringendo o processo de inserção, desde logo, devido ao prolongamento no tempo e ao investimento substancial dada a sua não remuneração. Por último, gostaríamos de chamar a atenção para algumas das limitações dos estudos da inserção profissional, que embora não tivéssemos tido oportunidade de abordar aqui, importa lembrar para a análise da entrada no mercado de trabalho dos jovens: em primeiro lugar, a dissociação entre as perceções e discursos dos entrevistados sobre o que é estar inserido, nomeadamente, a dispensa da suposta estabilidade profissional, avaliada frequentemente pelo tipo de vínculo laboral (Vernières, 1997), e a premissa desta estabilidade, decretada pelos estudos para identificar o fim da inserção. Desta forma, parece existir uma inconsistência entre, por um lado, a difusão das formas flexíveis de trabalho e, por outro, o pressuposto teórico da estabilidade profissional para o fim da inserção, o que remete uma fatia destes jovens a uma eterna fase de inserção. Mas esta dissociação não se limita aos discursos dos entrevistados, o pressuposto da estabilidade não se coaduna igualmente com a realidade dos trabalhadores por conta própria ou independentes, em específico dos advogados em exercício individual.

Referências Bibliográficas

- ALMEIDA, Ana Nunes; VIEIRA, Maria Manuel (2006), *A escola em Portugal*, Lisboa, ICS.
- ALMEIDA, João Ferreira *et al.* (2003), *Diversidade na universidade: um inquérito aos estudantes de licenciatura*, Oeiras, Celta Editora.
- ALVES, Mariana (2003), *A inserção profissional de diplomados de ensino superior numa perspectiva educativa: o caso da faculdade de ciências e tecnologia*, Lisboa, Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa.
- ALVES, Natália (2005), *Trajectórias Académicas e de Inserção Profissional dos Licenciados (1999-2003)*, Lisboa, Edição Universidade de Lisboa.
- (2008), *Juventudes e inserção profissional*, Lisboa, Educa.
- (2009), *Inserção profissional e formas identitárias*, Lisboa, Educa.
- BALSA, Casimiro *et al.* (2001), *Perfil dos estudantes do Ensino Superior: desigualdades e diferenciação*, Lisboa, Edições Colibri.
- BOURDIEU, Pierre (2010 [1979]) *A distinção: uma crítica social da faculdade do juízo*, Lisboa, Edições 70.
- BOURDIEU, Pierre (1966), «L'école conservatrice. Les inégalités devant l'école et devant la culture», *Revue Française de Sociologie*, 7-3, pp. 325-347.
- BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Claude (s/d), *A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino*, Lisboa, Editorial Veja.
- COSTA, António Firmino (1999) *Sociedade de bairro: dinâmicas sociais da identidade cultural*, Oeiras, Celta Editora.
- DUBAR, Claude (2001), “La construction sociale de l’insertion professionnelle”, *Éducation et Sociétés*, 7(1), pp. 23-36.

- (1999), “Reflexions sociologiques sur la notion d’insertion”, in Bernard Charlot e Dominique Glasman, *Les jeunes, l’insertion, l’emploi*, Paris, Presses universitaires de France, pp. 29-37.
- (1994), “L’insertion comme articulation temporelle du biographique et du structurel”, *Revue Française de Sociologie*, 35 (1), pp. 283-291.
- (1999), “Reflexions sociologiques sur la notion d’insertion”, in Bernard Charlot e Dominique Glasman, *Les jeunes, l’insertion, l’emploi*, Paris, Presses universitaires de France, pp. 29-37.
- CAETANO, António (2003), *Inquérito aos advogados portugueses: uma profissão em mudança*, Lisboa, Ordem dos Advogados Portugueses.
- CHAVES, Miguel (2010), *Confrontos com o trabalho entre jovens advogados*, Lisboa, ICS.
- CRUZ, Manuel Braga; CRUZEIRO, Maria Eduardo (Coords.) (1995), *O desenvolvimento do ensino superior em Portugal: situação e problemas de acesso*, Lisboa, Departamento de Programação e Gestão Financeira.
- DEZELEY, Yves (1992), *Marchands de droit. La restructuration de l’ordre juridique international par les multinationales du droit*, Paris, Fayard
- DGEEC-MEC (Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência - Ministério da Educação e Ciência) [Consult. a 07.08.2014] Disponível em: <http://www.dgeec.mec.pt/>
- DGESup (Direção Geral do Ensino Superior) (1999), *O ensino superior em Portugal*, Lisboa, Direção-Geral do Ensino Superior.
- DURU-BELLAT, Marie (2005a) Les inégalités sociales à l’école. Genèse et mythes. Paris: Presses Universitaires de France.
- (2005b), “Amplitude e aspectos peculiares das desigualdades sociais na escola francesa”, in *Educação e Pesquisa*, 31 (1), pp. 13-30.
- ESCÁRIA, Vitor (coord) (2006), *Percursos de inserção no Mercado de trabalho dos diplomados do Ensino Superior*, Lisboa, DGEEP/MTSS.
- FREIRE, João (1997), *Varições sobre o tema trabalho*, Porto, Edições Afrontamento.
- GALLAND, Olivier (1991), *Sociologie de la jeunesse – l’entrée dans la vie*, Paris, Armand Colin.
- GALENTER, Marc (1999), “Old and in the way: the coming demographic transformation of the legal profession and its implications for the provision of legal services”, in *Wisconsin Law Review*, 29, pp. 1081-1117.
- GELLERT, Claudius (1997), “Élite Versus Mass Higher Education – A Misconceived Dichotomy?”, *Higher Education in Europe*, 22 (2), pp. 193-199.
- GIASE (Gabinete de Informação e Avaliação do Sistema Educativo, Ministério da Educação) (2006) *Séries cronológicas: 30 anos de estatísticas da educação: alunos 1977-2006*. GIASE
- GIRET, Jean-François; GUÉGNARD, Christine; PAUL, Jean-Jacques (2009), “Insertion et valeur des diplômés du supérieur en Europe”, in *Actes des 4e rencontres Jeunes et Sociétés en Europe et autour de la Méditerranée*, «Les jeunes, l’Europe, La Méditerranée: territoires, identités, politiques», Forlì, 26-28 mars 2009.
- GONÇALVES, Carlos Manuel (Coord.) (2009), *Licenciados, Precariedade e Família*, Vila da Feira, Estratégias Criativas.
- GRÁCIO, Sérgio (2001), “Sondagem ao mercado de emprego dos quadros, em 1989 e 1997”, in *Sociologia, Problemas e Práticas*, 37, pp. 9-32.
- HANSEN, Marianne Nondli (1997), “Social and economic inequality in the educational career: Do the effects of social background characteristics decline?”, in *European Sociological Review*, 13 (3), pp. 305-321.
- INE (vários anos) *Anuário Estatístico*, INE.
- (1991), *Estatísticas de Educação*, INE.

- KOVÁCS, Ilona (1998), “Da controvérsia sobre os novos modelos de produção”, in Ilona Kovács e Juan José Castillo, *Novos modelos de produção: trabalho e pessoas*; Oeiras, Celta Editora, pp.5-24.
- (Org.) (2005), *Flexibilidade de emprego: riscos e oportunidades*, Oeiras, Celta Editora
- KRITZER, Herbert (1999), “The professions are dead, long live the professionals: legal practice in a postprofessional world”, in *Law and Society Review*, 33 (3), pp. 713-759.
- LAFLAMME, Claude (1996), “Inflation des diplômes et insertion professionnelle des jeunes : situation des diplômés du secondaire professionnel et du cégep technique sur le marché de l’emploi”, in *Revue des Sciences de l’éducation*, 22 (1), pp. 47-72.
- LOMBARDO, Rosetta; LUCA, Guiliania; PASSARELLI, Giovanni (2012), “Field of Study and Transition into a Stable Job: The Case of a University in Southern Italy”, in *International Journal of Economics and Finance*, 4 (2), pp. 69-84.
- LORTIE, Dan (1959), “Laymen to lawmen: law school, careers and professional socializations”, *Harvard Educational Review*, 4, 352-369.
- MACHADO, Fernando Luís *et al.* (2003), “Classes sociais e estudantes universitários: origens, oportunidades e orientações”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 66, pp. 45-80.
- MACHADO, Fernando Luís; COSTA, António Firmino (1998), “Processos de uma modernidade inacabada: mudanças estruturais e mobilidade social”, in João Viegas e António Firmino da Costa (Eds.), *Portugal, que Modernidade?*, Oeiras, Celta Editora, pp. 17-44.
- MARQUES, Ana Paula (2006), *Entre o diploma e o emprego: a inserção profissional de jovens engenheiros*, Porto, Edições Afrontamento.
- MARTINS, Susana; MAURITTI, Rosário, COSTA, António Firmino (2007), *Higher education students: survey of socio economic conditions*, Lisboa, Directorate General of Higher Education.
- MAURITTI, Rosário (2000), *Estudantes universitários: trajetórias sociais e expectativas de inserção na vida ativa*, Tese de Mestrado, Lisboa, ISCTE.
- (2002), “Padrões de vida dos estudantes universitários nos processos de transição para a vida adulta”, *Sociologia, Problemas e Práticas*, 39, pp. 85-116.
- (2003), “Caracterização e origens sociais”, in João Ferreira de Almeida *et al.* (eds.), *Diversidade na Universidade*, Oeiras, Celta, pp. 13-30.
- NICOLE-DRANCOURT, Chantal, ROULLEAU-BERGER, Laurence (2001), *Les jeunes et le travail. 1995-2000*, Paris, PUF.
- (1995), *L’insertion des jeunes en France*, Paris, Presses Universitaires de France.
- NUNES, António Sedas (1968), “A população universitária portuguesa: uma análise preliminar”, *Análise Social*, 6 (22-23-24), pp. 295-386.
- OCDE (2011), *Education at a Glance 2011: OECD Indicators*, OECD Publishing.
- OLIVEIRA, Luísa; CARVALHO, Helena (2010), *Regulação e Mercado de trabalho*, Lisboa, Edições Sílabo.
- PASSERON, Jean-Claude (1979), “Democratization of higher education in Europe: a retrospective view”, *Prospects: Quarterly review of education*, 9 (1), pp. 43-53.
- PEDROSO, João, TRINCÃO, Catarina; DIAS, João Paulo (2001), *Percursos da informalização e da desjudicialização - por caminhos da reforma da administração da justiça*, Coimbra, Centro de Estudos Sociais.
- PEIXOTO, João (1989), “Alguns dados sobre o Ensino Superior em Portugal”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 27-28, pp. 167-188.
- PINHEIRO, Luísa (2014), *Diplomas e mercado de trabalho. Estudo de uma instituição do ensino superior politécnico*, Tese de doutoramento, Porto, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto.

SANTOS, Mónica (2016), “Inserção profissional dos licenciados em Direito: da formação académica ao acesso às profissões reguladas”, *Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Vol. XXXII, pp. 99 - 123

- PINTO, José Madureira (2002), “Factores de sucesso/insucesso”, in Conselho Nacional de Educação (org), *Sucesso e Insucesso no ensino superior Português, Série Seminários e Colóquios*, Lisboa, CNE, pp. 121-141.
- REBELO, Glória (2004), *Flexibilidade e precariedade no trabalho*, Lisboa, s/ed.
- ROSE, José (1996), “L’organisation des transitions professionnelles entre socialisation, mobilisation et recomposition des rapports de travail et d’emploi” *Sociologie du Travail*, 38(1), pp. 63-79.
- SANTOS, Boaventura Sousa (Coord.) (2006), *O recrutamento e a formação de magistrados; análise comparada dos sistemas em países da União Europeia*, Coimbra, Centro de Estudos Sociais, Observatório Permanente da Justiça Português.
- SANTOS, Mónica (2015) A inserção profissional dos diplomados em direito: das trajetórias profissionais às manifestações de identificação profissional. Tese de doutoramento, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- TAVARES, Orlanda (2013), “Routes towards portuguese higher education: students’preferred or feasible choices?”, in *Educational Research*, 55(1), pp. 99-110.
- TEICHLER, Ulrich (2009), *Higher education and the world of work : conceptual frameworks, comparative perspective, empirical findings*, Rotterdam, Sense Publishers.
- TEICHLER, Ulrich; KEHM, Barbara (1995), “Towards a new understanding of the relationships between higher education and employment”, in *European Journal of Education*, 30(2), pp. 115-132.
- VERNIERES, Michel (1997), *L’insertion professionnelle: analyses et débats*, Paris, Economica.
- VELOSO, Luisa, ESTEVINHA, Sérgio (2013), “Differentiation versus homogenisation of education systems in Europe: Political aims and welfare regimes”, *International Journal of Educational Research*, 62, pp. 187–198.
- VIEIRA, Maria Manuel (1995), “Transformação recente no campo do ensino superior, in *Análise Social*, 30 (131-132), pp. 315-373.
- VINCENS, Jean (1997), “L’insertion professionnelle des jeunes. À la recherche d’une definition conventionnelle”, in *Formation Emploi*, 60, pp. 21-36.
- (1998), “L’insertion professionnelle des jeunes. Quelques réflexions théoriques”, *Formation Emploi*, 61, pp. 59-72.

Mónica Santos. Instituto de Sociologia da Universidade do Porto (Porto, Portugal).
Endereço de correspondência: Via Panorâmica, s/n, 4150-564 Porto, Portugal. E-mail: mosantos@letras.up.pt

Artigo recebido em 8 de janeiro de 2016. Publicação aprovada em 25 julho de 2016

Narrativas acerca da formação de professores de Educação Física em contexto de prática supervisionada

Inês Cardoso

Faculdade de Desporto da Universidade do Porto
Centro de Investigação, Formação, Inovação e Intervenção em Desporto

Paula Batista

Faculdade de Desporto da Universidade do Porto
Centro de Investigação, Formação, Inovação e Intervenção em Desporto

Amândio Graça

Faculdade de Desporto da Universidade do Porto
Centro de Investigação, Formação, Inovação e Intervenção em Desporto

Resumo

Este estudo pretende captar o olhar interno de uma professora cooperante sobre a dinâmica da comunidade de prática na reconstrução da identidade profissional de três estagiários de Educação Física. Os autodiálogos registados em diário de bordo evidenciaram que a relação professora cooperante-estagiários requer alternância entre proximidade e distância, facilitando a conquista de uma autonomia crescente; e que a reconstrução do conhecimento prático integra as biografias individuais, o conhecimento construído na formação e as experiências práticas.

Palavras-chave: identidade transformadora; comunidade de prática; narrativas do *self*.

Narratives about Physical Education teacher education in practicum context

Abstract

This paper aims to capture the internal view of cooperating teacher about the reconstruction of the professional identity of three Physical Education preservice teachers. The selfdialogs reported in the logbook evidenced that the relationships require emotional balance between proximity and distance, making it easier to achievement of increased autonomy; and the reconstruction of the practical knowledge integrated the individual biographies, the knowledge construct in the initial teacher education, and the practice experiences.

Keywords: transformative identity; community of practice; narratives of self

*Narratives sur la formation d'enseignants d'Éducation Physique
en contexte de pratique supervisonnée*

Résumé

Cette étude porte sur le regard interne de l'enseignante coopérante sur la reconstruction de l'identité professionnelle de trois enseignants stagiaires d'Éducation Physique. Les autodiálogos rapportés dans le journal de bord ont montré que a relation enseignante coopérante/ stagiaires appelle à l'alternance entre proximité et éloignement, rendant plus facile la conquise d'une plus grande autonomie, et que la reconstruction de la connaissance pratique intègre les biographies individuelles, la connaissance construite pendant la formation et les expériences pratiques.

Mots-clés: identité transformatrice; communauté de pratique; narratives du *self*.

*Narrativas sobre la formación de profesores de Educación Física
en el contexto de la práctica supervisada*

Resumen

Este estudio intenta captar la mirada interna del maestro tutor en la dinámica de una comunidad de práctica en la reconstrucción de la identidad profesional de tres alumnos de Enseñanza de Educación Física. Los autodiálogos reportados en diario de a bordo han mostrado que la relación de cooperación profesores-alumnos requiere la alternancia entre proximidad y distancia, facilitando el logro de una mayor autonomía; y que la reconstrucción del conocimiento práctico integra las biografías individuales, el conocimiento constituido en la formación y las experiencias prácticas.

Palabras clave: identidad transformadora, comunidad de práctica, narrativas del *self*

Introdução

As teorias da identidade profissional deixaram de a ver como essência única, inalterável (eg. Akkerman e Meijer, 2011; Beauchamp e Thomas, 2009; Beijaard et al., 2004). No que respeita a identidade do professor, como sugere Gee (2001), não há resposta única para se ser reconhecido como um 'certo tipo' de professor num determinado contexto. A identidade do professor é múltipla, fluida, evolutiva, instável, relacional e, daí, fortemente influenciada pelos contextos socioculturais. Compreende transformações pessoais e profissionais (Beauchamp e Thomas, 2009) que, partilhadas em grupos de afinidade (Gee, 2001), promovem sentimentos de pertença (Wenger, 1998) e conduzem à (re)construção da identidade profissional (IP) individual e coletiva (Owens et al., 2010). Efetivamente, a agregação de pessoas

que partilham um propósito comum através de um envolvimento mútuo, de um empreendimento conjunto e de um reportório partilhado, constitui-se como um espaço de aprendizagem a que Wenger (1998) designou de comunidade de prática (CdP). É neste contexto que a identidade do professor se reconstrói, em resultado da negociação de significados atribuídos às situações do seu dia-a-dia, num processo “*mediated by their own experience in schools and outside of schools as well as their own beliefs and values about what it means to be a teacher and the type of teacher they aspire to be*” (Sachs, 2001: 154). Por essa razão, a (re)construção da identidade do professor é um processo dinâmico de (re)interpretação de experiências (Flores e Day, 2006), vividas em interação nos contextos de CdP, através de processos colaborativos de aprendizagem situada e de participação periférica legítima (Lave e Wenger, 1991; Wenger et al., 2002). De acordo com Wenger (1998: 162), “*Teachers’ professional identities are rich and complex because they are produced in a rich and complex set of relations of practice*”, o que necessita de ambientes onde se preze o respeito mútuo e a comunicação (Sachs, 2001), na partilha de um conhecimento prático¹. No caso concreto do estágio profissional, a experiência pode ganhar uma outra dimensão ao ser vivenciada em CdP, com espaço discursivo partilhado pelos estagiários e pelos formadores da escola cooperante e da faculdade que tutela a formação inicial (Looman, 2002). Se a faculdade e a escola procuram “tornar a prática mais consciente por meio da teoria” (Bento, 2014: 29), a orientação do estágio carece dum professor cooperante (PC) que seja simultaneamente autor, criador e investigador da prática (Alarcão, 2009; Dinkelman, 2011). Tal como refere Graça (2014: 61): “Aprender com a prática é difícil, ensinar a aprender com a prática carece ainda de muita teoria e de muita prática e de espaço dedicado para estudar e praticar”. Por essa razão, será necessário dedicar mais atenção ao modo como os PC se vêm a si próprios no seu local de trabalho (Dinkelman, 2011), às histórias que relatam acerca do modo como contribuem para a reconstrução da IP dos futuros professores e às ilações que daí se poderão tirar para a melhoria da formação profissional (Cohen, 2010). Os PC partilham as suas vivências e os significados que lhes atribuem através das suas narrativas ou autodiálogos (Sfard e Prusak, 2005), possibilitando, dessa forma, aceder às identidades dos intervenientes nessas mesmas narrativas. Assim, a (re)construção da IP dos estagiários poderá ser acedida recorrendo à análise das narrativas dos PC acerca do trabalho desenvolvido em contexto de CdP, nomeadamente através do que dizem ter feito e das decisões que

¹ Conhecimento prático: processo dinâmico resultante de ações colaborativas entre os formadores e os formandos no contexto de prática profissional. Trata-se de um processo construtivo, em que todos os envolvidos interiorizam a sua experiência de participação (Kelly, 2006).

dizem ter tomado. No entanto, é por escassez de pesquisa que, segundo Dinkelman (2011: 318), "*the standards that most inform what teacher educators actually do in their work with pre-service teachers tend to be largely internal and private*".

O presente estudo visa compreender a (re)construção da IP dos estagiários de um núcleo de estágio, através do olhar interno da PC, simultaneamente investigadora neste processo. A análise dos autodiálogos pretende responder às questões: a) quais as preocupações de atuação da PC como facilitadora do processo de formação dos estagiários? b) que transformações foram notadas nos estagiários em resultado das dinâmicas estabelecidas na Cdp?

1. A identidade do professor e a importância de se aprender a ser 'prático reflexivo' em Comunidade de Prática

A (re)configuração da identidade do professor é condicionada pelo contexto social onde nasce, cresce e se desenvolve (Clandinin et al., 2009), pela diversidade das experiências vividas (Flores e Day, 2006). Tratando-se de um processo simultaneamente biográfico e relacional, de reapropriação crítica das experiências vividas ao longo da vida (Dubar, 1997), a identidade do professor resulta da construção de um modo particular de se sentir professor, ao mesmo tempo que atribui sentido ao seu dia a dia. A complexidade de todo este trajeto exige do professor uma participação ativa, alicerçada em processos motivacionais de autoeficácia e de autoestima (Stets e Burke, 2000) que, por sua vez, requer um significativo investimento pessoal. Beijaard, Verloop e Vermunt (2000: 750) referem que: "*Teachers' perceptions of their own professional identity affect their efficacy and professional development as well as their ability and willingness to cope with educational change and to implement innovations in their own teaching practice*". Depreende-se que, para uma melhor compreensão da identidade docente, será necessário analisar as variações dos contextos de trabalho, atentando nos autodiálogos dos professores (Enyedy et al., 2006; Sfar e Prusak, 2005) e observando a relação dialética estabelecida entre a estrutura e a agência (Giddens, 1997; Macphail e Tannehill, 2012). Com efeito, os contextos de trabalho apresentam dinâmicas muito próprias, estreitamente relacionadas com a cultura institucional, cuja evolução está dependente da capacidade de agenciamento dos seus intervenientes e da maior ou menor resistência que lhes é oferecida pela instituição, enquanto estrutura. Se a cultura escolar influencia o comportamento dos professores, a capacidade de agenciamento dos professores, por sua vez, desafia essa mesma cultura, abrindo perspetivas para a sua transformação. Nesta relação de poder, entre a cultura instituída e a capacidade

de promover a mudança, o fator emocional desempenha um papel significativo, ao constituir-se como motor da autotransformação. Como defende Zembylas (2003: 229), "*a poststructuralist account of emotions and teacher identity brings to teachers' attention the relationship between emotion, identity and power, and moves teachers to engage in self-transformation*". As emoções desencadeiam práticas reflexivas que, ao promoverem a autotransformação e a consequente reconstrução identitária, permitem aos professores atuar sobre o contexto numa relação de influências recíprocas.

Numa visão pós-estruturalista, Gee (2001) desenvolveu quatro perspetivas identitárias - quatro formas interrelacionadas, úteis para pensar quem são e o que fazem os professores: a identidade natural (reportada ou justificada por atributos tidos como naturais); a identidade institucional (conferida pela posição que ocupa na instituição); a identidade discursiva (pelo modo como se posiciona e é individualmente posicionado pelos outros nas práticas discursivas); e a identidade de afinidade (por partilha de práticas e perspetivas com um grupo de afiliação). Note-se que as perspetivas discursiva e de afinidade permitem analisar a capacidade de agenciamento e a atitude pró-ativa, indispensáveis para produzir mudança (Collay, 2006; Larrivee, 2008). Por essa razão, tornam-se mais apropriadas para compreender a ação pedagógica e os momentos de prática reflexiva partilhada (Day, 2001) e para clarificar os aspetos mais significativos na reconstrução da IP dos futuros professores.

Tornar-se prático reflexivo (Graça, 2014; Schön, 1992) é compaginável com a intensificação da necessidade de individualização e de introspeção das práticas; com emergência da identidade como 'projeto reflexivo do *self*' (Giddens, 1997), consistente com a manutenção de uma crónica biográfica coerente, continuamente revisitada. Neste projeto reflexivo, cada sujeito trabalha para poder escolher conscientemente o seu próprio projeto de vida (enquanto participante ativo nos processos de interação social) e onde as práticas comunicacionais se revelam essenciais para o desenvolvimento da identidade (Callero, 2003). A questão relacional incorpora o individual no coletivo, o que se revela fundamental, não apenas para mobilizar a ação conjunta (Lopes, 2007), mas também para transformar a própria estrutura social. Esta ação transformadora não será efetiva se o professor não revelar capacidade de agenciamento que, sendo proporcional à capacidade de autorreflexão, será responsável pela autotransformação (Sachs, 2003; Zembylas, 2003). Assim, a formação deve encorajar os futuros professores a (re)interpretar as suas experiências, processo que passa pelo incentivo à prática reflexiva e inovadora (Flores e Day, 2006; Sachs, 2001).

Os formadores devem ser eles próprios práticos reflexivos, capazes de se manterem abertos a pontos de vista diferentes dos seus e a admitirem as suas próprias

insuficiências e afinidades (Larrivee 2008). A este propósito, Alarcão (2009: 120) defende que: "O supervisor não é aquele que faz, nem é aquele que manda fazer; é a pessoa que cria condições para que os professores pensem e ajam e façam isso de uma forma colaborativa, de uma forma crítica, indagadora, portanto, com um espírito de investigação, que é hoje absolutamente necessário". Valores como respeito, reciprocidade e colaboração servem o propósito comum de construir um conhecimento prático coletivo, que frutifica quando as condições de confiança estão instaladas e a natureza dinâmica do diálogo entre os participantes de uma comunidade os incentivem a acreditar nas suas capacidades (Mockler, 2005), a correr riscos (Giddens, 1997) e a desenvolver a sua capacidade de autodesenvolvimento reflexivo (Nóvoa, 1992).

Vários autores apontam o nível de reflexão como um indicador de desenvolvimento profissional (eg. Kelly, 2006; Korthagen e Vasalos, 2005; Zembylas, 2003). A profundidade da reflexão progride de um nível periférico para um nível concetual que tem por núcleo o sentido da missão do professor e a disposição dos fundamentos da própria identidade profissional (Korthagen e Vasalos, 2005).

Uma forma de aprofundar os níveis de reflexão é usar narrativas ou autodiálogos como meio de reinterpretar e reconfigurar positivamente as experiências vivenciadas (Clandinin *et al.*, 2006 e 2009; Enyedy *et al.*, 2006; Sfard e Prusak, 2005). As histórias aí trabalhadas são simultaneamente de âmbito pessoal e social: refletem tanto a história de vida, como o meio e os contextos em que o sujeito habita, e são, por isso, particularmente úteis para representar a riqueza das experiências humanas.

No campo específico da formação de professores, a análise das narrativas dos formadores poderá elucidar uma questão crítica da formação: como ajudar os estagiários a tornarem-se professores transformadores? Considerando os estagiários "*the most 'significant others' to provide meaning about what it means to be a teacher educator*" (Dinkelman, 2011: 321), importará aqui analisar, a partir da perspetiva dos atores implicados, as dinâmicas estabelecidas nas CdP, entre formadores e formandos; a oportunidade para estabelecer relações com os outros professores, com os alunos, com as famílias e com a cultura institucional; o espaço concedido à imaginação, à criatividade, à construção do conhecimento, à divergência e à contradição.

'Pensar narrativamente' (Clandinin *et al.*, 2009) o contexto de prática como um espaço de aprendizagem (re)configurado por histórias em permanente atualização pressupõe convocar a retrospectiva do passado e a projeção do futuro, olhar para trás

e olhar para diante, e dar conta de que nunca é definitivo aquilo que vemos numa e noutra direção. Os acontecimentos futuros, sempre diferentes dos que ocorreram no passado, atualizam e modificam as histórias que contamos e fazem com que as conceções do sujeito se alteram, o que é compatível com a ideia de aprendizagem.

2. Metodologia

A compreensão da influência dos contextos de estágio na reconstrução da identidade profissional dos estagiários pode ser acedida através da reinterpretação de narrativas e da sua forte componente emocional (Clandinin *et al.*, 2006; Enyedy *et al.*, 2006; Sfard e Prusak, 2005; Zembylas, 2003).

Atendendo ao propósito e à abordagem concetual do presente estudo, as narrativas escritas sob a forma de diário de bordo por uma PC (simultaneamente investigadora deste estudo) foram utilizadas no processo de desvelar as transformações ocorridas nos estagiários, bem como as ações da PC que terão contribuído para essas mesmas transformações.

Os dados recolhidos foram submetidos a uma análise de conteúdo. Nas palavras de Gibson e Brown (2009: 39): "*the 'narratives' through which people produce accounts of themselves, their lives and their actions are important for understanding social life itself*". Hall e Chambers (2012) argumentam que a análise das narrativas trata tanto de 'coisas escritas', como de ações e modos de ser, pelo que nunca é neutra ou ingénua. Neste estudo, a análise da narrativa assenta em três pressupostos fundamentais: a) a narrativa é ação; b) a ação é estruturalmente organizada; e c) a narrativa cria e mantém a realidade intersubjetiva (Peräkylä e Ruusuvaori, 2011).

2.1. Participantes

O grupo de participantes é constituído por uma PC e três estagiários pertencentes a um mesmo núcleo de estágio de Educação Física (EF) que, em conjunto com a orientadora da faculdade, se constituíram como uma CdP (Lave e Wenger, 1991; Wenger, 1998). Os estagiários aceitaram as condições do consentimento informado com salvaguarda da participação voluntária, da confidencialidade e anonimato, com uso de pseudónimos.

A PC contava com vinte e um anos de serviço no ensino público e reunia uma experiência de orientação de estágio de nove anos repartidos por duas instituições distintas, uma pública e uma privada. A sua atitude tem-se pautado por uma constante

preocupação com a sua formação, na procura de responder aos desafios que a profissão lhe coloca, designadamente na função de orientação que lhe proporcionou excelentes oportunidades de reflexão acerca do seu papel na formação de futuros professores.

Os estagiários, do género masculino, concluíram a licenciatura em duas instituições distintas, situação que em nada comprometeu o espírito de união e de entajuda que foi crescendo e se fortaleceu nas relações de autenticidade que se estabeleceram entre si e entre eles e a PC. O Pedro e o Jorge licenciaram-se numa instituição pública. O Pedro revelou-se confiante, frontal, assertivo com os alunos e colaborante com os colegas de estágio. Alguns dos desafios colocados pelo estágio foram a criação da incerteza, o abandono da zona de conforto e a exposição à crítica. O Jorge revelou falta de confiança em si próprio e medo de mostrar as suas fragilidades, o que o levou a procurar sistematicamente a informação de que necessitava junto da PC. Os principais desafios colocados pelo estágio foram o ganho de confiança, o aprofundamento da capacidade reflexiva, a capacidade de tomar decisões e a conquista de autonomia.

O Henrique licenciou-se numa instituição privada, revelou falta de confiança e reduzida capacidade argumentativa. O estágio desafiou-o a usar de frontalidade, a interiorizar os diferentes pontos de vista, a evoluir em termos de capacidade reflexiva e a mostrar-se mais confiante perante os alunos.

As dificuldades decorrentes de ser simultaneamente investigadora e participante na CdP foram enfrentadas através dum exercício de objetivação e uma atitude de vigilância crítica (Bardin, 2004), tendo em conta os objetivos do estudo e o quadro teórico da investigação.

2.2. O diário de bordo da professora cooperante

O material para análise provém do diário de bordo da PC, onde são narradas as histórias vivenciadas no seu dia-a-dia durante a sua participação na CdP, onde se incluem: a sua perceção face à evolução dos estagiários, não só no que diz respeito à dimensão cognitiva, mas sobretudo no que se refere à dimensão relacional e emocional; as decisões que tomou tendo em conta a sua perceção e o seu conhecimento prático; o seu dilema face ao equilíbrio que pretendeu criar entre a facilitação e o desafio; a sua preocupação com a integração do conhecimento produzido na escola e na faculdade; e a sua perceção acerca das transformações de cada estagiário.

A visão privilegiada da posição de PC permite à investigadora aceder a um nível mais íntimo e aprofundado da experiência de estágio e reinterpretar as histórias dos participantes de forma mais contextualizada e mais holística. Sparkes (2000) destaca

a utilização crescente das autoetnografias, ou narrativas do *self*, baseadas nas próprias experiências do investigador, em estudos do domínio do desporto. Segundo Hopper et al. (2008: 223) "*by placing the self as the other in the text, the autoethnographer offers their personal perspective, their emotional and embodied experience as an account of a social phenomenon*". Deste modo, os textos autobiográficos convidam a uma visão pós-estruturalista que coloca em evidência a co-construção de significados entre o autor (narrador informado) e o leitor, ativamente implicado em pôr algo de si na interpretação dos significados do texto (Hopper et al., 2008).

2.3. Procedimentos de análise

As narrativas são, nas palavras de Gibson e Brown (2009: 39), "*a way of making 'order' out of 'disorder'*". São os processos de autorreflexão que promovem a organização do pensamento no momento de escrever as narrativas e, ao serem posteriormente substituídos por processos de *bricolage* durante a sua análise, permitem atribuir significado a toda a informação recolhida. Como referem Denzin e Lincoln (1998: 4), "*the product of bricoleur's labor is a bricolage, a complex, dense, reflexive, collage like creation that represents the researcher's images, understandings and interpretations of the world or phenomenon under analysis*". Este processo de *bricolage* foi suportado pelo *software* de análise qualitativa NVivo 9, que facilitou a análise e interpretação dos resultados através dos procedimentos de análise de conteúdo (Bardin, 2004).

Inicialmente, foram estabelecidas *a priori* duas categorias: a) preocupações de atuação da PC e b) transformações notadas nos estagiários. O material classificado dentro de cada categoria foi codificado em função dos significados que foram emergindo por recurso a um processo de comparação constante. De acordo com a argumentação de Andrews (2008: 98), "*changes in our individual life circumstances provide us with opportunities to see new layers of meaning in our data. These subsequent interpretations and re-interpretations should not always be regarded as supplanting earlier understandings, but rather as possibly complementing them, a picture taken from a different angle as it were*". As (re)interpretações feitas pela PC resultaram na subdivisão das duas categorias em temas que permitiram organizar a apresentação dos resultados e a sua discussão. Assim, as preocupações de atuação da PC integram os temas "entre a proximidade e a distância" e "a gestão das emoções". Já as transformações notadas nos estagiários integram os temas "a capacidade de tomar decisões" e "o aprofundamento dos níveis de reflexão".

A análise de conteúdo realizada permitiu inferir acerca da influência do processo formativo na (re)construção da identidade profissional dos formandos ao emergirem como ‘professores transformadores’ (Sachs, 2003).

3. Preocupações de atuação da professora cooperante

3.1. Entre a proximidade e a distância

O perfil distinto dos estagiários, em resultado de percursos formativos díspares, de características pessoais e de ritmos de aprendizagem peculiares, requeriam da PC uma atuação que atendesse às diferenças e promovesse interações positivas entre os membros da CdP no contexto concreto da ação:

“Disse-lhe que o meu papel é ‘facilitar-lhe a vida’ e ajudá-lo a desenvolver-se profissionalmente. Mas para isso é necessário que ele deixe de se colocar na defensiva. É necessário que coloque as suas dúvidas, que exponha os seus pontos de vista, que assuma que erra... O Jorge agradeceu-me os conselhos e acrescentou: ‘O mais incrível é que eu sei que tem razão. Sempre fui assim e não consigo mudar. Vou-me esforçar mais’” (DB/p.68).

Nas dinâmicas estabelecidas em CdP, o conceito de participação periférica legítima de Lave e Wenger (1991) marcou presença desde os primeiros passos, para ajudar os estagiários - os *newcomers* – a progredir no sentido da participação plena na CdP. A tomada de consciência das necessidades individuais (autoconsciência) e a aceitação da colaboração (autoaceitação) são requisitos para promover o sentido de autenticidade (Condon, 2005) e a vontade de superação.

“Parece que o Jorge está sempre à procura das palavras certas, revelando pouco à-vontade, ao contrário do Pedro e do Henrique, que se mostram tal como são, brincam um com o outro, mas, simultaneamente, refletem no momento e assumem quando não têm opinião por não terem ainda pensado num qualquer assunto. O Jorge tem medo de mostrar as suas fragilidades, e assim sendo, é mais difícil ajudá-lo a ultrapassá-las” (DB/p.86).

A superação das dificuldades carece do envolvimento de todos os membros da CdP, alicerçado na construção de um clima de confiança (Gómez, 1992), no estabelecimento de ‘afinidades emocionais’ (Zembylas, 2003), na conjugação de esforços colaborativos que reúnam “potencialidades plurais de crescimento quer a nível individual e afetivo, quer a nível social e profissional” (Alves, 2008: 137).

As aulas da PC observadas pelos estagiários e, posteriormente, discutidas são deliberadamente utilizadas como matéria de aprendizagem e de concretização de conceitos: “Tive o cuidado de lecionar a mesma modalidade que os estagiários, tendo em vista dar exemplos concretos, pelo menos nesta fase inicial. Por vezes sinto que as minhas explicações acerca da forma como devem atuar nas aulas não é suficiente e então adapto as minhas aulas para realizar as mesmas situações e mostrar aquilo que tinha dito” (DB/p.13).

É indispensável ajudar os estagiários a lidar com a sua nova situação, apoiá-los na aprendizagem situada dos requisitos da prática (Collins *et al.*, 1989; Lave e Wenger, 1991; Wood *et al.*, 1976). Este apoio, metaforicamente designado de *scaffolding*, “requires shared understanding among participants in the learning situation.(...) This shared understanding, called intersubjectivity, is constantly negotiated in our everyday lives, helping in the process of bridging between the known and the new in communication” (Dennen, 2004: 816). O termo *scaffolding* foi utilizado por Wood e seus colegas (1976) para descrever o processo de formação que permite ao formando resolver um problema ou concretizar um objetivo que, num determinado momento, vai para além das suas capacidades. É por essa razão que é sugestivamente conhecido por ‘andaime’, ou seja, está diretamente relacionado com o modo como o PC contribui para o referido “*process of bridging*” ao diminuir a distância entre o nível de desenvolvimento atual e o nível de desenvolvimento potencial dos estagiários (Vygotsky, 1978). Estes acedem a uma nova aprendizagem através do seu potencial para aprender, mas também através do suporte dado pelo PC para os ajudar a percorrer esse trajeto (zona de desenvolvimento proximal).

À medida que os estagiários conquistam a sua autonomia, dá-se o afastamento gradual, ou decréscimo da intensidade de apoio, processo que Collins e seus colegas (1989: 22) consideraram ser uma medida de *fading*: “*gradual removal of supports until students are on their own*”. O momento em que a PC pôs termo às reuniões semanais, onde se discutiam os planos de aula para a semana seguinte e se criava espaço para corrigir e melhorar tudo o que tivesse sido pensado previamente, constitui um exemplo das referidas medidas:

“Informei os estagiários de que chegou o momento [16/2] de eu deixar de analisar os planos de aula antes das aulas propriamente ditas. Eles levam os planos para as aulas e eu verifico-os durante as mesmas. Isto porque acredito nas suas capacidades e tenho a certeza de que o nível de autonomia por eles desenvolvido me permite atuar desta forma. Além disso, quero que eles sintam a responsabilidade de planear sem a segurança da minha verificação” (DB/p.70).

Estas reuniões, fundamentais numa fase inicial do processo formativo, se persistirem no tempo, podem gerar acomodação e debilitar o espaço de exercício da iniciativa e ação autónoma. A atitude tomada pela PC é crucial para o desenvolvimento da autoconfiança e da autoestima (Stets e Burke, 2000) que sustentam o sentido de pertença à profissão (Batista e Queirós, 2013).

3.2. A gestão das emoções

É grande a preocupação da PC com a gestão das emoções necessária para desafiar e apoiar os estagiários na conquista da já referida autonomia. De entre os *oldtimers*, o PC é, por inerência, o membro que mantém uma maior proximidade com os *newcomers*, que acompanha de perto as suas alegrias e as suas angústias, que tem a incumbência de ajudar cada estagiário a ultrapassar as suas dificuldades concretas e a encontrar conscientemente, o seu lugar, o seu espaço de agência, o seu caminho de entre vários possíveis. Ao serem confrontados com a prática profissional, os estagiários tendem a manter-se na zona de conforto evitando tomar decisões. É aqui que o PC se pode revelar como catalisador de crescimento, indo além da colaboração confortável, levando os estagiários a tomar decisões pedagogicamente fundamentadas, com recurso à indagação reflexiva (Marcelo, 1992), equacionando com eles possibilidades alternativas de resolução dos problemas emergentes, inspirando neles confiança nas suas próprias capacidades.

“Custou-me não lhe dizer o que pensava, até porque acabava de vez com aquele nervosismo e deixava-o mais tranquilo. Mas a minha função é, entre outras, ajudá-lo a aprender a tomar decisões e a assumi-las, mesmo que não tenham sido as mais acertadas ... No final da aula expliquei-lhe a minha posição ao não responder à questão por ele colocada e disse-lhe que não tinha que ter medo de tomar decisões porque ele era capaz e prova disso foi que hoje tomou a decisão acertada. O Jorge manteve-se por minutos em silêncio” (DB/p.75).

A componente emocional que sobressai da leitura da narrativa anterior é indispensável à criação de um espírito colaborativo (Berger e Luckmann, 2004; Day et al., 2006; Flores e Day, 2006; Zembylas, 2003), em que ambos, PC e estagiário, encontram um equilíbrio entre a vontade de resolver a situação pela via mais fácil e a consciência de que é necessário arriscar para evoluir (Clandinin et al., 2009; Giddens, 1997). Quando o estagiário se vê obrigado a decidir perante o inesperado, interioriza o raciocínio que esteve na base da tomada de decisão e envolve-se muito mais com o processo, o que lhe permite enriquecer o conhecimento estratégico e ganhar autonomia (Gómez, 1992; Marcelo, 1992).

4. Transformações notadas nos estagiários

4.1. A capacidade de tomar decisões

Ao longo do estágio, a PC foi notando transformações nos estagiários, nomeadamente ao nível da capacidade de tomar decisões e ao nível do aprofundamento dos níveis de reflexão, que resultaram na interiorização de uma atitude pró-ativa. No início do estágio profissional, as transformações dão-se ao nível da capacidade de tomar decisões acerca de questões essenciais como a gestão e o relacionamento com os alunos:

“O Henrique ajustou bem a organização da aula aos alunos que estiveram disponíveis para a fazer e atribuiu tarefas aos alunos dispensados. Exemplificou o exercício da chamada para o remate e explicou-o com clareza, focando os pontos críticos. Manteve os alunos sentados enquanto explicava/exemplificava os exercícios, e dispostos em semicírculo para que todos observassem atentamente. Utilizou um tom de voz mais ‘amigável’ e menos irónico. Está por isso a fazer grandes progressos” (DB/p.17).

Após a fase inicial, e à medida que os estagiários vão ganhando confiança nas suas capacidades, vão também revelando outras iniciativas, por vezes com rasgos de imaginação e de criatividade (Clandinin *et al.*, 2009), tal como se pode constatar no exemplo seguinte de uma aula de judo:

“Em conversa anterior tínhamos combinado que os alunos escolheriam uma técnica de imobilização e outra de projeção para a realização da avaliação sumativa. No entanto, antes de iniciar a aula o Henrique fez uma sugestão muito interessante: os alunos fariam a técnica que lhes saísse por sorteio em vez de escolherem. Deste modo, teriam que se envolver da mesma forma em todas as técnicas aprendidas e não apenas naquelas que escolhessem. Penso que foi uma boa sugestão. O Henrique vai sempre pensando na melhor forma de atuar ...Gosto da sua atitude” (DB/pp.93-94).

4.2. O aprofundamento dos níveis de reflexão

Uma vez que a capacidade de decisão individual se encontra fortemente interrelacionada com o nível de conhecimento prático, que se alicerça nas biografias pessoais, nas experiências formativas anteriores e, agora, em (re)construção através do trabalho colaborativo que se desenvolve na CdP, onde a interiorização da experiência de participação acontece (Kelly, 2006), torna-se necessário chamar, mobilizar e pôr em perspetiva as memórias e as experiências passadas dos estagiários para que,

a partir delas, possam conceber e esboçar a ação futura (Sfard e Prusak, 2005). A importância destas dinâmicas é igualmente partilhada por Collay (2006: 142), para quem a identidade profissional "*is rooted in personal life story and experience, and the excavation of those roots must be deliberate and ongoing.*" No sentido de promover a capacidade reflexiva dos estagiários, facilitando a tomada de consciência do significado que atribuem à profissão docente, a PC despoletou uma discussão conjunta acerca do significado atribuído ao 'desenvolvimento profissional', apelando aos estagiários que se posicionassem relativamente ao tipo de professor (Gee, 2001) que ambicionavam ser e ao modo como pretendiam continuar a evoluir no futuro:

"Irão continuar a procurar formação para dar resposta aos novos desafios colocados pelas escolas? O Pedro interveio dizendo 'mas eu sei lá se vou poder fazer formação naquilo de que vier a necessitar? Mesmo que exista, não sei se vou dispor de tempo para o fazer'. Fi-los então pensar sobre os professores que mais os tinham marcado durante o seu percurso no ensino básico e no ensino secundário, quer positiva, quer negativamente. O Henrique mencionou alguns exemplos negativos... Perguntei então se era esse o tipo de professores que eles queriam ser. Fez-se silêncio" (DB/p.35).

O episódio relatado anteriormente revela ainda as raízes da inércia na incorporação de uma perspetiva de aprendizagem permanente que requer transformações mais profundas ao nível da missão do professor e da própria identidade profissional (Korthagen e Vasalos, 2005). Dificilmente essa mudança de perspetiva acontecerá sem que haja vontade individual e sem que as escolas abracem condições promotoras do trabalho colaborativo. De acordo com Day (2001), as organizações de aprendizagem (como é o caso das CdP) investem numa cultura de equipa suportada por um clima de apoio emocional, proporcionam a melhoria da qualidade do pensamento e promovem o aprofundamento dos níveis de reflexão. Nestas culturas, a prática reflexiva começa por ser entendida como uma exigência do processo formativo até que se torne uma prática espontânea e gratificante (Condon, 2005), criando-se assim hábitos de prática reflexiva partilhada (Cardoso et al., 2014; Day, 2001). Para Schön (1992), o objetivo da prática reflexiva é permitir que o sujeito se torne autónomo na tomada de decisão, numa contínua aprendizagem com a experiência, reconfigurada através da reflexão, desde a visão dos problemas como algo que deve ser tratado até os ver como oportunidades de promoção da autorreflexão e de novas possibilidades emergentes.

Os benefícios da prática reflexiva serão tão mais significativos para os estagiários quanto mais lhes permitirem incorporar códigos de conduta e prosperar

a sua ação. O apelo à reflexão e o incentivo ao seu aprofundamento podem ser observados na seguinte sequência de excertos: o primeiro revela o apelo da PC para que o estagiário deixe de se centrar em eventos isolados e em comentários genéricos dos episódios de ensino; o segundo ilustra o reforço positivo da PC ao modo como as considerações teóricas do estagiário complementaram as suas ações práticas; o terceiro evidencia as preocupações éticas e sociais do estagiário relativamente às consequências da sua intervenção em contexto de sala de aula.

"... não há necessidade de fazer uma descrição sequencial dos exercícios nem de referir sistematicamente '*decorreu normalmente*'. É necessário dizer que decisões tomou e qual o efeito dessas decisões. Deverá indicar o que não resultou e porquê, propondo uma solução para a aula seguinte" (DB/p.24).

"Quanto à sua aula, encadeou os comentários dos colegas com os seus justificando os seus pontos de vista nos casos em que não estavam de acordo. Gostei da forma como ele utilizou a informação dos colegas e a integrou na sua opinião, argumentando consistentemente" (DB/p.91).

"Os objetivos foram totalmente cumpridos, quer o objetivo estratégico do projeto educativo "*Criar ambientes de aprendizagem estimulantes e incentivar à construção de um projeto de vida e ao desenvolvimento de hábitos saudáveis para exercer plenamente a cidadania*", quer o objetivo específico da atividade "*Proporcionar aos alunos o encontro com dois atletas Olímpicos, nas modalidades de Atletismo e Natação, e de um campeão nacional de Triatlo, que falarão sobre a sua experiência em competições de grande prestígio a nível mundial, conciliando com o seu percurso académico*". O relato de experiências de vida que transmitam a ideia de que é possível conciliar a prática desportiva intensa com a obtenção de bons resultados escolares, através do cumprimento de regras, da autodisciplina e da definição de objetivos foi benéfico para a reflexão dos alunos acerca das suas ambições e projetos de vida" (DB/p.64).

A importância dada ao reforço positivo (Korthagen e Vasalos, 2005) e o respeito pelos diferentes ritmos de aprendizagem dos estagiários (Mockler, 2005) na sua progressão de uma posição mais periférica para uma posição mais central (Lave e Wenger, 1991), bem como as medidas de *scaffolding* e de *fading* disponibilizadas pelos *oldtimers*, ter-se-ão revelado fundamentais para que os estagiários arriscassem em medidas que apelassem à sua subjetividade (Larrivee, 2008; Zembylas, 2003), expressas em práticas criativas e no desenvolvimento de uma identidade profissional ativa e transformadora (Mockler, 2005; Sachs, 2003). No entanto, nenhuma das medidas implementadas teria surtido o efeito desejado sem o envolvimento e a

vontade dos estagiários, nem sem a sua interação com o meio (Callero, 2003), facilitada pela PC e pela orientadora da faculdade numa articulação crescente entre a instituição superior e a escola. De facto, ambas as instituições têm congregado esforços no sentido de dar maior consistência à formação de novos profissionais no campo da EF. O testemunho pessoal de Reina (2013: 87) acerca da sua experiência como ex-PC retrata a referida articulação: “Esta ponte estabelecida entre a faculdade e as escolas foi muito enriquecedora para todos. Constituiu um desafio pessoal, pois levou-me a uma atitude de inconformismo, de atualização permanente, de inquietação e responsabilidade, contribuindo para me tornar uma professora muito mais reflexiva, que passou a olhar para a questão do ensino da EF de uma forma mais organizada, planificada e inovadora”. Quando se reúnem esforços no sentido de alcançar objetivos comuns, as possibilidades de co-construção do conhecimento prático tornam-se mais evidentes, traduzindo-se na reconfiguração da IP. No entanto, e segundo Clandinin e colegas (2009), os espaços de formação apenas se constituirão como espaços abertos à transformação se permitirem que formadores e formandos reinterpretem as suas histórias e ‘pensem narrativamente’. Desta forma, tornar-se-á mais fácil entender o contexto de prática como um espaço de aprendizagem cujas histórias se encontram em permanente mudança, ideia compatível com o carácter dinâmico e evolutivo da própria identidade.

Conclusões

A formação de professores encontra terreno fértil para a construção da identidade profissional em contextos reais de exercício da função docente que promovam relações autênticas entre os membros da CdP, que resultem em interações positivas envoltas em ‘afinidades emocionais’.

O respeito pelos diferentes ritmos evolutivos exige que se faça uma gestão criteriosa das medidas de *scaffolding* e de *fading*, de aumento e diminuição de apoio instrucional, que pode ir da concretização prática de conceitos exemplificados nas aulas da PC, à suspensão do apoio à preparação da prática letiva, quando a PC sentir que os estagiários se estão a acomodar a esse suporte.

O equilíbrio entre proximidade e distância na gestão do apoio emocional estabelece-se na tensão entre a vontade de facilitar a vida aos estagiários e a necessidade de os desafiar a saírem da zona de conforto e a correrem os riscos necessários para tomarem decisões perante o (in)esperado. O ‘jogo emocional’ que a PC deverá controlar e desenvolver: controlar, ao preocupar-se com o sucesso da experiência

de estágio nos planos pessoal e profissional; desenvolver, ao perseguir o objetivo de que os estagiários se tornem profissionais competentes, pró-ativos e empenhados na democratização da estrutura social das comunidades em que participam, ao contribuírem para o desenvolvimento integral de todos os alunos, formando cidadãos para o mundo, que se pretende equitativo.

As transformações notadas nos estagiários manifestaram-se na qualidade das iniciativas e decisões tomadas, no aprofundamento da autonomia e dos níveis de reflexão. Uma IP ativa e transformadora, necessária a uma prática criativa, depende da consistência do processo transformativo da CdP, do envolvimento dos estagiários e do reforço positivo da PC, do espaço e do apoio que disponibiliza, tendo em conta o respeito pelos ritmos individuais.

A conquista de autonomia e o movimento centrípeto dos estagiários para a participação plena na CdP pressupõem a reestruturação do pensamento do grupo e o enriquecimento do conhecimento prático, através da integração das biografias individuais, do conhecimento construído durante a formação inicial e das experiências vivenciadas no exercício da prática. A partilha de diferentes opiniões, de atribuição de significado à experiência e a crescente articulação entre a faculdade e a escola fortalecem o sentimento de pertença à profissão e a reconstrução positiva da identidade profissional.

A opção metodológica pela análise do diário de bordo da PC pôs em evidência o caráter dinâmico e evolutivo da reconstrução da IP dos estagiários, ao mesmo tempo que se revelou como um poderoso instrumento de reflexão sobre a atuação da PC, as suas preocupações e os seus esforços para ajudar os estagiários e crescer como profissionais transformadores.

Explorando o potencial das narrativas, a sua natureza mutável e moldável das (pelas) experiências passadas e perspectivas de futuro, seria interessante contemplar novas possibilidades de investigação centradas sobre o desenvolvimento da IP do próprio PC, sobre a constituição de CdP à escala dos grupos disciplinares, dos conselhos de turma, de grupos interdisciplinares de supervisão partilhada, de grupos de afiliação informais, ou da escola no seu todo.

Referências bibliográficas

AKKERMAN, Sanne; MEIJER, Paulien (2011), "A dialogical approach to conceptualizing teacher identity", *Teaching and Teacher Education*, vol. 27 (2), pp. 308-319.

CARDOSO, Inês; BATISTA, Paula; GRAÇA, Amândio (2016), "Narrativas acerca da formação de professores de Educação Física em contexto de prática supervisionada", *Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Vol. XXXII, pp. 125 - 145

ALARCÃO, Isabel (2009), "Formação e Supervisão de Professores: uma nova abrangência", *Sísifo. Revista de Ciências da Educação*, (8), pp. 119-127.

ALVES, Alexandra (2008), *A Supervisão Pedagógica: da interação à construção de Identidades Profissionais - estudo de caso*, Tese de Mestrado, Lisboa, Departamento de Ciências da Educação - Universidade Aberta.

ANDREWS, Molly (2008), "Never the last word: Revisiting data", in Molly Andrews; Corinne Squire; Maria Tamboukou (org.), *Doing Narrative Research*, London, SAGE, pp. 86-101.

BARDIN, Laurence (2004), *Análise de conteúdo*, Lisboa, Edições 70 (3ª ed.).

BATISTA, Paula; QUEIRÓS, Paula (2013), "O estágio profissional enquanto espaço de formação profissional", in Paula Batista, Paula Queirós e Ramiro Rolim (org.), *Olhares sobre o Estágio Profissional em Educação Física*, Porto, FADEUP, pp. 33-52.

BEAUCHAMP, Catherine; THOMAS, Lynn (2009), "Understanding teacher identity: an overview of issues in the literature and implications for teacher education", *Journal of Education*, 39 (2), pp. 175-189.

BEIJAARD, Douwe; VERLOOP, Nico; VERMUNT, Jan (2000), "Teachers' perceptions of professional identity: an exploratory study from a personal knowledge perspective", *Teaching and Teacher Education*, vol. 16 (7), pp. 749-764.

BEIJAARD, Douwe; MEIJER, Paulien; VERLOOP, Nico (2004), "Reconsidering research on teachers' professional identity", *Teaching and Teacher Education*, vol. 20 (2), pp. 107-128.

BENTO, Jorge (2014), "Teoria-prática: uma Relação Múltipla", in Isabel Mesquita e Jorge Bento (org.), *Professor de Educação Física: Fundar e dignificar a profissão*, Porto, Editora FADEUP.

BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas (2004), *A Construção Social da Realidade: Um livro sobre a sociologia do conhecimento*, Lisboa, Dinalivro (2ª ed.).

CALLERO, Peter (2003), "The Sociology of the Self", *Annual Review of Sociology*, vol. 29 (1), pp. 115-133.

CARDOSO, Inês; BATISTA, Paula; GRAÇA, Amândio (2014), "Aprender a ser professor em comunidade de prática: Um estudo com estudantes estagiários de Educação Física", in Paula Batista; Amândio Graça; Paula Queirós (org.), *O estágio profissional na (re)construção da identidade profissional em Educação Física*, Porto, FADEUP, pp. 181-207.

CLANDININ, Jean; DOWNEY, Aiden; HUBER, Janice (2009), "Attending to changing landscapes: Shaping the interwoven identities of teachers and teacher educators", *Asia-Pacific Journal of Teacher Education*, vol. 37 (2), pp. 141-154.

CLANDININ, Jean, et al. (2006), *Composing Diverse Identities: Narrative Inquiries into the Interwoven Lives of Children and Teachers*, New York, Routledge.

COHEN, Jennifer (2010), "Getting recognised: Teachers negotiating professional identities as learners through talk", *Teaching and Teacher Education*, vol. 26 (3), pp. 473-481.

COLLAY, Michelle (2006), "Discerning Professional Identity and Becoming Bold, Socially Responsible Teacher-Leaders", *Educational Leadership and Administration: Teaching and Program Development*, vol. 18, pp. 131-146.

COLLINS, Allan; BROWN, John Seely; NEWMAN, Susan (1989), "Cognitive apprenticeship: Teaching the crafts of reading, writing, and mathematics", in Lauren B. Resnick (org.), *Knowing, learning, and instruction: Essays in honor of Robert Glaser*, Hillsdale, Lawrence Erlbaum Associates, Inc, pp. 453-494.

CONDON, Lisa (2005), *Facilitating professional development: An application of Buddhist and psychoanalytic concepts*, Tese de Doctor of Psychology, Keene, New Hampshire, Department of Clinical Psychology - Antioch New England Graduate School.

DAY, Christopher (2001), *Desenvolvimento profissional de professores: os desafios da aprendizagem permanente*, Porto, Porto Editora.

CARDOSO, Inês; BATISTA, Paula; GRAÇA, Amândio (2016), "Narrativas acerca da formação de professores de Educação Física em contexto de prática supervisionada", *Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Vol. XXXII, pp. 125 - 145

- DAY, Christopher, et al. (2006), "The personal and professional selves of teachers: stable and unstable identities", *British Educational Research Journal*, vol. 32 (4), pp. 601-616.
- DENNEN, Vanessa Paz (2004), "Cognitive Apprenticeship in Educational Practice: Research on Scaffolding, Modeling, Mentoring, and Coaching as Instructional Strategies", in David H. Jonassen (org.), *Handbook of Research on Educational Communications and Technology*, Mahwah, Lawrence Erlbaum Associates Publishers, pp. 813-828 (2nd ed.).
- DENZIN, Norman; LINCOLN, Yvonna (1998), *Strategies of qualitative inquiry*, Thousand Oaks, Sage Publications.
- DINKELMAN, Todd (2011), "Forming a Teacher Educator Identity: uncertain standards, practice and relationships", *Journal of Education for Teaching: International Research and Pedagogy*, vol. 37 (3), pp. 309-323.
- DUBAR, Claude (1997), *A Socialização: Construção das Identidades Sociais e Profissionais*, Porto, Porto Editora.
- ENYEDY, Noel; GOLDBERG, Jennifer; WELSH, Kate Muir (2006), "Complex dilemmas of identity and practice", *Science Education*, vol. 90 (1), pp. 68-93.
- FLORES, Maria; DAY, Christopher (2006), "Contexts which shape and reshape new teachers' identities: a multi-perspective study", *Teaching and Teacher Education*, vol. 22, pp. 219-232.
- GEE, James (2001), "Identity as an Analytic Lens for Research in Education", *Review of Research in Education*, vol. 25, pp. 99-125.
- GIBSON, William; BROWN, Andrew (2009), *Working with qualitative data*, London, SAGE.
- GIDDENS, Anthony (1997), *Modernidade e Identidade Pessoal*, Oeiras, Celta Editora (2ª ed.).
- GÓMEZ, Angel (1992), "O pensamento prático do professor: a formação do professor como profissional reflexivo", in António Nóvoa (org.), *Os Professores e a sua Formação*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, pp. 93-114.
- GRAÇA, Amândio (2014), "A construção da Identidade Profissional em tempos de incerteza", in Paula Batista, Amândio Graça e Paula Queirós (org.), *O estágio profissional na (re)construção da identidade profissional em Educação Física*, Porto, FADEUP, pp. 43-65.
- HALL, Kathy; CHAMBERS, Fiona (2012), "Discours e analysis and the beginner researcher", in K. Armour e D. Macdonald (org.), *Research methods in physical education and youth sport*, London, Routledge, pp. 295-306.
- HOPPER, Tim, et al. (2008), "Multiple Voices in Health, Sport, Recreation, and Physical Education Research: Revealing Unfamiliar Spaces in a Polyvocal Review of Qualitative Research Genres", *Quest*, vol. 60, pp. 214-235.
- KELLY, Peter (2006), "What is teacher learning? A socio-cultural perspective", *Oxford Review of Education*, vol. 32 (4), pp. 505-519.
- KORTHAGEN, Fred; VASALOS, Angelo (2005), "Levels in reflection: core reflection as a means to enhance professional growth", *Teachers and Teaching: theory and practice*, vol. 11 (1), pp. 47-71.
- LARRIVEE, Barbara (2008), "Meeting the Challenge of Preparing Reflective Practitioners", *New Educator*, vol. 4 (2), pp. 87-106.
- LAVE, Jean; WENGER, Etienne (1991), *Situated Learning: Legitimate Peripheral Participation*, New York, Cambridge University Press.
- LOOMAN, Mary (2002), *The supervisor-trainee relationship: Complementarity and professional identity development in supervision dyads*, Tese de Doctor of Philosophy in Psychology, California, Fielding Graduate Institute.
- LOPES, Amélia (2007), "La construcción de identidades docentes como constructo de estrutura y dinámica sistémicas: argumentación y virtualidades teóricas y prácticas", *Profesorado. Revista de curriculum y*

CARDOSO, Inês; BATISTA, Paula; GRAÇA, Amândio (2016), "Narrativas acerca da formação de professores de Educação Física em contexto de prática supervisionada", *Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Vol. XXXII, pp. 125 - 145

formación del profesorado, vol. 11 (3), pp. 1-25.

MACPHAIL, Ann; TANNEHILL, Deborah (2012), "Helping Pre-Service and Beginning Teachers Examine and Reframe Assumptions About Themselves as Teachers and Change Agents: "Who is Going to Listen to You Anyway?""", *Quest*, vol. 64 (4), pp. 299-312.

MARCELO, Carlos (1992), "A formação de professores: novas perspetivas baseadas na investigação sobre o pensamento do professor", in António Nóvoa (org.), *Os Professores e a sua Formação*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, pp. 51-76.

MOCKLER, Nicole (2005), "Trans/forming Teachers: New Professional Learning and Transformative Teacher Professionalism", *Journal of In-service Education*, vol. 31 (4), pp. 733-746.

NÓVOA, António (1992), "Formação de professores e profissão docente", in António Nóvoa (org.), *Os Professores e a sua Formação*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, pp. 13-33.

OWENS, Timothy; ROBINSON, Dawn; SMITH-LOVIN, Lynn (2010), "Three faces of identity", *Annual Review of Sociology*, vol. 36, pp. 477-499.

PERÄKYLÄ, Anssi; RUUSUVUORI, Johanna (2011), "Analyzing talk and text", in Norman K. Denzin e Yvonna S. Lincoln (org.), *The Sage Handbook of qualitative Research*, London, SAGE, pp. 529-543.

REINA, Manuela (2013), "Ser Professor Cooperante: em modo de despedida...", in Paula Batista, Paula Queirós e Ramiro Rolim (org.), *Olhares sobre o Estágio Profissional em Educação Física*, Porto, Editora FADEUP.

SACHS, Judith (2001), "Teacher professional identity: competing discourses, competing outcomes", *Journal of Education Policy*, vol. 16 (2), pp. 148-161.

--- (2003), *The activist teaching profession*, Maidenhead, Open University Press.

SCHÖN, Donald (1992), "Formar professores como profissionais reflexivos", in António Nóvoa (org.), *Os Professores e a sua Formação*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, pp. 77-91.

SFARD, Anna; PRUSAK, Anna (2005), "Telling identities: In search of an analytic tool for investigating learning as a culturally shaped activity", *Educational Researcher*, vol. 34 (4), pp. 14-22.

SPARKES, Andrew (2000), "Autoethnography and Narratives of Self: Reflections on Criteria in Action", *Sociology of Sport Journal* (17), pp. 21-43.

STETS, Jan; BURKE, Peter (2000), "Identity Theory and Social Identity Theory", *Social Psychology Quarterly*, vol. 63 (3), pp. 224-237.

VYGOTSKY, Lev (1978), "Interaction between Learning and Development", in Michael Cole, Vera John-Steiner, Sylvia Scribner e Ellen Souberman (org.), *Mind in society: The development of higher psychological processes*, Cambridge, Harvard University Press, pp. 79-91.

WENGER, Etienne (1998), *Communities of practice: Learning, meaning and identity*, New York, Cambridge University Press (17th ed.).

WENGER, Etienne; MCDERMOTT, Richard; SNYDER, William (2002), *Cultivating communities of practice: A guide to managing knowledge*, Boston, Harvard Business School Press.

WOOD, David; BRUNER, Jerome; ROSS, Gail (1976), "The role of tutoring in problem-solving", *Journal of Child Psychology and Child Psychiatry*, vol. 17, pp. 89-100.

ZEMBYLAS, Michalinos (2003), "Emotions and Teacher Identity: a poststructural perspective", *Teachers and Teaching: theory and practice*, vol. 9 (3), pp. 213-238.

Agradecimentos

Estudo elaborado no âmbito do projeto de investigação “O papel do estágio profissional na (re)construção da Identidade Profissional no contexto da Educação Física”, financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (PTDC/DES/115922/2009).

Inês Cardoso. Doutoranda em Ciências do Desporto na Faculdade de Desporto, Universidade do Porto (Porto, Portugal). Faculdade de Desporto da Universidade do Porto, Portugal. Centro de Investigação, Formação, Inovação e Intervenção em Desporto (CIFI2D). Endereço de correspondência: Rua Dr. Plácido Costa, 91, 4200-450 Porto, Portugal. *E-mail:* inestcardoso@gmail.com

Paula Batista. Professora Auxiliar no Departamento de Pedagogia do Desporto na Faculdade de Desporto, Universidade do Porto (Porto, Portugal). Investigadora do Centro de Investigação, Formação, Inovação e Intervenção em Desporto (CIFI2D). *E-mail:* paulabatista@fade.up.pt

Amândio Graça. Professor Associado no Departamento de Pedagogia do Desporto na Faculdade de Desporto, Universidade do Porto (Porto, Portugal). Investigador do Centro de Investigação, Formação, Inovação e Intervenção em Desporto (CIFI2D). *E-mail:* agraca@fade.up.pt

Artigo recebido em 13 de março de 2015. Publicação aprovada a 10 de julho de 2016.



A Ciência Biomédica e o Processo Civilizador

Bruna de Farias

Universidade Federal da Paraíba

Mari Cleise Sandalowski

Universidade Federal Santa Maria

Resumo

Este artigo tem por objetivo compreender as práticas biomédicas, a partir de uma análise da ciência, sobretudo centrada na dicotomia fato e valor. Portanto, o texto diz respeito a uma problematização da ideia de neutralidade, enquanto preceito científico, frente às questões valorativas que a ciência biomédica produz na sociedade. Para isso, fora incorporada a ideia de “processo civilizador” de Norbert Elias, como ferramenta analítica para compreender a paradoxal normatividade que a ciência exerce sobre os indivíduos.

Palavras-chave: ciência; práticas biomédicas; dicotomia fato/valor.

The Biomedical Science and the Civilizing Process

Abstract

This article aims to understand the biomedical practices, from an analysis of science, especially focused on the dichotomy fact and value. Therefore, the text refers to a questioning of the idea of neutrality, while scientific precept front of the evaluative questions that biomedical science produces in society. For this, outside incorporated the idea of “civilizing process” of Norbert Elias, as an analytical tool for understanding the paradoxical normativity that science has on individuals.

Keywords: science; biomedical practices; dichotomy fact/value.

La science biomédicale et le Processus de Civilisation

Résumé

Cette article vise à mieux comprendre les pratiques biomédicales, de l'analyse de la science, en particulier concentrée sur le fait de dichotomie et de la valeur. Par conséquent, le texte fait référence à une remise en cause de l'idée de neutralité, tout scientifique avant de précepte des questions d'évaluation que la science biomédicale produit dans la société. Pour cela, en dehors intégré l'idée de «processus de civilisation» de Norbert Elias, comme outil d'analyse pour comprendre la normativité paradoxale que la science sur les individus.

Mots-clés: la science; les pratiques biomédicales; la dichotomie fait/valeur.

La Ciencia Biomédica y el proceso civilizador

Resumen

Este artículo tiene como objetivo comprender las prácticas biomédicas, a partir de un análisis de la ciencia, sobre todo centrada en la dicotomía hecho y valor. Por lo tanto, el texto se refiere a un cuestionamiento de la idea de la neutralidad, en cuanto precepto científico, delante de las cuestiones valorativas que la ciencia biomédica produce en la sociedad. Para ello, fuera incorporada la idea de “proceso civilizador” de Norbert Elias, como herramienta de análisis para comprender la paradójica normatividad que la ciencia ejerce sobre los individuos.

Palabras clave: la ciencia; las prácticas biomédicas; dicotomía hecho/valor.

Introdução

Este artigo tem por objetivo estabelecer uma análise sociológica acerca de questões que versam sobre a ciência, o tecnicismo e as questões de valores que permeiam as práticas e o discurso científico. Em um primeiro momento é realizada uma reflexão sobre a contribuição de autores da sociologia e filosofia, como Weber, Putnam, Lacey e Luz, acerca da dicotomia fato/valor e da suposta neutralidade da ciência. Posteriormente, é explorada a idéia do processo civilizador, proposta por Norbert Elias. Utilizado, neste artigo, como uma ferramenta analítica, tal enunciado pretende compreender como a biomedicina, através do uso da ciência, normatiza o cotidiano dos indivíduos. Deste modo, para além de um debate teórico em torno da ciência, sua neutralidade, valores que a compõem, o texto elenca situações concretas de como essa dicotomia pode ser vista, ou pensada, na prática, a partir de exemplos empíricos situados na história recente.

A dicotomia fato/valor nas ciências

Max Weber (1993 [1917/1919]) apresenta os elementos que oferecem às ciências a possibilidade de pensar seu estatuto epistemológico frente às questões de fato e valor, daquilo que é descritivo àquilo que é prescritivo, o que diz respeito à razão prática e o que diz respeito à razão teórica. Antes dele, Kant (2006 [1798]) já oferecia ferramentas para desenvolver tais distinções. As condições de possibilidade do conhecimento que se referem ao conhecimento científico não especulativo são apresentadas. Concebe que a dimensão empírica é, obviamente, necessária para a “obtenção” do conhecimento, porém entende que os elementos empíricos não podem ser apreendidos sem o advento da razão. Essa espécie de “maquinaria cognitiva” que está contida no homem e que o distingue dos demais animais, preserva formas puras da sensibilidade (tais como tempo e espaço), que são, por sua vez, condições de possibilidade para que se conheça algo no mundo empírico. Sem os conceitos puros do conhecimento também não é possível conhecer. O que se quer abordar com isso e com a discussão preliminar acerca da dicotomia fato e valor é que, de algum modo, o sujeito cognoscente coloca elementos no mundo que lhe permitem conhecer os fenômenos.

A questão que colocamos no momento visa apenas inserir o caráter “não neutralístico” da ciência. Weber (1994 [1973]) tratou de distinguir os domínios nos quais juízos de valor deveriam ser isolados da atividade científica e quando esses poderiam ser admitidos no discurso científico. Tal distinção se dá em virtude de considerarem-se as peculiaridades que permeiam a existência do sujeito cientista, que provém de uma cultura específica, com determinadas motivações e interesses e uma série de elementos contingentes que participam da vivência do cientista. Contudo, adverte acerca do momento no qual é de suma importância que haja neutralidade, ou seja, a suspensão de juízos valorativos, caso o cientista queira denominar seu trabalho de científico.

Para este autor, as ciências da natureza nos dão respostas quanto à questão de como devemos viver, o que devemos fazer se quisermos dominar tecnicamente a nossa vida; porém, não diz se isso tem algum sentido ou se deveríamos querer ser senhores da nossa vida. Tampouco podem as ciências da natureza responder à questão mais essencial, que para Kant (2006 [1798]) era: afinal, o que é o homem?¹ Tampouco pode ela responder à questão sobre “o sentido da vida” (Weber, 1994 [1973]).

¹ Por mais que muitas vezes tenha ela o próprio como objeto de estudo, como é o caso das ciências da saúde.

Apesar de a ciência manipular, em alguma medida, homem e vida, numa perspectiva weberiana podemos dizer que ela não tem instrumentos para atribuir sentidos a ambos, tampouco pode responder acerca da essência dos mesmos. A essa ciência, basta manipular tecnicamente esses dois elementos, homem e vida, como entidades substancializadas, ou “coisificadas”, para fins puramente práticos.

Em sua análise da ciência, Weber (1994 [1973]) separa fato objetivo de fato valorativo. Desse modo, o primeiro pertence ao universo fático, necessário, que não só cabe à ciência investigar como a ela se atribui certo privilégio ao acesso desse universo, e isto se dá a partir da racionalidade instrumental e teórica preconizada pela mesma. O segundo elemento, a saber, o valor, pertence ao universo contingente, da diversidade cultural, social, psicológica dos indivíduos, e quanto a essas questões cabe à razão prática tratar.

Em Kant (2006 [1798]) e, antes dele, em Hume (2000 [1740]), é possível notar a tentativa de separar os fatos naturais, que são descritivos e pertencentes ao “reino do ser”, daquilo que posteriormente será compreendido como valor, que pertence ao mundo dos costumes, daquilo que vem a ser o reino do “dever ser”, e que por sua vez é normativo em vez de descritivo. Ainda anteriormente, como explica Mariconda (2006), em Pascal e Galileu, vemos o esforço em distinguir as disciplinas científicas daquelas morais. A partir de então, não encontramos mais na ciência, tal como encontrava-se em Aristóteles o empenho em desvelar o ser das coisas, as suas essências. A partir da virada copernicana, segundo o autor, a ciência passa a ser cada vez mais a tentativa do homem em dominar e controlar a natureza e não de atribuir sentidos a ela. Mas é a Hume (2000 [1740]) que poderíamos, definitivamente, atribuir os créditos da tarefa de distinguir definitivamente fato e valor, quando este explica as fontes e a possibilidade dos conhecimentos que são objetos da razão natural, ou seja, o mundo empírico que é apreendido por ela. Ao passo que atribui às paixões e aos afetos o modo com o qual acessamos o entendimento acerca da moralidade e das ações (Hume, 2000 [1740]).

Na teoria kantiana, essas definições são elaboradas com maior refinamento, dado o empenho de Kant (2006 [1798]) em definir a razão teórica e a razão prática; portanto, a razão não está “empenhada” apenas na tarefa de conhecer objetos do mundo empírico, mas também em postular aquilo que tem caráter normativo e que orienta a conduta humana para o bem, a liberdade e a autorregulação. Posteriormente, a própria filosofia passa a encarar tais distinções (fato e valor) como algo um tanto artificial.

Logo, as condições para o conhecimento, além do mundo empírico, dão-se a partir de elementos pertencentes ao sujeito (como as formas puras da sensibilidade/do

entendimento). Com efeito, nada pode ser conhecido sem as condições pertencentes a esta “maquinaria humana”, tal como é constituída. Portanto, quando conhecemos algo, isso se tornou possível porque houve uma “sinergia” entre mente e mundo, na qual o conhecedor de forma alguma é passivo, de modo que apenas receba conteúdos deste mundo (Kant, 2006 [1798]).

Weber (1994 [1973]) postula a necessidade da neutralidade axiológica e parece acreditar na possibilidade de distinguir fato e valor na prática científica. Ao apresentar inúmeras razões para que se desenvolva a tarefa científica, assume a impossibilidade de as ciências responderem às questões de valores, que remetem aos sentidos das coisas e do fenômeno humano. A ciência é “*uma força secularizada que atua em um mundo desencantado, marcado pela perda de significado e liberdade*” (apud Freitag, 1992: 98). Portanto, a valoração dos fatos, como justos, injustos, bons ou ruins não deve ser tarefa do cientista, mas do filósofo ou do político.

De maneira generalista, pode-se dizer que frequentemente as distinções de fato e valor são também apresentadas quanto à objetividade e à subjetividade. Pascal ao fazer as primeiras distinções de disciplinas pertencentes à ciência e à moral afirma que o segundo âmbito, qual seja, da moralidade, deve fazer menção ao princípio da autoridade, coisa que na ciência que estuda o mundo empírico (a ciência de fato) não pode ser mais admitida, pois ela não tem mais caráter personalista, mas é uma ação feita na coletividade. Dada a nossa “miserável finitude”, adverte que a ciência enquanto produtora, ou desveladora de verdades necessárias e até mesmo conhecimento apodídico, não pode ser constituída de subjetividade, mas de ações que transcendem o cientista e que vão sempre se aperfeiçoando (Mariconda, 2006). É esse aspecto de aperfeiçoamento que Weber (1993 [1917/1919]) qualificou como a tarefa dinamizada e para sempre incabada do cientista.

Contudo, num contexto mais contemporâneo, temos correntes oriundas da filosofia fenomenológica, que se dividem posteriormente em teorias pragmáticas e que discordam da dicotomia apresentada por Weber (1994 [1973]). Exemplos destas abordagens podem ser identificadas em Latour (2000), Hug Lacey (2008) e Hilary Putnam (1992).

Putnam (1992) se coloca frente às questões de valores na ciência de forma radicalmente contrária à posição de Weber (1993 [1917/1919]). Propõe um raciocínio analítico sobre a constituição das ciências e a partir dele conclui ser a ciência permeada por valores, os quais se confundem com os fatos na atividade científica; sendo assim, a separação torna-se impossível, apesar de na maioria dos casos ser aceita por toda uma tradição filosófica e pelo próprio senso comum.

O autor lembra que dentre alguns pensadores há quem categorize distinções de valores. Assumindo que as práticas científicas são compostas, sim, por valores, esses identificam quais sejam esses valores, sendo talvez o mais importante a verdade. Cabe ressaltar que a verdade, enquanto valor, só o é porque valor epistemológico, se distinguindo de valores éticos, por exemplo. Como se pode ver, assumindo que há valores presentes nas práticas científicas, esses são classificados legitimando a presença de uns e rejeitando a de outros.

Essa distinção de valores, por sua vez, é criticada por Putnam (1992). Ele recorre às diferentes definições de verdade para fundamentar essa crítica. Para o autor, pode-se dizer que as verdades são construídas a partir de padrões de aceitabilidade racional, presentes no fazer científico e, nesse processo, cabe afirmar que fato e valor mantêm total interdependência. Os critérios de aceitabilidade racional servem para construir o que ele chama de “quadro teórico do mundo empírico”, ao passo que, enquanto essa imagem de mundo é construída, os critérios de aceitabilidade que a constituíram são reavaliados sucessivamente e de forma cíclica (Putnam, 1992). Com efeito, tal representação de mundo está intimamente ligada ao enriquecimento do conhecimento humano, e este, em última instância, está ligado a outro tipo de finalidade, visto que:

“Putnam deixa bem claro que, ao contrário do que pensam muitos filósofos analíticos, para ele a ciência tem uma finalidade ética. Se, enquanto meio (método, critério epistemológico etc.), a ciência está envolvida com valores cognitivos, enquanto fim está comprometida mesmo com valores éticos pois não há outra categoria onde se pudesse situar ‘felicidade coletiva’” (Guerreiro, 1994: 242).

Termos como coerência e justificação, que são critérios epistemológicos na investigação científica, são critérios genuinamente condizentes à valores, mais precisamente à valores científicos, ou à virtudes cognitivas (Putnam, 1992). E, por mais que o autor rejeite a tarefa daqueles que distinguem valores morais de valores epistêmicos, na tentativa de dar um teor menos “subjetivo” ao segundo, assume que categorias como justificação, coerência, adequação, relevância e clareza, são termos valorativos dos quais a ciência não consegue se desvincilhar, porque ela é feita por pessoas, marcadas por critérios de aceitação que são também fortemente marcados pela história e em alguma medida com determinações próprias daquilo que as constituem. Logo, a verdade é algo que é vivificado pelo critério de aceitação racional e a investigação deste critério seria a única maneira de explicar os valores implícitos presentes na pesquisa científica (Guerreiro, 1994).

Com essas afirmações, Putnam (1992) amplia a discussão no campo da epistemologia, pois em suas observações críticas ao fisicalismo, que defende clara distinção entre fato e valor, é acusado de relativismos. O autor rejeita a comparação e classifica sua teoria num realismo interno, antes de assumir qualquer relativismo e contrutivismo. Convicente ou não, com relação ao círculo epistêmico do qual faz parte, suas observações com respeito à dicotomia referida e quanto aos pressupostos científicos e sua ação no mundo são de grande relevância.

Outro autor que adentra neste debate é Lacey (2008). Nele encontramos uma abordagem acerca da discussão fato-valor que é distinta das já apresentadas. Em seu livro “Valores e atividade científica” expõe as possíveis causas do sucesso da ciência. Destaca que no materialismo científico encontra a defesa de uma ciência que provém da neutralidade, da objetividade, da isenção de valores, com o objetivo de mostrar o mundo *tal como ele é*, enquanto pretensão da ciência moderna. Logo, compara tal configuração com a teoria kuhiana e a crítica pós-moderna da ciência, sobre a qual relata o seguinte:

“Constituindo-se a partir de uma dupla vertente ‘epistemológica’ e ‘sociológica’, a crítica pós-moderna coloca sob suspeita a imparcialidade; e, na ausência dessa última, não se pode defender neutralidade. A crítica epistemológica sustenta que não podemos defender a imparcialidade no caso geral, visto que não é um ideal realizável. [...] Ela procede de três teses: a) a tese de subdeterminação da teoria pelos dados empíricos; b) a tese da invulnerabilidade da teoria aos dados empíricos; c) a tese da incomensurabilidade entre teorias desenvolvidas em paradigmas diferentes” (Lacey, 2008: 30).

De outra parte, “a crítica sociológica mostra que, em muitos casos, a imparcialidade não se realiza de fato” (Lacey, 2008: 30). Isso porque a análise sociológica prevê um contexto histórico, social, no qual o cientista está imerso e que influencia a sua tarefa. Para o autor, tanto a posição do materialismo científico quanto a crítica pós-moderna à ciência levam a resultados insatisfatórios para darmos continuidade a uma discussão profícua a respeito da dicotomia fato e valor. Isso se dá, em parte, porque de um lado o materialismo científico explica o sucesso da ciência, porém, não justifica como a metodologia científica pode ser capaz de produzir conhecimento do mundo tal como ele é. De modo que, de outra parte, a crítica pós-moderna desenvolve argumentos aceitáveis para refutarmos a ideia de que a metodologia científica pode produzir conhecimento do mundo tal como ele é, porém não explica o sucesso da ciência, e mais especificamente das tecnologias (Lacey, 2008).

As conclusões do autor vão na direção em que se assume a possibilidade de imparcialidade da ciência moderna, porém, nega-se a neutralidade da mesma. Ele compreende que, atualmente, as práticas científicas junto das tecnologias servem, em última instância, a valores neoliberais. Ora, já falamos que a ciência não se encerra num fim em si mesmo, mas ela visa a um valor. Há quem diga que esses valores sejam estritamente cognitivos, epistêmicos; porém, parece mais convincente a ideia de que o fim visa a um bem, um valor socialmente instituído ou construído. Nas ciências da saúde, esse bem pode ser a própria saúde, mas Lacey usa o exemplo das modificações genéticas das sementes e analisa os propósitos pelos quais essas pesquisas são orientadas, dando respaldo aos interesses de lucro, propriamente capitalistas/liberais, que transformam a semente em objeto de pesquisa, uma mercadoria e não um meio de tornar a dieta das pessoas mais nutritiva, por exemplo (Lacey, 2008).

Nesse sentido, compreende-se que a ciência é isenta de neutralidade, pois não poderíamos simplesmente acreditar que o fim dela é o puro conhecimento, sem que este não seja utilizado como meio para diferentes fins. Ou seja, há uma intencionalidade prática ali contida, basta saber que fins estão nela empregada, se eles são velados por outros e como são justificados.

Uma abordagem sociológica da dicotomia fato/valor

A dicotomia fato/valor é analisada a partir de uma perspectiva sociológica por Madel Luz (1989), que reconstrói o percurso do desenvolvimento da racionalidade científica moderna. É por falarmos do “fazer científico” biomédico, que algumas propriedades devem ser esclarecidas. Primeiramente, a autora dirá que há certa artificialidade em separarmos aquilo que é natural daquilo que é social, e isso parece próprio da Modernidade. Portanto, sabemos que, na história das ciências, essas divisões são muito recentes e têm por objetivo facilitar o desenvolvimento de áreas do conhecimento específicas. No entanto, a tarefa de utilizar as diferentes teorias que esse desenvolvimento científico propiciou em um estudo totalizante parece hoje um desafio.

Edgar Morin (1991) trabalha enfaticamente essa questão de um estudo totalizante, com a ideia de um “pensamento complexo”. Para ele há a necessidade de uma reestruturação nas ciências, na filosofia e em todos os âmbitos do saber, denominada “reforma do pensamento”, como antídoto ao que chamou de “imbecilidade cognitiva”. Afirma que é preciso não só recompor o todo, mas mobilizá-lo. Desse

modo, essa ideia de movimento prevê uma atitude diferente diante da fragmentação dos saberes, diante da especialização que isola, extrai e abstrai o objeto de estudo sem torná-lo ao contexto no qual pertence.

Num exercício de “recompor o todo”, Luz (1989) defende que as (bio)medicinas são disciplinas biossociais, e não naturais exclusivamente. Há de se considerar que, na história da medicina, existiram teorias médico-sociais que acreditavam estar nas condições sociais (de uma sociedade capitalista), tais como fome, miséria, sofrimento, a causa das enfermidades. Porém, não é através dessas correntes que a autora defende sua ideia de ser a medicina (ou a biomedicina) uma ciência biossocial, mas “*por produzir um discurso natural sobre uma realidade social: o corpo do homem, seu sofrimento, sua morte, através da doença*” (Luz, 1989: 94).

É destacada, no desenvolvimento da medicina, sua passagem de uma arte de curar para uma ciência da doença. Esse dado se deve pelo fato de a racionalidade científica ser cada vez mais marcada pela objetividade, que passa a ser uma prerrogativa no “fazer científico” animado pela razão. Nota-se que o objeto, por excelência, das biomedicinas (tanto a medicina quanto as ciências que diante do seu desenvolvimento passam a cada vez mais prestar um serviço às ciências médicas, tais como a química, a física, a biologia) passa a ser a doença, a morbidez substancializada. Esse ser tem um lócus específico, e a objetividade, própria das biomedicinas, reduz o corpo humano a algo como uma sede das enfermidades.

Destarte, categorias como a vida passam a ser consideradas entidades metafísicas e, portanto, irrelevantes ao conhecimento. Outro traço da ciência objetivante a ser destacado, dentro das biomedicinas, é o conceito de saúde que é determinado como a “ausência de patologias”. Gadamer contribui para pensarmos o conceito de saúde quando adverte que saúde não é algo do qual temos consciência, “não nos acompanha de forma preocupante como a doença. Não é algo que nos advirta ou convide ao contínuo autorretratamento. Ela pertence ao milagre do autoesquecimento” (Gadamer, 2006: 36).

Segundo Madel Luz (1989), o desenvolvimento da biomedicina, enquanto ciência das doenças, está calcado em duas categorias prioritariamente: a patologia e a normalidade, que são, por excelência, biossociais.

A morte, sendo incorporada em um discurso naturalizado, exclusivamente, passa a ser compreendida, cada vez mais, como um fracasso relativo ao esforço humano (da ciência), e não como um caminho natural. As enfermidades passam a ser explicadas como uma “metáfora de invasão”, algo que entra no organismo e estabelece um estado de batalha: ou se vence ou é vencido. Desse modo, o contágio

e a contaminação ocupam um lugar especial nas explicações das patologias. Disso também decorrem teorias como as higienistas; tais teorias, além do forte apelo moralizador, propõem uma adaptação dos indivíduos, grupos sociais e classes sociais no que diz respeito à instância cultural. Esse movimento, por consequência, indica uma ordem médica marcada pelo processo racionalizador e civilizatório (Luz, 1989). Tal aspecto evidencia o caráter prescritivo da ciência biomédica, que busca incessantemente sua neutralidade dentro da objetividade da razão científica. Do mesmo modo, outras teorias, tais como as sanitaristas, promovem intervenções sobre esferas e instituições do cotidiano, tais como maternidade, escola, casamento, etc., com o intuito de controlar doenças e constituir sujeitos saudáveis (Luz, 1989).

O ponto congruente entre (Bio)Medicinas e Sociologia se dá por ambas as áreas partirem das categorias “patologia” e “normalidade”, seja no que diz respeito ao corpo individual ou social. Estes enunciados estão subordinados à categoria de ordem e evolução. Isto é, sociologia e (bio)medicina também são regidas pela concepção de natureza (humana e social), ambas orientadas pela razão.

O caráter prescritivo das ciências e o processo civilizador

A proposta deste texto é analisar o caráter prescritivo da ciência, oriundo da compreensão de que fato e valor se confundem, porém, não só com relação à critérios de aceitação racional da pesquisa científica, mas enquanto produto da ciência no mundo. Tendo em vista que este artigo visa analisar um modo específico de “fazer científico”, que é especificamente biomédico, julga-se plausível pensar o caráter prescritivo das ciências biomédicas a partir da abordagem apresentada por Norbert Elias (1994 [1939]), no decorrer de sua obra, mas principalmente na intitulada “O Processo Civilizador”.

É preciso, ainda que repetidamente, reiterar que a neutralidade é um dos valores e preceitos das ciências naturais e, como tal, também das ciências biomédicas. Assim, é ela que, em alguma medida, garante ao trabalho científico legitimidade científica. Se há valores permeando as atividades laboratoriais, o fato aqui a se ressaltar, superada a ideia da falsa dicotomia, é de que esses valores não participam dos domínios de justificações e validações de tais trabalhos, a princípio, e daqui emerge um novo problema que advém da constatação de que valores (morais) e fatos (científicos) não têm nítida separação. No caso específico da ciência biomédica, pode-se pensar que, se há um valor permeando suas práticas, este se refere à saúde humana.

A ciência biomédica, através de técnica e conhecimentos relativos à biologia, anatomia, fisiologia humana (entre outros saberes afins), chega a postulados científicos que se inserem no mundo social. Essa ciência ao estabelecer quais efeitos certas substâncias provocam no corpo, descreve como e o que significa para a saúde humana certas configurações entre homem e natureza, dizendo, por conseguinte, também o que é bom e o que é ruim. Desse modo, a ciência, ao dizer o que devemos comer, por exemplo, se quisermos ter uma vida saudável, diz também como é desejável que se viva no mundo. Com efeito, pode-se dizer que aqui, num contexto agora extralaboratorial, novamente o caráter prescritivo da ciência emerge de sua suposta neutralidade.

Para Elias (1994 [1939]) é possível identificar alguns elementos que são imperativos à sociedade moderna. No entanto, faz-se necessário caracterizar minimamente o processo onde se identificam tais imperativos. O processo Civilizador é um processo inacabado, que tem uma direção, na qual os indivíduos, em maior ou menor intensidade, estão inseridos, relacionando-se de forma interdependente. Tal processo é concebido sob o ponto de vista de uma configuração/figuração, isto é,

“... os indivíduos sempre aparecem em configurações e as configurações são irredutíveis. (...) Dizer que os indivíduos existem em configurações significa que o ponto de partida de toda investigação sociológica é uma pluralidade de indivíduos, os quais, de um modo ou de outro, são interdependentes. Dizer que as configurações são irredutíveis significa que nem se pode explicá-las em termos que impliquem que elas têm algum tipo de existência independente dos indivíduos, nem em termos que impliquem que os indivíduos, de algum modo, existam independentemente delas” (Elias, 2000 [1965]: 184).

Esse processo se desenha enquanto os hábitos, primeiramente da corte, vão disistinguindo os indivíduos daqueles que possuem modos compreendidos como bárbaros. A medida que o processo civilizador avança, mais os comportamentos infantis vão se afastando do que se compreende como comportamento adulto, pois o segundo reprime, progressivamente, as inclinações instintivas em favor do que, em grupo, vai adquirindo valor, a saber, um conjunto de regras (tácitas e não tácitas) de modos compreendidos como civilizados.

O processo civilizador moldou lentamente os costumes e atitudes dos indivíduos de forma vertical. Sua externalidade é incorporada pelos indivíduos ao longo do tempo, de tal modo que passou a interferir na produção de sentimentos, sendo facilmente naturalizada, pois se torna aparentemente algo interno, uma “segunda natureza” própria do sujeito, mas que ao mesmo tempo todos compartilham.

Desse modo, tais atitudes que passam a ser percebidas como “civilizadas”

promovem a distinção social entre os indivíduos, cujo modelo de conduta adequada e, por assim dizer, civilizada é estabelecida a partir dos grupos sociais dominantes. Elias, parte do contexto da sociedade de corte ao discorrer sobre o processo civilizador; no entanto, seu trabalho não se resume a um estudo sobre uma sociedade de corte específica, como o faz a historiografia. O que Elias extrai da análise dessa sociedade são as funções de dada configuração sobre os comportamentos e costumes, o equilíbrio das tensões entre grupos da nobreza e a interdependência dos indivíduos dentro das configurações.

Mesmo sendo esse processo algo que se realiza aparentemente de forma vertical, o mesmo não tem a mesma conotação coercitiva a qual Durkheim (1995 [1893]) atribui aos indivíduos, oriunda de uma entidade externa aos mesmos e que os coage. Ao contrário, o processo civilizatório ao qual Elias (2001 [1983]) se refere atribui aos indivíduos certa agência, onde se vigiam, e formam figuras cujas tensões são por eles equilibradas. Portanto, não há apenas o controle sobre o outro, mas um autocontrole através da apreensão das regras de determinados círculos que, por sua vez, não são apenas apreendidas como construídas conjuntamente. O enfoque sociológico centrado nas configurações, e não na análise dicotômica sociedade *versus* indivíduo, refere-se à proposta elesiana de romper com modelos da sociologia clássica. Através do conceito de processo, nem o indivíduo nem a sociedade, como uma entidade independente do primeiro, são privilegiadas. O conceito remete-se às configurações, funções e atores em total interdependência.

Ainda de forma comparativa, pode-se pensar que esses imperativos sobre o corpo e sobre os modos de comportamento controlado não se equiparam ao que Foucault (2006 [1979]) descreve quando lança mão do conceito de "biopoder", pois entendemos que, em Elias, mesmo havendo a noção de controle, a mesma transforma-se gradativamente num autocontrole em prol da manutenção da organização social. Com efeito, cada vez mais os indivíduos tendem a reprimir a si mesmos e à sua espontaneidade em favor de uma conduta mais racional, civilizada, moderando as paixões (Elias, 1994 [1939]).

Sua análise se faz oportuna pelo seguinte motivo: ao descrever as mudanças de conduta gradual da corte, nobreza e, posteriormente, a de toda uma sociedade que se compreende como ocidental-civilizada, Elias (1994 [1939]) descreve como os hábitos vão sendo, de modo preliminar, controlados entre os pares e, posteriormente, como são eles internalizados pelas pessoas de tal forma que elas mesmas passam a controlar suas paixões e inclinações em favor da delicadeza e da polidez, mas, em última instância, em favor da manutenção social expressa por bons hábitos. Ainda que

muito lentamente, pois esse processo dura séculos, tal autocontrole passa do plano consciente para o inconsciente, adquirindo um caráter de “segunda natureza” de modo que as inclinações instintivas, as paixões passam a ser paulatinamente sublimadas.

À primeira vista, o que move as primeiras mudanças de atitudes em pequenos círculos são os incentivos a sentimentos como o despertar de vergonha, pudor e medo, porque, enquanto sentimentos, revelam polidez e delicadeza, sendo estes últimos valores da nobreza. Porém, mais adiante, com a presença crescente dos conhecimentos científicos na vida do Ocidente, idéias como as de higiene passam a ser mobilizadas para justificar tais modos (como o de não comer com as mãos, por exemplo). Contudo, Elias (1994 [1939]) adverte que, nos manuais cujas regras foram retiradas, não é feita nenhuma menção a esse tipo de cuidado. Isto é, cuidados de cunho médico-higiênico não parecem ser os motivadores de tais mudanças de condutas, como os hábitos à mesa, os hábitos com relação às necessidades naturais. Desse modo, é possível imaginar, novamente, o conhecimento científico como parte de um processo que tenta racionalizar um modo de viver em detrimento de outros não legitimados por um conjunto predominante da sociedade.

Na história da medicina brasileira tivemos movimentos que podem ser ilustrativos para abordarmos as questões propostas. Pode-se dizer que o movimento higienista, que marcou parte do século XIX e XX, tinha como prerrogativa um valor, a saber, a saúde. Os integrantes do movimento entenderam que muitas causas das doenças se davam a partir de fatores sociais, tais como más condições de saneamento, higiene, alimentação, entre outros fatores. Esses fatores, por sua vez, são incorporados pela teoria médica e passam a orientar a sua prática (Mastromauro, 2010).

Nesta perspectiva de análise, destacamos o intervencionismo social cuja compreensão prevê que, a partir de dados sociais, é possível intervir na vida privada da população. Desta forma, não só há imperativos que se referem a modos de comer, lavar-se, mas há a imposição de formas de agregação social, moradia, entre outras variadas formas de intervir na vida privada dos indivíduos. Junto a esse movimento higienista-sanitarista existiu, em alguns grupos, uma relação íntima com idéias eugênicas, as quais marcaram o início do século XX. Tais idéias eugênicas, que viam na raça determinações de comportamentos, disposições morais e físicas, serviram também a alguns pesquisadores higienistas como justificativas para orientar rituais sociais como casamento, com o intuito de reproduzir gerações mais “aptas”.

Tal exemplo pode ser encontrado na história da medicina higienista do Brasil, país que era percebido, durante um determinado período histórico, como um lugar onde viviam indivíduos menos aptos, em virtude da raça ou então da má adaptação

dos imigrantes ao clima. Essa idéia, como explica Gois Junior (2003) repercutia nas representações da própria população brasileira, cuja forma de vida era alterada pelos modos “civilizados” e “civilizadores” europeus.

Figura 1: Educadora sanitária orientando mães



Fonte: Vasconcellos (1995).

A foto acima mostra uma educadora sanitária, entre os anos de trinta e quarenta, do século passado, chegando às comunidades para dar orientações de higiene. Todavia, ainda hoje, por exemplo, podemos observar no *Manual de Controle de DSTs*, no *Manual do Recém-Nascido*, nas *Políticas, Diretrizes e Prevenção de DSTs*, no *Manual de Saúde Indígena*, no *Manual de Saneamento*, entre outros criados nas duas últimas décadas, as prescrições do Estado aos agentes de saúde. Em muitos desses documentos observamos a categorização de doenças, classificações de grupos a partir das doenças e modos de vida, de forma bem descritiva. A partir desses “dados” fornecidos por estudos epidemiológicos, são dadas as prescrições aos profissionais da saúde para proceder diante dos “acometidos” de dados grupos.

Contudo, esses manuais, direcionados a diferentes públicos e situações, revelam a mesma natureza, abrem espaço a questões como a que segue: de que modo o Estado, a partir de conhecimentos oriundos de laboratórios, entra nas comunidades, casas e tribos com um discurso prescritivo e de teor intervencionista na vida privada das pessoas amparado sob a legitimidade científica?

Pensa-se que teríamos vários exemplos que poderiam colocar a ciência como peça-chave de um processo intervencionista, normativo. Cita-se, como exemplo, a epidemia da AIDS, na década de oitenta, do século XX. Ora, esse “mal” das últimas décadas fez com que criassem ainda mais estigmas sobre indivíduos homossexuais, bem como tornou central a abordagem sobre a sexualidade em várias esferas da sociedade. A partir desse evento, o sexo passa a esconder outro elemento alvo de pudor, repugnância e vergonha, que agora é viral, qual seja, o HIV. Esse cenário epidêmico propicia uma nova espécie de processo, que aqui denominamos civilizador, nos valendo do trabalho de Elias, pois entendemos que esse cenário conduz a uma alteração no comportamento sexual dos indivíduos e suas relações, que vão além do sexo, dado o estigma da doença e de seu portador. Sabe-se que um dos males do HIV é a própria doença em curso, mas há outros, como o preconceito, as relações interpessoais no trabalho, na escola, na vida cotidiana do portador, que por sua vez perpassam as relações sexuais.

Com efeito, vale ressaltar os diferentes estágios de individualização dentro de um processo civilizador. Nesse processo surge a consciência do corpo, do sujeito individual que está no mundo, mostrando um modo de consciência que se reflete no modo de pensar (“este corpo sou eu, é meu”) e agir (domínio deste corpo). Há de se pensar que esse tipo de “consciência” fora obtida há pouco tempo (Elias, 1994 [1939]). Destarte, é sobre o controle e autocontrole deste corpo que esta abordagem se torna importante.

As questões sobre as quais discorreremos ao longo do texto permitem uma reflexão sobre a intervenção que a ciência, enquanto instituição (que está em uma esfera maior, em termos de estrutura), pode exercer sobre os indivíduos, no domínio de suas vidas privadas. Talvez, com um pouco de cautela, poderíamos indicar que há, no caráter prescritivo das biomedicinas, um caráter também civilizatório, visto que os indivíduos internalizam os preceitos científicos. Desse modo, ao internalizarem tais preceitos, os indivíduos os estabelecem como norma de ação. Como consequência, os modos de alimentação, higiene, relacionamento e mesmo de relações sexuais são adequados de forma mais “racionalizada” e civilizada, em conformidade com aquilo que socialmente é compreendido como civilizado e desejável, modos esses que hoje encontram na ciência uma autoridade legitimadora para prescrever as boas maneiras.

Considerações finais

O que foi possível realizar no presente artigo, frente às preocupações teóricas inicialmente estabelecidas, consistiu em estabelecer, primeiramente, uma discussão

acerca da ciência, a partir de autores que a tomaram como objeto de estudo. Desse modo, buscou-se analisar a ciência através de um aspecto específico a ela condizente, a saber, as questões de fato e valor que a envolvem como centro de debate em teorias epistemológicas, a neutralidade da ciência, bem como sua legitimidade enquanto produtora (ou reveladora) de verdades.

Diante dessa discussão de cunho mais teórico e epistêmico, foi possível discorrer, um pouco, em torno de como essas questões podem ser vistas em um universo prático. Dito de outro modo, as categorias de neutralidade e a suposta separação entre fatos e valores foram problematizadas, a partir da análise de contextos históricos concretos, nos quais a ciência impunha-se sobre a vida cotidiana dos indivíduos, orientando modos de bem-viver, exercendo um papel para além daquele que prevê enunciar conhecimentos, mas o de prescrever comportamentos.

Referências Bibliográficas

- DURKHEIM, Emile (1995 [1893]), *Da divisão do trabalho social*, São Paulo, Martins Fontes.
- ELIAS, Norbert (1994 [1939]), *O processo civilizador*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar.
- (1994 [1939]), *A sociedade dos Indivíduos*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar.
- (2000 [1965]), *Os estabelecidos e os Outsiders*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar.
- (2001 [1983]), *A sociedade de Corte*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar.
- FOUCAULT, Michel (2006 [1979]), *Microfísica do poder*, Rio de Janeiro, Graal.
- FREITAG, Bárbara (1993), *Itinerários de Antígona: a questão da moralidade*. Campinas, Papirus.
- GADAMER, Hans-Georg (2006), *O caráter oculto da saúde*, Petrópolis, Vozes.
- GOIS JUNIOR, Edivaldo; LOVISOLO, Hugo Rodolfo (2003), “Descontinuidades e Continuidades do movimento higienista no Brasil do século XX”, *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, vol. 25, n. 1, pp. 41-54.
- GUERREIRO, Mario A. L. (1994), “Ética e ciência em Hilary Putnam”, in Maria Cecília de Carvalho (org.), *Paradigmas filosóficos da atualidade*, Campinas, Papirus, pp. 289-305.
- HUME, David (2000 [1740]), *Tratado da natureza humana*, São Paulo, Unesp.
- KANT, Immanuel (2006 [1798]), *Antropologia de um ponto de vista pragmático*, São Paulo, Iluminuras.
- LACEY, Hugh (2008), *Valores e atividade científica*, 1.ª Ed., São Paulo, Editora 34.
- LACEY, Hugh (2008), *Ciência, respeito à natureza e bem-estar humano*, São Paulo, Assoc. Filosófica Scientiae Studia.
- LATOUR, Bruno (2000), *Ciência em ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora*, São Paulo, Unesp.
- LUZ, Madel (1989), *Natural, racional, social: razão médica e racionalidade científica moderna*, Rio de Janeiro, Campus.
- MARICONDA, Pablo Rubén (2006), *O controle da natureza e as origens da dicotomia entre fato e valor*, São Paulo, Scientiae Studia.
- MASTROMAURO, Giovana Carla (2010), “A importância das teorias higienistas e a formação das instituições de Saúde Pública em São Paulo em 1880-1890”, in *XIV Encontro Regional da Anpuh:*

Memória e Patrimônio, Rio de Janeiro, Unirio, julho de 2010.

MORIN, Edgar (1991), *Introdução ao Pensamento Complexo*, Lisboa, Instituto Piaget.

PUTNAM, Hilary (1992), *Razão verdade e história*, Lisboa, Dom Quixote.

VASCONCELOS, Maria da Penha Costa (1995), *Memórias da saúde pública: a fotografia como testemunha*, São Paulo, Hucitec.

WEBER, Max (1993 [1917/1919]), *Ciência e Política: Duas Vocações*, São Paulo, Cultrix.

- (1994 [1973]), *Metodologia das Ciências Sociais*, Campinas, Cortez.

Bruna de Farias. Mestre em Ciências Sociais pela UFSM; Graduada em Biomedicina/UNIFRA (Santa Maria, Brasil). Atualmente é aluna especial do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPB. *E-mail:* bruibi@hotmail.com

Mari Cleise Sandalowski. Doutora em Sociologia/UFRGS; Professora do Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais/UFSM (Santa Maria, Brasil). Endereço para correspondência: Campus UFSM, Prédio 74, 2º andar, sala 2211, Cidade Universitária Professor José Mariano da Rocha Filho, Camobi, Santa Maria, RS, Cep: 97105-900. *E-mail:* mari_ppgs@yahoo.com.br.

Artigo recebido em 23 abril de 2015. Publicação aprovada em 13 de julho de 2016

RECENSÃO

RECENSÃO

FREIRE, André (Org.), (2015), *O Futuro da Representação Política Democrática*, Lisboa, Nova Vega.

Carolina Pimentel Corrêa

Universidade do Porto

O desafio de compreender a democracia numa realidade marcada pela globalização e pelo avanço do capitalismo tem obtido destaque na agenda de pesquisa de muitos cientistas sociais dentro dos mais variados campos de estudo. Instigante e multifacetada, esta temática representa não apenas um debate bastante atual, mas também necessário. Em *O Futuro da Representação Política Democrática*, os autores abordam as particularidades da representação política democrática perante este contexto e assume-se a complexidade de tal matéria ao longo de 205 páginas que se dividem em sete capítulos. De forma deveras engenhosa, cada capítulo da obra dedica-se a analisar o futuro da democracia representativa a partir de um determinado domínio, como se verá a seguir. Antes disso, vale ressaltar que, apesar de se questionar, em cada capítulo, a respeito do “futuro” desta democracia, o livro não apresenta feições de futurologia, pelo contrário: o objetivo dos autores é apontar possíveis cenários a partir de grandes tendências atuais, somadas a uma dimensão valorativa ou normativa sobre os universos desejáveis, como se esclarece na própria introdução da obra.

O capítulo 1 é o mais longo e é assinado pelo organizador da obra, André Freire. Com a responsabilidade de introduzir a temática do livro ao leitor, este capítulo organiza-se de um modo muito didático e contribui, efetivamente, para a coerência da obra no seu conjunto final. Existe a preocupação em definir a democracia representativa e liberal, assim como em apresentar padrões evolutivos da democracia ao longo dos

anos e, ainda, em abordar diferentes modelos e visões sobre estas democracias antes de refletir sobre a crise da representação democrática e os possíveis futuros desta forma de governo. Depois de oferecer um panorama teórico capaz de situar o leitor em relação à temática em causa, o autor ressalta que existe uma crise da democracia representativa e apresenta quatro cenários para o futuro deste regime, sendo que o mais provável entre estes é o da “contínua desvalorização dos mecanismos de delegação política através das eleições nacionais” (pág.53) e da crescente delegação de poderes para autoridades supranacionais, sem que isto se dê em níveis consistentes de democratização. Esta situação resulta, assim, numa partilha de poder entre autoridades nacionais eleitas e instituições e organizações não eleitas. Mas, mais do que apresentar o caminho mais provável, Freire discorre sobre o cenário mais desejável e, dessa forma, sugere uma alternativa que, realmente, se mostra como uma opção mais democrática – perceber a União Europeia como uma entidade federal capaz de partilhar o poder e, ao mesmo tempo, restaurar “os poderes das autoridades eleitas face ao poder das instituições não-maioritárias e face as pressões da globalização e da europeização que estão a comprimir a democracia” (pág.57).

Redigido por Cristina Leston-Bandeira e Tiago Tibúrcio, o capítulo 2 talvez seja o mais otimista da obra. Os autores destacam que o parlamento assume uma posição importante na democracia representativa, pois espelha a variedade da sociedade e dos seus respetivos interesses. Consequentemente, a crise nas democracias ocidentais também atingiu o parlamento. No entanto, o texto trata do surgimento de uma mudança, capaz de tornar esta instituição mais inclusiva e próxima dos cidadãos. O parlamento se tem esforçado por assumir um papel mediador entre a sociedade e o governo. Junto a isto, uma cidadania mais ativa parece surgir, mesmo que por meios informais, como a internet. Assim, a representação parlamentar encontra-se, segundo os autores, a meio de uma transição entre dois paradigmas: “o da representação como delegação e o da representação como uma relação” (pág.88).

O capítulo 3, de Marco Lisi, reflete a respeito de como atuam e se posicionam os partidos políticos no contexto da atual democracia representativa. O fato é que existe, segundo Lisi, uma “crise dos partidos enquanto atores que estimulam a participação” (pág. 95), algo que acaba por criar um distanciamento por parte dos cidadãos. O quadro que se apresenta, para o autor, é um “fenómeno transversal” que afeta as diferentes democracias contemporâneas. Entretanto, a dificuldade dos partidos em conseguirem cumprir o papel de intermediar e representar os cidadãos perante as instituições democráticas é vista como uma oportunidade dos partidos se transformarem e, até mesmo, de se reinventarem frente a tal crise de legitimidade.

Importa destacar que a mudança pode, e deve, começar a partir da abertura dos processos de decisão, do fortalecimento na implementação de consultas públicas e da utilização de instrumentos de democracia direta. Com efeito, este capítulo conduz o leitor a perceber que já existe uma forte tendência para esta maior inclusividade no âmbito europeu. Porém, o caminho que os partidos precisam de percorrer a fim de (re)estabelecer laços identitários junto à sociedade civil ainda é bastante longo. Para Lisi torna-se necessário valorizar o contributo de cada indivíduo, de cada filiado, dentro do partido e, além disso, diversificar as formas de participação. Trata-se de um momento em que os partidos precisam de refletir sobre reformas internas, visto que “os cidadãos necessitam de atores que saibam interpretar os anseios e as preocupações da sociedade e que falem diretamente aos indivíduos” (pág.112). É preciso, portanto, reforçar a ideia de representação e criar novas identidades antes que tal condição passe a influenciar não apenas a estabilidade do sistema partidário, mas também o apoio ao próprio regime democrático.

Resultado da parceria entre os autores Elísio Estanque, Hermes Augusto Costa e Manuel Carvalho da Silva, o capítulo 4 discorre sobre a urgente necessidade de se fortalecer a importância do trabalho e do sindicalismo no contexto atual, de modo que, já nas primeiras páginas, é possível perceber o posicionamento dos autores, para os quais “a representação coletiva dos trabalhadores nas relações laborais”, assim como “a existência e a efetividade das convenções e normas da Organização Internacional do Trabalho [...] não podem ser dispensados” (pág.121). Esta defesa do movimento sindical justifica-se, justamente, em função do recuo que este está a sofrer à escala internacional. Diversos fatores culminaram nesta “crise do sindicalismo” (pág.123), podendo-se destacar: a desagregação de interesses em redor da classe trabalhadora; o domínio da economia financeira sobre a economia real; as dificuldades no desenvolvimento de um trabalho sindical de base bem estruturado e a crise de representatividade sindical. Nota-se, de fato, que o sindicalismo vê-se desafiado a renovar-se. É nesse sentido que os autores apontam questionamentos a respeito da autonomia e da internacionalização sindical. O sindicalismo de movimento social, também chamado de novo sindicalismo social, por exemplo, como sublinham os autores, pode contribuir para essa possível renovação do sindicalismo no século XXI. O cerne desta questão é compreender que o “trabalho e os seus direitos são parte indispensável de um processo de desenvolvimento económico e político numa sociedade democrática” (pág. 136). Isto posto, cabe aos sindicatos a difícil tarefa de acomodarem-se às mudanças nos contextos políticos, sociais e institucionais e buscarem uma revitalização.

Escrito por Britta Baumgarten, o capítulo 5 preocupa-se em analisar os movimentos sociais dentro do contexto de representação democrática atual e refletir sobre as tendências evolutivas desta relação. Para Baumgarten, os movimentos sociais, na sua maioria, lutam pela democracia participativa e “têm funções para a sociedade e a democracia que outros atores políticos, como os sindicatos e os partidos, não podem ter” (pág. 145). Isto porque os movimentos sociais, segundo a autora, não precisam de seguir lógicas organizacionais, compromissos internos e exigências de coerência programática de forma tão rígida como um partido. Assim, os partidos representam uma maior estabilidade, podendo ser vistos, neste caso, como menos flexíveis e menos acessíveis a novos participantes. No tocante à falta de confiança nas instituições e à falta de interesse da população na política, Baumgarten acredita que os movimentos sociais possuem um papel importante, pois os cidadãos, segundo a autora, sentem falta de responsabilização e transparência. O posicionamento da autora é bastante claro, nota-se que os movimentos sociais e a participação popular são vistos como importantes instrumentos para o crescimento do interesse na política. É difícil tentar prever os desafios futuros dos movimentos sociais e, em tal caso, há de se concordar com a autora que, talvez, a temática do seu capítulo seja a mais difícil de levantar previsões, devido, justamente, à componente de flexibilidade que possui. Entretanto, a autora não deixa de afirmar que os movimentos sociais como formas de representação de interesses vão continuar a existir, especialmente porque haverá sempre demandas que estimulem este tipo de participação.

José Pedro Teixeira Fernandes assina o capítulo 6 desta obra. Muito bem estruturada, tal análise versa a respeito da relação entre a construção da União Europeia num contexto globalizado e a representação política democrática. Num primeiro momento, o autor realiza uma revisão teórica sobre o conceito de representação, o que conduz o leitor a perceber que durante algum tempo os partidos ocuparam um papel fundamental neste modelo, mas que, atualmente, estes se encontram desconectados da sociedade em geral. Um contexto que privilegia a ascensão de decisores não eleitos e/ou das chamadas instituições não-maioritárias – como a própria Comissão Europeia. Nesse sentido, Fernandes esforça-se em realçar que a construção europeia tem trazido uma governação tecnocrática, que tende a “limitar as capacidades dos governos nacionais, e, conseqüentemente também, as capacidades dos partidos nesses governos, ao reduzir a gama de instrumentos políticos à sua disposição” (pág. 165). A problemática centra-se numa tendência à despolíticação e, conseqüentemente, à diminuição do controle democrático popular – à não existência de formas tradicionais de responsabilidade democrática. As principais alternativas que se colocam a este

cenário seriam: criar uma União Federal com instituições supranacionais, o que, para Fernandes, “não é plausível que ocorra nos próximos tempos, desde logo pela notória ausência do necessário acordo político da generalidade dos estados membros” (pág.173); ou, então, seguir a lógica atual, ao aprofundar e legitimar a construção de um modelo tecnocrático, o que, na opinião do autor, é algo muito insatisfatório do ponto de vista democrático. O fato é que já existe um modelo a ser construído e este apresenta fortes ameaças à representação democrática. É por isso que o autor, de modo bastante coerente, realça a importância de se encontrar um modelo que fortaleça os laços e a identidade da União Europeia, mas não limite nem subsuma liberdades político-ideológicas dos estados membros e imponha um desenho (neo)liberal como a única alternativa viável.

O capítulo 7, escrito por Emmanouil Tsatsanis, é o último capítulo da obra e, possivelmente, foi escolhido de modo estratégico para concluir o debate trazido pelo livro, visto que este autor se dedica a perceber as implicações da globalização nas atuais formas de governo, especialmente na democracia. Nota-se, neste contexto, a existência de um paradoxo, pois ao mesmo tempo que a globalização promove a democracia no que concerne a meios económicos, culturais e políticos, ela também dificulta a ação dos atores políticos a efetuarem mudanças significativas dentro de seus próprios países, o que, por conseguinte, torna os cidadãos cada vez mais descrentes no sistema político. Assim, o posicionamento do autor vai tornando-se claro no decorrer do texto – uma preocupação com a atual conjuntura que se coloca no plano mundial das democracias. Cabe salientar que esta parte do livro aborda o futuro da governação democrática tanto em regimes consolidados do Ocidente, como nos que se encontram fora deste espaço territorial (como o capitalismo autoritário da China e a democracia-iliberal da Rússia). Tsatsanis acredita que a democracia representativa realmente está em crise e admite que haja algum perigo do modelo ser substituído por outro, mesmo que as possíveis alternativas pareçam ser um tanto ou quanto inviáveis e/ou impopulares. A tendência apontada pelo autor, e, de fato, certamente a mais provável, é que “a democracia representativa continuará a existir por inércia e como padrão” (pág.197), mesmo que venha associada à crescente insatisfação dos cidadãos.

Ao folhear as últimas páginas da obra, um primeiro comentário que se pode tecer é que temática abordada é muito desafiadora, pois suporta um vasto campo teórico e conceitual, o que, consequentemente, pode suscitar diversos questionamentos e apontar para diferentes agendas de pesquisas atuais e futuras. Entretanto, é possível que o objetivo do livro tenha sido mesmo este: fazer com que o leitor reflita, e se questione, sobre a realidade da atual representação política democrática. De modo

mais específico, nota-se que o livro possui um fio condutor coerente que perpassa os diferentes capítulos e assinala uma particularidade importante da obra – reunir diferentes esferas de uma mesma temática, somar num único trabalho a opinião de diversos autores sem perder o foco central ao qual se destina a reflexão. É seguro afirmar a existência de uma complementaridade entre os diferentes capítulos e que, apesar de alguns se posicionarem de forma mais otimista do que outros, todos vislumbram um horizonte necessário de transformações. Observa-se, de fato, uma crise da democracia representativa e dos diferentes domínios que com ela se relacionam, sejam eles os partidos, o parlamento, os movimentos sociais ou outros e, neste contexto, é preciso que estas esferas, junto ao modelo de governo, busquem renovar-se e adaptar-se a uma nova realidade que se forma, aproveitando os possíveis óbices da conjuntura para se reinventar ou, pelo menos, repensar as suas estratégias.

Carolina Pimentel Corrêa. Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Santa Maria. Mestre em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, na qual foi bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES - Brasil). Doutoranda em Sociologia na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, bolsista do Programa Erasmus Mundus. Desenvolve a tese de doutoramento sob a supervisão do Professor Doutor José Virgílio Borges Pereira. *E-mail:* carolpimentelcorrea@gmail.com

Recensão recebido a 15 de abril de 2016. Publicação aprovada a 25 de junho de 2016.

ESTATUTO EDITORIAL

SUMÁRIOS DOS NÚMEROS ANTERIORES

NORMAS PARA APRESENTAÇÃO E PUBLICAÇÃO

ESTATUTO EDITORIAL

A *Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, da responsabilidade do Departamento de Sociologia, iniciou a sua edição em 1991, na sequência da criação da Licenciatura em Sociologia, em 1985, e do Instituto de Sociologia, três anos depois.

Na qualidade de revista científica, tem como objetivo principal a divulgação de trabalhos de natureza sociológica que primam pela qualidade e pela relevância, em termos teóricos e empíricos. É, igualmente, um espaço que inclui os contributos provenientes de outras áreas disciplinares das ciências sociais. Prossegue uma linha editorial alicerçada na diversidade teórica e metodológica, no confronto vivo e enriquecedor de perspetivas, no sentido de contribuir para o avanço e para a sedimentação em particular do conhecimento sociológico.

A Revista aceita trabalhos de diversa natureza – artigos, resenhas, notas de investigação e ensaios bibliográficos – e em várias línguas como o português, francês, inglês e espanhol, o que visa alcançar um amplo campo de difusão e de internacionalização. Os trabalhos são avaliados por especialistas em regime de duplo anonimato. Publica-se semestralmente e com um número temático todos os anos.

SUMÁRIOS DOS NÚMEROS ANTERIORES

N.º XXIX, JANEIRO-JUNHO 2015

EDITORIAL

ARTIGOS

Uma etnografia das práticas e dos processos de produção de conhecimento em empresas e laboratórios

Luísa Veloso, Joana Lucas e Paula Rocha

Reverberações da medicalização: paisagens e trajetórias informacionais em consumos de performance

Telmo Costa Clamote

Pressupostos para a construção de uma sociologia das redes sociais

Joaquim Fialho

Redes sociais no recrutamento de imigrantes: fundamentos teóricos de uma proposta de explicação

Filipa Pinho

Das tensões entre desmistificar e reconhecer os discursos ao repensar o “social”: manifesto por uma sociologia ecléctica

Pedro dos Santos Boia

Espaços públicos: interações, apropriações e conflitos

Luciana Teixeira de Andrade e Luís Vicente Baptista

RSI, tolerância zero: o embrutecimento do estado

Ricardo Sá Ferreira

Os menores estrangeiros isolados ou não acompanhados em França e Portugal: a “batata quente”

Vítor Rosa

RECENSÃO

Recensão crítica da obra *De l’artification. Enquêtes sur le passage à l’art*

Natália Azevedo

EDITORIAL

ARTIGOS

Texturas, ou sobre os efeitos sociais das artes

Sara Melo

Palcos de inovação social: atores em movimento(s)

Ana Alves da Silva e Joana Almeida

O ensino público no olhar das elites escolares: representações sociais dos agentes educativos de dois colégios privados

Maria Luísa Quaresma

Da saúde e bem-estar/mal-estar ao termalismo

Maria Engrácia Leandro e Ana Sofia da Silva Leandro

Governança, participação e desenvolvimento local

Isabel Ferreira

Acidentes com tratores agrícolas e florestais: aprender para prevenir

Carlos Montemor, Luísa Veloso e João Areosa

A insustentável sustentabilidade das previsões económicas: reflexividade, etnoeconomia e neoliberalismo

Fernando Ampudia de Haro

N.º XXXI, JANEIRO-JUNHO 2016

EDITORIAL

ARTIGOS

Précarités: les effets de la rupture du lien social

Augusto Santos Silva

Políticas de reabilitação urbana e recomposição do tecido social no centro histórico do Porto: representações e discursos de moradores sobre a respetiva evolução recente

João Queirós

Conceitos e métodos para a avaliação de programas sociais e políticas públicas

Mauro Serapioni

Diferenças nas perceções dos valores organizacionais dos candidatos a cargos de direção superior na Administração Central do Estado

João Abreu de Faria Bilhim, Pedro Miguel Alves Ribeiro Correia

O Catolicismo nos Contextos e Circunstâncias da Modernidade em Cabo Verde

Adilson Filomeno Carvalho Semedo

Comment les psychiatres se représentent-ils aujourd’hui “la” maladie mentale?

Caroline Guibet Lafaye

ENSAIO BIBLIOGRÁFICO

Notas sobre a dominação social em António Gramsci e Pierre Bourdieu

Marcello Felisberto Morais de Assunção

NORMAS PARA APRESENTAÇÃO E PUBLICAÇÃO – INSTRUÇÕES PARA OS AUTORES –

1. A *Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (RS)* aceita textos de diversa natureza: artigos; resenhas; notas de investigação; ensaios bibliográficos.
2. A **RS** publica por ano um número temático. Poderão ser apresentadas propostas nesse sentido, que serão sujeitas a avaliação.
3. Os textos apresentados terão de ser originais, assumindo os autores que não foram publicados, qualquer que tenha sido a sua forma de apresentação. Excepcionalmente o Conselho de Redação da **RS** poderá aceitar trabalhos já publicados, desde que considerados relevantes cientificamente.
4. Os autores devem indicar a natureza do seu texto (artigos, resenhas, notas de investigação ou ensaios bibliográficos).
5. Os textos poderão ser apresentados em português, francês, espanhol e inglês.
6. Os textos serão sujeitos a um processo de avaliação com vista à sua possível publicação. A direção da **RS** efetuará uma avaliação inicial que tomará em conta a pertinência do texto face à linha editorial, a qualidade e o cumprimento integral das normas formais de apresentação estipuladas no presente documento. Posteriormente, os textos serão submetidos à avaliação de *referees*, na qualidade de especialistas, em regime de duplo anonimato.
7. Se necessário, aos autores poderá ser solicitada a revisão dos textos de acordo com as avaliações realizadas. A decisão final da publicação será da responsabilidade do Conselho de Redação. Aos autores será comunicada a decisão final sobre a publicação do seu texto.
8. Devem ser apresentadas duas versões dos textos devidamente corrigidas: uma que corresponde ao que o autor propõe que seja publicado; outra anónima e em que estão suprimidas todas as referências que possibilitem a identificação do autor, sendo esta a versão submetida a avaliação.

9. Os textos devem incluir as respectivas autorias, indicando os seguintes aspetos: nome do autor; filiação institucional (departamento, faculdade e universidade/instituto a que pertence, bem como a cidade e o país onde se localiza a instituição); correio eletrónico; contacto telefónico; endereço de correspondência (preferencialmente endereço institucional; no caso dos artigos em coautoria, deve existir apenas um autor de correspondência).

10. Os textos devem ser redigidos em páginas A4 com margem normal, a espaço e meio, tipo de letra *Times New Roman* e corpo de letra 12, em formato *Word for Windows* ou compatível. As notas de rodapé e os quadros devem apresentar corpo de letra 10 e espaçamento de 1,15.

11. O limite máximo de dimensão dos artigos é de 50.000 caracteres, incluindo resumos, palavras-chave, espaços, notas de rodapé, referências bibliográficas, quadros, gráficos, figuras e fotografias. As resenhas não devem ultrapassar os 8.000 caracteres, incluindo espaços; as notas de investigação e ensaios bibliográficos, os 20.000 caracteres, incluindo espaços.

12. O título completo do texto deve ser apresentado em português, francês, espanhol e inglês. O artigo deve ser acompanhado por um resumo de 600 caracteres (máximo), redigido em cada uma destas línguas, bem como por 3 palavras-chave.

13. Os quadros, gráficos, figuras e fotografias devem ser em número reduzido, identificados com numeração contínua e acompanhados dos respetivos títulos e fontes e apresentados a preto e branco. Estes elementos devem vir no texto e de modo separado, com o título e fontes respetivos, em formato JPEG. As imagens não podem ter uma largura superior à do corpo do texto. O Conselho de Redação reserva-se o direito de não aceitar elementos não textuais cuja realização implique excessivas dificuldades gráficas ou um aumento dos custos financeiros.

14. Os textos terão de indicar claramente as fontes e referências, de natureza diversa, respeitante aos elementos não originais. Se existirem direitos de propriedade intelectual, os autores terão de solicitar as correspondentes autorizações. A **RS** não se responsabiliza pelo incumprimento dos direitos de propriedade intelectual.

15. As referências bibliográficas e citações serão incluídas no corpo do texto, de

acordo com a seguinte apresentação: Lima, 2005; Lima (2005); Lima (2005: 35); Lima *et al.* (2004).

16. Nas notas de rodapé devem utilizar-se apenas números. A numeração das notas deve ser contínua do princípio ao fim do texto.

17. Nos artigos, sugere-se a utilização de, no máximo, dois níveis de titulação, com numeração árabe.

18. As citações devem ser apresentadas em português, nos casos em que o texto original esteja nesta língua, e entre aspas. Os vocábulos noutras línguas, que não a portuguesa, devem ser formatados em itálico.

19. Apenas as referências citadas ou mencionadas ao longo do texto deverão ser incluídas na bibliografia final. As referências bibliográficas devem obedecer às seguintes orientações:

a) **Livro com um autor:** LUHMANN, Niklas (1990), *Essays on self-reference*, New York, Columbia University Press.

b) **Livro com mais de um autor:** BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas (2004), *A construção social da realidade: um livro sobre sociologia do conhecimento*, Lisboa, Dinalivro.

c) **Livro com mais de quatro autores:** RUHRBERG *et al.* (2010), *Arte do Século XX*, London, Taschen.

d) **Capítulo em livro:** GOFFMAN, Erving (1999), “A ordem da interação”, in Yves Winkin (org.), *Os momentos e seus homens*, Lisboa, Relógio d’ Água, pp. 99-107.

e) **Artigo em publicação periódica:** FERNANDES, António Teixeira (1991), “Formas e mecanismos de exclusão social”, *Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, vol. I, pp. 9-66.

f) **Artigo em publicação periódica online:** FERNANDES, António Teixeira (1991), “Formas e mecanismos de exclusão social”, *Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, vol. I, pp. 9-66, [Consult. a 15.07.2014]. Disponível em: <<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/artigo3031.pdf>>

g) **Publicações online:** PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS (2011), *Programa do XIX Governo Constitucional português*, [Consult. a 15.07.2014]. Disponível em: <http://www.portugal.gov.pt/media/130538/programa_gc19.pdf>.

h) **Comunicações em eventos científicos:** QUINTÃO, Carlota (2004), “Terceiro Sector – elementos para referência teórica e conceptual”, in *V Congresso Português de Sociologia. Sociedades Contemporâneas: Reflexividade e Acção*, Braga, Associação Portuguesa de Sociologia, 12-15 Maio 2004.

i) **Teses:** CARVALHO, Paula (2006), *Percursos da construção em Lisboa. Do Cine-Teatro Monumental ao Edifício Monumental: Estudo de caso*, Tese de Licenciatura em Sociologia, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

j) **Legislação:** Lei n.º 147/99, de 1 de setembro, *Lei de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo*.

20. As referências bibliográficas devem ser colocadas no fim do texto e ordenadas alfabeticamente pelo apelido do autor. Caso exista mais do que uma referência com a mesma autoria, estas devem ser ordenadas da mais antiga para a mais recente.

21. Os textos devem obedecer ao Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, em vigor desde o dia 1 de janeiro de 2009. Não obstante, as citações de textos anteriores ao acordo devem respeitar a ortografia original.

22. Os autores cedem à **RS** o direito exclusivo de publicação dos seus textos, sob qualquer meio, incluindo a sua reprodução e venda em suporte papel ou digital, bem como a sua disponibilização em regime de livre acesso em bases de dados. Os textos inseridos na **RS** não poderão ser utilizados em outras publicações, salvo autorização expressa do Conselho de Redação.

23. Os originais devem ser enviados por correio eletrónico para revistasociologia@letras.up.pt

